



ISSN 1982-1062

**INTER-LEGERE**

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

NESTE NÚMERO

# EDUCAÇÃO, ARTES E TECNOLOGIA

---

VOLUME 1 | NÚMERO 23

jul./dez. 2018



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

Vice-Diretor: Sebastião Faustino Pereira Filho

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Coordenador: Alexsandro Galeno Araújo Dantas

Vice-Coordenador: Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

## **REVISTA INTER-LEGERE**

### **Editor-Chefe:**

João Bosco Araújo da Costa (PPGCS/UFRN)

### **Conselho Editorial:**

Carlos Eduardo Freitas (UFRN)

Fagner Torres de França (PPGCS/UFRN)

Maria Aparecida Ramos da Silva (PPGCS/UFRN)

### **Editores Assessores:**

Cleidjane Siqueira Santos (UFAL)

Marcleane Gomes (PPGCS/UFRN)

José Correia Torres Neto (UFRN)

Rute Rocha Maia (PPGCS/UFRN)

### **Comissão Científica e Editorial:**

Alberto Aggio (USP)

Alexsandro Galeno (UFRN)

Arthur Bueno (Max-Weber-Kolleg/Universität Erfurt)

Beatriz Caiuby Labate (UNICAMP)

Concha Roldán Panadero (CSIC)

Daline Maria de Souza (Uninassau)

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Flavio Munhoz Sofiati (UFG)

Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN)

Geovânia da Silva Toscano (UFPB)

Héber Rogério Grácio (UFT)

Marco Antônio Teixeira Gonçalves (UFRJ)

Maria Ivonete Soares Coelho (UERN)

Michel Misse (UFRJ)

Joanildo Albuquerque Burity (Fundação Joaquim Nabuco)

Lenina Lopes Soares Silva, (IFRN)

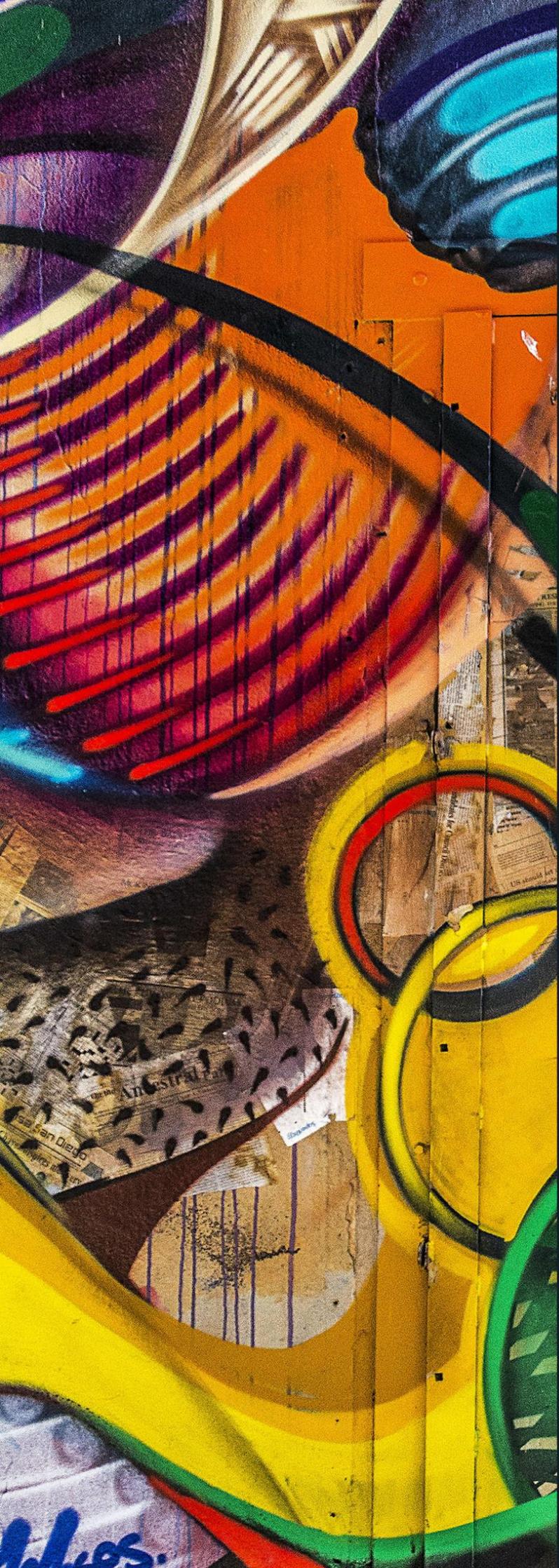
Márcia Teixeira de Souza (UNESP)

Regina Célia Padovan (UFT)

Simone Brito (UFPB)

Stéphane Douailler (Université Paris 8, França)

Vanderlan Francisco da Silva (UFCEG)



## **Revista Inter-Legere**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

### **Expediente**

**Editoração:** Cida Ramos | Carlos Freitas

**Revisão textual:** Fagner França

**Secretaria:** Sthéphanie Karen Martins Batista

**Fotografia da Capa:** canva.com

**Periodicidade:** semestral

**Sistema de avaliação:** Double Blind Peer-Review

**Divulgação:** eletrônica

**Endereço para submissão de artigos:** [www.periodicos.ufrn.br/interlegere](http://www.periodicos.ufrn.br/interlegere)

**Endereço para correspondência:**

Campus Universitário, prédio do CCHLA, 1º andar, sala 04 – Lagoa Nova – Natal/RN  
CEP: 59.078-970

**Telefone:** (84) 3215.3556

**E-mail:** [interlegereppgcs@gmail.com](mailto:interlegereppgcs@gmail.com)

**Diretrizes para Autores:**

<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/about/submissions>

**Declaração sobre ética e boas práticas de publicação:**

<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/5>

---

Revista Inter-Legere – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 1, n. 23, jul/dez,  
2018. (2007  
- 2018). – Natal

Semestral - ISSN Eletrônico ISSN 1982-1662

Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais.

CDU 304:577

---



# Sumário

## Sumário

### **Editorial** ..... 8

#### **Educação, Arte e Tecnologia** ..... 9

João Bosco Araújo da Costa  
Carlos Freitas  
Fagner Torres de França  
Maria Aparecida Ramos da Silva

### **Dossiê** ..... 14

#### **A Juventude brasileira e a educação: Um estudo acerca da garantia à educação como preparação para o trabalho**..... 15

Adriana Aparecida de Souza

#### **Ensinar e aprender com “professores-educandos”: o PIBID de ciências sociais da UFRN em destaque** .....44

Dannyel Brunno Rezende

#### **Antônio Candido: Uma abordagem sintética para a sociologia da arte/literatura**.....60

Rosano Freire

#### **Cartografar musicalidades: rastrear encontros** ..... 73

Vyullhenei Lacava  
Norma Takeuti

#### **Civilização, Tecnologia e Poder na Modernidade Líquida** .....94

Lucas Fortunato  
Alexsandro Galeno

#### **Redes Sociais: O grupo como suporte para imigrantes brasileiras em Portugal** ..... 115

Eliany Nazaré Oliveira

#### **Teoria marxista e Buen Vivir**..... 131

Lorrany Rodrigues do Nascimento

**Tradução..... 149**

**W. E. B. Du Bois no centro: da ciência, do movimento dos direitos civis, ao movimento *Black Lives Matter* .....150**

Aldon Morris

Tradução: Annahid Burnett

**Resenhas.....171**

**Manifestações e Protestos no Brasil .....172**

Emilayne Souto

**DILEMAS DE UMA GERAÇÃO: a juventude líquida e as novas composições significativas das práticas sociais ..... 180**

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa



# Editorial

# Educação, Arte e Tecnologia

**João Bosco Araújo da Costa<sup>1</sup>**

**Carlos Freitas<sup>2</sup>**

**Fagner Torres de França<sup>3</sup>**

**Maria Aparecida Ramos da Silva<sup>4</sup>**

Foi em julho de 2007 que a Revista Inter-Legere (**RIL**) lançou o seu primeiro número dedicado ao tema da relação entre as dimensões econômica, social e política do poder. Concebida inicialmente como um periódico discente da área de ciências sociais, a **RIL** nasceu e se desenvolveu como um projeto coletivo de discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 2012 a **RIL** deixou de ser apenas um periódico discente e passou a ser uma revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, incorporando a produção de seu corpo docente interno e também de pesquisadores e pesquisadoras externas de outras instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa.

Em onze anos de existência foram publicados vinte e dois números sobre diversos temas contemporâneos de interesse público e acadêmico. Comprometida com uma compreensão “dialogica” e “pós-disciplinar” que constitui tendência das ciências sociais neste século XXI (CAMIC; JOAS, 2003), a **RIL** acolheu e publicou mais de 500 textos, subdivididos entre artigos científicos, ensaios, resenhas, traduções e entrevistas assinados por nomes locais, nacionais

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4421-728X>. Email: joaobac@uol.com.br

<sup>2</sup> Sociólogo e membro do Conselho Editorial da Inter-Legere: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9395-430X>. Email: calfreitas@hotmail.com.

<sup>3</sup> Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2170-4288>. Email: fagnertf@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Programa Nacional de Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4779-9553>. Email: cidaramoss@gmail.com.

e internacionais nas disciplinas de antropologia, sociologia, ciência política, filosofia, comunicação social, história e economia.

E é com o mesmo compromisso com o desenvolvimento do espírito científico dialógico e interdisciplinar que a presente edição inaugura uma nova fase da Revista Inter-Legere. Sem abrir mão do diálogo interdisciplinar entre os diferentes saberes das ciências sociais, apresentamos nesta edição a nova política editorial e também o novo projeto gráfico da **RIL**. Mudanças na política de editoração científica da revista que foram acompanhadas de conquistas, a exemplo da inclusão do periódico em quatro bases de indexação nacionais e internacionais.

Além das recentes inovações na política de editoração científica da **RIL**, destacamos também: a incorporação de novos quadros de especialistas qualificados para compor a lista de avaliadores cadastrados; a otimização do fluxo editorial de modo a garantir a periodicidade da **RIL**; a exigência de ORCID do corpo editorial, dos/as avaliadores/as e autores/as; e a publicação de artigos em língua estrangeira (inglês, espanhol e francês), como parte da política de internacionalização da Revista Inter-Legere. Finalmente, a partir de 2019, a **RIL** passará a dar destaque em suas publicações na área de Sociologia e Política.

Diante do que foi exposto, esperamos que as leitoras e leitores gostem das novidades da **RIL** e convidamos a todas e todos a conhecer o conteúdo publicado no presente número que tem como dossiê temático "Educação, Artes e Tecnologia". Nesta edição, é possível encontrar artigos, resenhas e traduções que orbitam em torno dos três assuntos temáticos do dossiê.

Sobre o primeiro assunto do dossiê temático, "Educação", os artigos de Adriana Aparecida e Dannyel Rezende oferecem dois olhares sociológicos detalhados sobre tipos de políticas educacionais adotadas no país (política de educação profissional e política de iniciação à docência). O artigo que abre este dossiê, *A Juventude brasileira e a educação: Um estudo acerca da garantia à educação como preparação para o trabalho*, de Adriana Aparecida (IFRN), reflete sobre a educação profissional no Brasil. Aparecida examina as contradições do sistema educacional brasileiro e seus efeitos no mundo do trabalho, e em que

medida as políticas públicas para a educação profissional se mostram eficazes na cobertura universal de jovens em idade escolar.

Em seguida, Dannyel Rezende (PPGCS/UFRN) discute sobre experiências educacionais vividas por professores da rede pública do Rio Grande do Norte que fazem parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PIBID/UFRN). Informado pelas ideias do pedagogo brasileiro Paulo Freire, Rezende apresenta um relato do resumo de experiências vividas na prática de ensino-aprendizagem junto a docentes e discentes do PIBID de ciências sociais da UFRN.

Rosano Freire (IFRN), por sua vez, abre o segundo assunto temático deste dossiê, "Arte", e procura construir um programa renovado de sociologia da arte e da literatura a partir da atualização dos escritos metodológicos de Antônio Candido sobre o assunto. Em consequência, superar "limites" e "reducionismos" metodológicos encontrados em pesquisas sociológicas do campo artístico e que têm sido destacados por Vera Zolberg (2006). Freire argumenta que Antônio Candido oferece uma proposta de "análise sintética" da literatura que converge com as reivindicações de Zolberg acerca da necessidade de uma abordagem sintética no campo da investigação sociológica da obra artística.

Vyullheney Lacava (PPGCS/UFRN) e Norma Takeuti (UFRN), inspirados teoricamente nas ideias de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suley Rolnik, apresentam uma cartografia dos circuitos de festas e produções musicais, fechando o segundo eixo temático dedicado à arte.

Dando prosseguimento ao dossiê, Lucas Fortunato (PPGCS/UFRN) e Alex Galeno (UFRN) assinam um ensaio de encontro e diálogo teórico entre as ideias de Zygmunt Bauman, Michel Foucault e Gilles Deleuze a fim de desenvolver um diagnóstico renovado das formas contemporâneas de mal-estar na Cultura. Refazendo o percurso histórico-interpretativo sobre a experiência de mal-estar na Cultura de Freud à Bauman, Fortunato e Galeno complementam e atualizam esses diagnósticos com uma reflexão foucaultiana sobre as novas tecnologias de poder que emergiram com o nascer das sociedades modernas. Com efeito, os

autores finalizam o artigo com uma exploração deleuziana das “atuais sociedades pós-panópticas” e seus novos dispositivos tecnológicos de poder.

Eliany Nazaré Oliveira (UVA) destaca a importância do Facebook no suporte material e emocional, estreitamento de laços e socialização de experiências em um grupo de imigrantes a partir de uma investigação sobre o processo de organização, criação e administração da página “Brasileiras que vivem em Portugal”.

Lorrany Rodrigues do Nascimento (UFG), por sua vez, analisa as similitudes e divergências entre duas concepções críticas ao capitalismo: a teoria marxista e o movimento chamado *Buen Vivir*. Ambas as perspectivas propõem alternativas para a construção de uma sociedade menos desigual. No entanto, Nascimento observa limitações na elaboração marxista por compartilhar uma ideia de mundo baseada na luta de classes, no desenvolvimento econômico e no direcionamento linear da história, enquanto o *Buen Vivir* parte de uma tecnologia social capaz de integrar a teoria europeia com o modo de vida dos povos andinos, baseado em relações de integração complementaridade e equilíbrio.

Na seção dedicada as **Traduções**, Annahid Burnett (PPGDR/UEPB) disponibiliza para o leitor da **RIL** palestra de Aldon Morris, professor de sociologia e estudos afro-americanos do departamento de sociologia na Northwestern University (EUA). Morris apresenta três argumentações acerca do sociólogo, historiador e ativista estadunidense W. E. B. Du Bois: seu pioneirismo na sociologia científica nos Estados Unidos, seu empenho em elaborar uma sociologia pública que combinasse criativamente ciência e ativismo e, por fim, seu engajamento enquanto pesquisador nas lutas políticas contemporâneas emancipatórias, a exemplo do movimento *Black Lives Matter*

Na seção **Resenhas**, Emilayne Souto (PPGS UFPB) apresenta a resenha do livro de Maria da Gloria Gohn, *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade* (2017). Procurando entender a natureza dos “novos” movimentos sociais engajados nas mobilizações de junho de 2013, Gohn analisa a formação dos grupos como o Movimento Passe Livre (MPL), Vem pra Rua (VPR), Movimento Brasil Livre (MBL), e diversos movimentos de ocupação de escolas

públicas, a fim de compreender as agendas político-ideológicas e as novas formas de ação coletiva no Brasil contemporâneo.

Finalmente, Rodolfo Rodrigo Feitosa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano resenha o livro *Nascidos em tempos líquidos* (2018), de Zygmunt Bauman. Nesta obra, publicada no Brasil após o falecimento do famoso sociólogo polonês, é possível encontrar o termo “liquidez” mais uma vez articulado como categoria de análise e de diagnóstico do tempo presente, agora usada para pensar problemas que seriam típicos da juventude atual, conforme resume Feitosa: “usos e apropriações simbólico-identitárias do corpo; *bullying* e comportamento agressivo; e os novos padrões de relacionamentos sexuais e amoroso”.

Enfim, esperamos que todas e todos apreciem a leitura da presente edição da Revista Inter-Legere.

## Referências

CAMIC, Charles; JOAS, Hans. **The Dialogical Turn: New Roles for Sociology in the Postdisciplinary Age**. London: Rowman&Littlefield Publishers, 2003.

ZOLBERG, Vera. **Para uma Sociologia das Artes**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.



# Dossiê

# A Juventude brasileira e a educação: Um estudo acerca da garantia à educação como preparação para o trabalho

Brazilian youth and professional education: a study about the guarantee to education as a preparation for work

**Adriana Aparecida de Souza<sup>5</sup>**

## **Resumo**

Propõe-se, nesta pesquisa, desenvolver um estudo exploratório acerca dos jovens brasileiros em articulação com a educação profissional com vistas a compreender como o Estado brasileiro atende o direito à educação e ao trabalho. Parte-se dos seguintes questionamentos: Sendo a educação e o trabalho direitos constitucionais, como o Estado brasileiro vem atendendo esses direitos em relação aos jovens de 15 a 29? A educação profissional tem alcançado os jovens das camadas populares? Como vem ocorrendo esse atendimento no século XXI? O que indicam os dados oficiais sobre essas questões? Reconhece-se que o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, entende jovens com idade entre 15 e 29 anos, neste documento também dispõe quais são os direitos dos jovens informando as garantias já previstas pela Constituição, quais são as especificidades da juventude que precisam ser afirmadas. Contudo, observa-se que as políticas públicas não têm atendido às demandas dos jovens por Educação profissional. Como metodologia adota-se uma abordagem materialista-dialética no sentido de análise da realidade por meio de: pesquisa bibliográfica acerca dos fundamentos da Educação profissional oferecida no Brasil, e análise de instrumentos jurídicos/legais tais como: o texto Constitucional atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e as Consolidações das Leis do Trabalho, na busca de evidenciar os marcos legais das principais políticas públicas voltadas à garantia dos direitos à

---

<sup>5</sup> Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (Pós-Doutoranda); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6933-1121>. E-mail: drycacyda@yahoo.com.br.

educação e ao trabalho. Além disso, abordaremos a análise dos indicadores oficiais sobre Educação profissional nas bases de dados do Estado brasileiro em domínio público, para subsidiar a exposição com argumentos da realidade estudada. Trata-se, portanto, de um estudo quali-quantitativo de base legal com fundamentos histórico-críticos que se alicerçará em indicadores que mostrarão a garantia ou não da educação como preparação para o trabalho.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Juventude. Políticas Públicas. LDB.

### **Abstract**

It is proposed, in this research, to develop an exploratory study about Brazilian young people in articulation with professional education with the goal to understanding how the Brazilian State fulfills the right to education and work. It begins with the following questions: Since education and work are constitutional rights, how the Brazilian State is attending these rights in relation to young people from 15 to 29 years old? Has professional education reached young people from the popular layers? How has this service been happening in the 21st century? What do official data indicate about these issues? It is recognized that the Youth Statute, established by Law no. 12.852/2013, covers young people aged between 15 and 29 years old, this document also sets what are the rights of young people by informing them about the guarantees already provided for in the Constitution, what are the specificities of youth that need to be affirmed. However, it can be observed that public policies have not met the demands of young people for professional education. As a methodology, it is adopted a materialistic-dialectical approach in the sense of analyzing reality through: bibliographic research about the foundations of Professional Education offered in Brazil, analysis of legal instruments such as: the current constitutional text, the Adolescent and child statute, the Law of Guidelines and Bases of Education, the Consolidation of Labor Laws, in an attempt to highlight the legal frameworks of the main public policies aimed at guaranteeing the rights to education and work, as well as the analysis of the official indicators on Professional Education in the databases of the Brazilian State in the public domain, to subsidize the exposition with arguments of the studied reality. It is, therefore, a qualitative and quantitative study with a legal basis with historical-critical foundations that will be based on indicators that will show the guarantee or not of education as preparation for work.

**Keywords:** Professional Education. Youth. Public policies. LDB.

## Introdução

Este estudo vem sendo desenvolvido no sentido de aprofundar algumas questões provenientes de reflexões sobre o Trabalho e a educação no Brasil como direitos constitucionais. Assim, seguindo essa premissa compreende-se que devem ser respeitados e garantidos pelo Estado e por seus representantes, independente de qualquer governo que esteja no poder.

Sendo assim, refletir sobre Educação Profissional traz em sua essência os sujeitos que poderiam ser os beneficiários dessa educação – os jovens da classe trabalhadora. A garantia dos direitos à educação e ao trabalho pelo Estado brasileiro seria um meio deste respeitar e cumprir a responsabilidade de efetivação desse direito, mas isso tem sido um desafio que parece inalcançável. Todavia, se tornou objeto de estudos por intelectuais como: Frigotto (2001); Moura (2008); Trevisan e Belen (2008); Secchi (2011) entre outros.

O texto constitucional relaciona profissionalização e educação com o desenvolvimento da pessoa humana, em toda sua potencialidade. O objetivo da profissionalização é, portanto, educacional, posto que além da sua especificidade, soma-se a essa outros valores que se sobrepõem ao mundo da educação pelo trabalho como garantia de bem-estar social dos sujeitos, direcionando-se sua finalidade para o exercício pleno da cidadania.

Os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) especificam que a Educação Profissional deverá tornar o indivíduo apto para a vida produtiva, ou seja, a escola fornece conhecimentos que tenham alguma utilidade para que o aluno possa engajar-se profissionalmente e participar da sociedade. A LDB incorpora, assim, o trabalho de forma restrita e universal, sendo, desse modo, meio de incentivo à integração da escola à comunidade e à vida social.

Em referência à Educação Profissional, ou preparo para o trabalho, a LDB, mostra que a função da escola é preparar os alunos com conhecimentos básicos sobre as profissões e sobre as perspectivas para o ingresso no mercado de trabalho. Contudo, os problemas da política de formação e qualificação

profissional se apresentam em indicadores educacionais do próprio governo federal de forma aquém das demandas da sociedade, notadamente da população jovem que carece dessa formação como modo de garantia de sua subsistência. Assim, por si mesmo o Estado se declara como ineficiente no que tange à garantia desse direito.

Reconhece-se que o mundo do trabalho vem sofrendo os reflexos dessas contradições dos sistemas educacionais no Brasil, mais acentuadamente quando trata da atenção dos jovens que estão à procura de emprego, de trabalho para sua subsistência e, muitas vezes, para a da família. Ressalte-se que em um país capitalista a ideia é atender ao sistema pela produtividade e o lucro. Isso significa que os trabalhadores devem adequar-se prioritariamente às necessidades do mercado, atendendo à lógica produtivista e acumulativa do capital, baseada na exploração da força de trabalho com pouca qualificação.

O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei n.º 12.852/2013, determinou quais são os direitos dos jovens, informando as garantias e como devem ser promovidos pelo Estado brasileiro, estabelecendo ainda, dentre as garantias já previstas pela Constituição, quais são as especificidades da juventude que precisam ser afirmadas. Todavia, observa-se que as políticas públicas não têm atendido às demandas dos jovens por educação profissional. Observa-se também que algumas que parecem ser demanda social, são demandas geradas pela própria organização da educação, cite-se o caso da oferta de Educação Profissional como subsequente ao Ensino Médio. Essa oferta ratifica a "inclusão excludente" (KUENZER, 2006), pois os filhos da classe trabalhadora retornam para a escola, não para mudar de nível de escolarização, mas para permanecer onde estavam.

Sendo assim, não basta que os direitos à educação e ao trabalho estejam declarados na Carta Magna, em legislações complementares e em legislações regulamentadoras de políticas educacionais afins se não forem garantidos pelo Estado por ações políticas concretas.

A Educação Profissional integrada ao Ensino Médio deveria ter como finalidade formar cidadãos para ingressarem no mundo e no mercado de

trabalho, garantindo assim, o direito à educação - o direito ao trabalho. No entanto, há de se analisar ao longo desta pesquisa se as políticas educacionais para educação profissional, direcionadas aos jovens no Brasil são capazes de abranger uma parcela verdadeiramente significativa da sociedade, para verificar quais as diretrizes e orientações possíveis para aumentar e atingir uma parcela ainda maior de cidadãos educandos de 14 a 29 anos no Brasil. Isso porque, observa-se que em termos legais há legislações específicas que já garantem esses direitos, e essas, já se encontram devidamente regulamentadas.

É necessário pontuar a utilização do termo "juventude" em nossa pesquisa, pois reflete sobre documentos legais entre eles o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852/2013, que entende jovem em termos legais entre os 15 aos 29 anos de idade, bem como, a educação profissional e dentro desse contexto, procura-se conexões que nos ajudem a compreender os meandros do acesso à educação profissional e a inclusão no mundo do trabalho para a juventude.

Diante do que se apresenta no contexto do século XXI, para a condução dessa pesquisa parte-se do seguinte questionamento: Sendo a educação e o trabalho direitos constitucionais, como o Estado brasileiro vem atendendo esses direitos em relação aos jovens de 15 a 18 anos? A Educação Profissional tem alcançado os jovens das camadas populares? Como vem ocorrendo esse atendimento no século XXI? O que indicam os dados educacionais oficiais sobre essas questões? Estes questionamentos nos impeliram a dar continuidade ao estudo, que ora apresentamos, o qual é parte integrante do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), associado ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), sob a orientação do Professor Dante Henrique Moura. Objetivou-se nesta pesquisa, desenvolver um estudo exploratório acerca dos jovens brasileiros em articulação com a Educação Profissional com vistas a compreender como o Estado brasileiro atende o direito à educação e ao trabalho para estes jovens.

Inicialmente discute-se sobre a temática nas teorias sobre educação profissional no contexto das políticas públicas de educação, que nos dão elementos para a discussão do problema, servindo como argumento para a sustentação de nossa proposta de pós-doutorado, qual seja, a apreensão das ações do Estado na construção da cidadania dos jovens.

### **Breve história da construção da educação como direito fundamental das políticas de acesso à educação**

Entende-se que o conceito de juventude é polissêmico, interdisciplinar, pois envolve todo um contexto histórico social e cultural da experiência humana. E desse modo, uma parte importante do processo de construção da identidade dos sujeitos em sua individualidade e também em coletividade, bem como, todo um conjunto geracional estabelecido no contexto nas sociedades. (BOURDIEU, 1983; DARYELL, 2003; BELLUZZO, VICTORINO, 2004).

Assim, entende-se por juventude uma etapa do ciclo da vida na qual culmina o processo de socialização dos sujeitos, pois prepara o indivíduo para a produção e reprodução da vida em sociedade (ABRAMO, 2005). Tal concepção tem influência muito forte nas sociedades ocidentais, erigida sobre pilares capitalistas em que a entrada no mundo do trabalho/emprego é questão fundamental para o projeto de vida. Esse aspecto apresenta uma relação circular de fortalecimento mútuo com as políticas públicas, especialmente as de educação, trabalho e de renda.

Nesse contexto a sociedade brasileira enfrenta na atualidade uma crise na forma de educar e compreender a relação entre formação/educação no processo de socialização de instituições sociais como a família e a escola. Acredita-se que é necessário a constituição de políticas públicas estruturantes para a juventude brasileira e que essas se coadunem à prática social dos jovens como forma de se expressarem no mundo social, garantindo-lhes o direito ao trabalho como forma ontocriativa da existência (SAVIANI, 1994).

Evangelista (2007) enfatiza em seus estudos que a vida dos jovens no contexto histórico-social ao longo dos séculos no nosso país tem sido marcada por rótulos originários de ideias estereotipadas introduzidas por agentes das políticas públicas e órgãos do Judiciário. Essa percepção é que nos impulsiona a compreender o movimento histórico que conduziu a instituição das Leis que garantem à educação e o trabalho para os jovens no país. Isso decorre da compreensão sociológica que informa que o desconhecimento do contexto e do desenvolvimento humano criaram expressões para representar os jovens, e, que essas, muitas vezes, obliteraram a compreensão de que eles são sujeitos de direito. Evangelista diz ainda que, a Igreja Católica contribuiu com esse olhar para os jovens através das Santas Casas de Misericórdia, que se propunham a assistir meninos pobres, vadios, desvalidos e delinquentes. Esse autor também diz que o Código de Menores, de 1929, já destacava o problema do menor a partir da correção. O objetivo era "educar e disciplinar física, moral e civicamente o menor, visto como produto de pais vadios, pobres, irresponsáveis, ou resultante da orfandade." (2007, p. 10).

Os problemas dos jovens eram assim delegados à orfandade e à irresponsabilidade das famílias pobres, desresponsabilizando-se, dessa forma, o Estado como responsável e condutor de políticas. Na segunda metade do século XX, durante o golpe civil/militar, de 1964, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), identificou-se um processo de ampliação da presença estatal na formação da política social que caracterizou o período autoritário pós-1964, quando os interesses das comunidades foram excluídos dos processos decisórios e submetidos a um controle sistemático. Inspirado nos princípios da doutrina de segurança nacional, preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG). (EVANGELISTA, 2007, p. 10). Nesse momento, a educação profissional passou a ser compulsória ao 2º Grau (GERMANO, 1995). Em 1971, a Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus – estruturou o ensino em 1º e 2º Graus, unificando as quatro séries do antigo ensino primário às quatro séries do ensino ginasial, consolidando o 1º Grau de oito anos de duração. Na prática, em consonância com Francisco Filho (2001, p. 118), não funcionou, pois

“os professores permaneciam separados dividindo até mesmo a sala dos professores [...] não havia integração”. No que concerne ao 2º Grau, a referida lei estabelecia a obrigatoriedade da formação profissional. No entanto, baseado nos ensinamentos do mencionado autor observa-se que:

As escolas públicas não tinham as condições mínimas para promover tal profissionalização, faltava pessoal especializado, condições materiais e físicas. As escolas particulares, acostumadas na preparação da elite para as grandes universidades criaram um sistema para burlar a lei; constava nos seus currículos e programas a base profissional exigida, mas na prática trabalhavam os conteúdos à maneira antiga, atendendo às exigências dos grandes vestibulares. (2001, p. 118).

Pode-se interpretar que em todo o processo histórico da sociedade brasileira foi caracterizado ou delegado aos jovens pobres a responsabilidade pela violência, crime e vadiagem. Não se reconhecendo que esta situação é influenciada pela desigualdade social, pela exclusão da classe trabalhadora dos bens de cidadania, e por um sistema capitalista \_ excludente e perverso \_, legitimado pelo Estado capitalista brasileiro. Esse descaso com os jovens foi constituindo o que se denomina de violência juvenil e que assume diferentes feições: crime organizado, guerra do tráfico, arrastões, entre outras. Nesse contexto, os jovens passam a ser protagonistas e também vítimas da violência que vem sendo construída historicamente.

Abramovay e Feffermann (2007) afirmam que a relação de dominação no cotidiano desses jovens é marcada pela busca de um lugar no grupo, e muitas vezes, esse se encontra no tráfico de drogas, um lugar de destaque no contexto de vida dos jovens da periferia das grandes cidades. Reproduz-se assim, na cultura do tráfico de drogas, a relação de dominação a que são submetidos na sociedade ao mesmo tempo que mostra como a falta de educação e de trabalho ou de formação para o trabalho afeta negativamente a vida desses jovens.

A concepção sobre os jovens passa a ser associada a categorias como rebeldia, aventura e falta de interesse, condição que é acirrada quando alguns grupos juvenis expressam atitudes que podem ressignificar normas e padrões sociais vigentes. No Brasil há um crescente número de adolescentes em conflito

com a lei como se pode identificar na pesquisa realizada por Evangelista (2007) que mostra o número de adolescentes infratores internados para cumprir medidas socioeducativas. Ainda de acordo com esse autor, em uma pesquisa divulgada pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) o total de internos no sistema socioeducativo cresceu 28% entre 2002 e 2006, período investigado pelo autor. Isso de acordo com o autor significa que havia, no Brasil, nesse período 15.426 jovens cumprindo pena com algum tipo de restrição, dos quais 68%, em regime de internação. A violência constitui, assim, nesta perspectiva, toda uma justificativa, que se institucionaliza nas ações de forma cristalizada.

Essa é uma problemática que tem relação direta ou indireta com a falta de uma educação profissional com qualidade referenciada para esses jovens. Essa afirmação corrobora resultados de estudos de que reconhecem que os valores e costumes de uma sociedade influenciam a construção de comportamentos violentos, deixando vulneráveis, as crianças e os jovens. Sabendo-se que esses afetam seu crescimento e desenvolvimento como seres humanos e sociais, portadores de sentido e, de significados construídos nas relações sociais. Vê-se, portanto, a necessidade de uma educação no país que reviva os sentidos do trabalho para a existência humana.

Pelas notas até aqui apresentadas justifica-se a adoção do estudo documental posto que o direito à profissionalização, garantido pela Lei Maior é regulamentado no Estatuto da Juventude. Esse deveria auxiliar a juventude na difícil tarefa de acesso à educação e prepará-la para o ingresso no mercado de trabalho ou no mundo do trabalho, como princípio basilar da dignidade da pessoa humana.

A Lei n.º 12.852/2013 promulgou o Estatuto da Juventude, determinando quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Essa Lei poderia servir de base para a formulação de políticas públicas para educação profissional, isso porque regulou onze direitos específicos: Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e

à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. (BRASIL, 2013)<sup>6</sup>.

É necessário pontuar a importância por parte de uma agenda pública que assumia e incorpore as várias políticas governamentais de forma incondicional, de modo que permita e articule ações de enfrentamento às várias violações de direitos que afetam os jovens, pois como se percebe apenas a promulgação da lei não garante a sua efetividade.

Entende-se que os jovens como cidadãos têm direito à educação de qualidade, em todos os seus níveis, e que esta deve se adaptar às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno. Direito este garantido pelo Estatuto da Juventude.

Ressalta-se também que o Estatuto já enfatiza a importância das políticas afirmativas e da expansão da educação superior nas instituições públicas, do financiamento e da assistência estudantil, das bolsas de estudos e do transporte escolar. Postula também, atender as necessidades dos jovens negros, do campo, indígenas e com deficiência, garantindo ainda a liberdade de organização dos estudantes e a sua participação efetiva para a gestão democrática das escolas e universidades.

Em 2012, os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, somavam 81,2% frequentando a escola formal, mas destes apenas 54,4% estavam no Ensino Médio o que já mostra uma enorme distorção idade-série, no caso idade-etapa da Educação Básica. O INEP destaca neste mesmo ano, com relação as matrículas da Educação Profissional vinculada ao Ensino Médio em torno de 16,3%. Assim, das 1.362.200 matrículas, apenas 538.761 cursavam o Ensino Médio nas formas integrada e concomitante e os demais 823.429 cursavam a forma subsequente. Nesse sentido, enfatiza-se a diferença entre a necessidade de aumento da oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, pois a forma subsequente supera as duas formas articuladas em 284.668 matrículas.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)

Isto demonstra que os jovens desejam uma formação profissional. (INEP, CENSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2010).

Compreende-se a Educação Profissional em sua perspectiva legal, como uma configuração de modalidade de ensino regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, complementada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 que foi reformado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Essa tem como objetivo principal a implementação de cursos que, voltados para o acesso ao mercado de trabalho, dirija-se tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações para o trabalho.

Como se destacou a Educação Profissional no Brasil em seus indicadores mostra a dimensão da desigualdade social e política que afeta os jovens em idade escolar no Brasil. Porém é preciso enfatizar que a situação atual a qual os jovens são acometidos tem enraizamento histórico, fecundado pelos desmandos do sistema capitalista no país, amparados por um Estado cujos governos não têm se preocupado com a população para a qual se dirige esta Educação, isto é, os filhos da classe trabalhadora, ou como diz Moura (2012), os filhos daqueles que vivem do trabalho.

A educação profissional preceituada pelo Decreto nº 11.741 de 2008 (BRASIL, 2016, sp)<sup>7</sup>, é definida nos seguintes artigos:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Percebe-se que a educação básica e a educação profissional, são um direito, e são requisitos fundamentais para todas as dimensões da vida. Assim, a compreensão de sua forma integrada traz uma dinâmica coerente com o que Frigotto (2001) e Moura (2008) enfatizam, qual seja, a formação integrando a escola de educação básica com a profissional, possibilitando construir nos alunos uma consciência crítica, um conhecimento global do mundo do trabalho, bem como de cidadania e de democracia.

Observa-se, no entanto, que a educação profissional no Brasil vem se ampliando desde os anos de 2007 em particular na forma subsequente. Assim no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014<sup>8</sup> do total de 1.362, 200 alunos matriculados no ensino médio; 17,65%, 240.226 são concomitante; 21,91% , 298.545 são integrada e 60,44%, 823.429 são do subsequente.

Oliveira (2012) destaca que a Educação Profissional democrática e emancipatória, é um elemento essencial à formação dos jovens e adultos que integram os processos educacionais no Ensino Médio e na Educação Profissional. Ainda de acordo com a autora:

O contexto atual, marcado pela continuidade no governo federal das forças políticas que se dizem comprometidas com um projeto societário-includente, torna possível pensar a elaboração e a execução de uma modelo de formação profissional cujo princípio político-pedagógico seja a formação de sujeitos capazes de efetivar práticas sociais direcionadas à construção de uma

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A824614522A01462512381317E1>

sociedade mais igualitária; neste novo contexto, a educação profissional há de ser muito mais que a formação para uma atividade específica no local de trabalho. Não pode se resumir apenas ao desenvolvimento de competências, como tanto defende os advogados do capital; muito menos pode ser uma ação compensatória e manipuladora de mentalidades. (OLIVEIRA, 2012, p. 101).

Nesse sentido, pode-se compreender que a autora defende a relevância da oferta da Educação Profissional articulada com as mudanças presentes no mundo do trabalho. Seria, logo, uma proposta de formação que vise atuar no sentido de transformação da realidade e inclusão dos que estão excluídos do direito à produção material e cultural, o que possibilita a oportunidade de se atingir expectativas reais de exercício do direito à cidadania. (OLIVEIRA, 2012).

Apreende-se que Educação representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, nesse sentido, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. Logo, o processo educacional tem um significado imprescindível para o desenvolvimento do ser humano, pois permite que o homem alcance avanços significativos, no sentido da garantia de um futuro melhor. Partindo desta compreensão pode-se dizer que a educação é fundamental para vida em sociedade. Dessa forma, a percepção de Silva (2000) quando enfatiza o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2007) mostra que essa dispõe a educação como um direito e cabe ao Estado e a família promovê-la de modo que vise o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação é um direito fundamental de natureza social, principalmente quando se compreende que para os indivíduos que se configuram como cidadãos em uma sociedade capitalista, o trabalho é a fonte de subsistência e garantia para a satisfação de suas necessidades. Dessa forma, a formação e qualificação para o trabalho pode se configurar em um problema social, por essa razão pode ser exigido do Estado ações que visem a sua satisfação, a sua garantia por meio de políticas públicas.

Por conseguinte, a pesquisa procura direcionar o estudo das políticas públicas de educação no Brasil no contexto do direito social e de

responsabilidades estatais pela via de instrumentos da ação pública federativa, e de políticas de abrangência nacional. O eixo da análise é o processo de democratização da educação, impulsionado pelo alargamento dos direitos à educação e da ação do Estado. De tal modo, as normas educacionais federativas comportam uma série de responsabilidades estatais na educação tanto no sentido de garantias como de efetivação do direito à educação e ao trabalho de forma articulada.

Assim para Frigotto (2001), o projeto do governo federal desde a organização ao conteúdo da (LDB) que regulamenta a Educação Profissional subordina-se as ideias do mercado e do capital, bem como, de um modelo excludente, concentrador de renda e predatório. Para tanto, chama a atenção para um projeto de Educação Profissional que se centre numa perspectiva emancipadora, a qual define em 5 pontos importantes:

- 1) No espaço ético-político a necessidade da construção contra hegemônica, na qual seus valores se concentrem na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade entre os seres humanos;
- 2) No campo educativo centrar na ideia de uma educação *omnilateral*, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulado com um projeto de Estado que vise um desenvolvimento sustentável;
- 3) A necessidade de uma formação técnico-profissional articulada a um projeto de desenvolvimento sustentável, e que essa seja vinculada a educação básica e a dimensão ético-política de formação dos sujeitos;
- 4) Que a educação profissional seja inscrita num projeto alternativo de desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico, no qual coloque o ser humano no centro e não o mercado.
- 5) A sociedade e a educação geral e profissional devem demandar de um processo que articule organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas. (FRIGOTTO, 2001).

Seguindo esse pensamento Frigotto (2001) defende uma educação que possibilite a mudança social. Mas, para isso é necessário que a educação seja apreendida na sua dimensão ontológica e histórica, de modo que permita a formação de um sujeito autônomo e crítico de sua realidade, social, econômica, política e cultural. Isto é, um ser que possa transformar sua realidade para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa perspectiva, Moura (2008) destaca que as instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enfrentam diversos desafios para cumprir a função que lhes demanda a sociedade. Defende que é necessário aproximar mais a ação de cada instituição de EPT do seu entorno para que possam penetrar mais na realidade social, econômica e laboral visando assim, contribuir para a sua transformação. Ainda de acordo com o autor é necessário estabelecer um diálogo social, que envolva as instituições e as áreas de conhecimento como a sociologia, a educação, a psicologia, a economia, e a organização empresarial, bem como, sindicatos e sociedade civil. Nessa perspectiva do diálogo contribuiriam essas instituições, compreendendo de forma mais profunda a realidade socioeconômica. Assim, poderiam atender às demandas e também, potencializar processos voltados para transformação da realidade socioeconômica e cultural garantindo aos jovens ali matriculados seus direitos constitucionais.

Moura e Lima Filho (2016, p. 06), conforme Tabela 1 abaixo mapearam a matrícula no ensino médio e na educação profissional técnica em nível médio no Brasil com dados do Censo Escolar de 2013.

**TABELA 1 – Matrícula no ensino médio e na educação profissional técnica de nível médio no Brasil por dependência administrativa 2013**

Dependência Administrativa	EM (Regular)				EM na Modalidade de EJA <sup>9</sup>	TOTAL	
	Propedêutico <sup>10</sup>		Normal/Magistério	Integrado			Subtotal regular
	Diurno	Noturno					
Brasil	5.525.747	2.328.460	120.218	338.390	8.312.815	1.324.878	9.637.69
Federal	20.191	256	-	117.747	138.194	13.606	151.800
Estadual	4.467.561	2.287.103	108.652	183.637	7.046.95	1.168.925	8.215.878
Municipal	23.332	21.880	6.679	10.738	62.629	40.328	102.957
Privada	1.014.663	19.221	4.887	26.268	1.065,03	102.019	1.167.058

Fonte: Moura e Lima Filho, 2016, p. 06.

Ao analisar os dados da Tabela 1, observa-se que o Ensino Médio é ofertado especialmente na rede estadual de ensino, totalizando 88,2% em toda a rede pública. Já a educação profissional técnica em nível médio corresponde a apenas 6,58% de toda a oferta do Ensino Médio.

Deste modo, dentro do quadro nacional esta oferta ainda é incipiente, especialmente, se imaginarmos a população nacional de mais de 200 milhões de habitantes (IBGE, 2016), que necessitam de mínimas condições de educação para ingresso de forma eficaz e eficiente no mercado de trabalho. Esses por si já são indícios de que a Educação Profissional atendia minimamente à demanda a qual se destina.

**Tabela 2 – Evolução do número de matrículas na Educação Profissional – Brasil – 2008/2014**

NÚMERO DE MATRÍCULAS	ANO				Δ% 2008/2014
	2008	2010	2012	2014	
<b>EDUC. PROF. (CONCOMITANTE E SUBSEQENTE)</b>	795.459	924.670	1.063.655	1.374.569	72,8

Fonte: MEC/Inep/Deed (adaptada)

No ano de 2015, o IBGE (2013) tinha uma estimativa de que a população jovem e adulta (dos 15 aos 59 anos) totaliza um total de mais de 130 milhões. O

<sup>9</sup>Inclui matrículas na EJA presencial médio, semi-presencial médio e integrada à educação profissional no ensino médio.

<sup>10</sup>Na verdade, para a maioria dos sujeitos do ensino médio, especialmente, os das classes trabalhadoras populares que estudam em escolas estaduais e municipais, a oferta é apenas pretensamente propedêutica, posto que, na prática, não prepara os estudantes efetivamente para a fase de estudos posterior, o ensino superior.

Ministério da Educação, segundo a Tabela 2 acima, destaca que há uma oferta de educação profissional para mais de 1 milhão e 300 mil pessoas, o que equivale a média de 1% da população jovem e adulta.

No que se refere às instituições de ensino, conforme Tabela 3, o levantamento estatístico do Ministério da Educação a partir do Censo Escolar de 2014, demonstra que há 5.325 escolas que ofertam a educação profissional técnica, que atendem a mais de um milhão e 370 mil educandos.

**Tabela 3 – Evolução do número de matrículas na Educação Profissional por dependência administrativa – Brasil – 2008/2014**

ANO	MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
<b>2008</b>	942.917	132.732	322.362	36.120	451.703
<b>2010</b>	1.178.540	179.433	418.157	32.265	548.685
<b>2012</b>	1.398.193	224.892	505.714	31.056	636.531
<b>2014</b>	1.784.403	249.604	536.678	40.927	957.194
<b>Δ% 2008/2014</b>	89,2	88,1	66,5	13,3	111,9

Fonte: MEC/Inep

Ao destacar a evolução do número de matrículas na educação profissional no contexto brasileiro, a partir dos dados da Tabela 3, observa-se um aumento significativo de 89,2%. Contudo, ao se analisar a Projeção do Censo Populacional de 2013 percebe-se a necessidade de um aumento ainda maior na oferta desta modalidade de ensino para a promoção do direito à educação e ao trabalho de modo a garantir o que prevê a legislação pátria e que é desejado no meio social.

Esses dados dão o tom da necessidade de confrontar na pesquisa informações de indicadores oficiais para sedimentar a análise argumentativa da pesquisa de forma contextualizada com a realidade.

Para compreender o direcionamento do estudo em questão é imprescindível apontar o conceito que apoia nossos estudos sobre política pública. Sendo esse um conceito complexo e amplo, respalda-se na concepção de Muller e Surel (2012, p. 11), que a entende como programas de ação pública, isto é "[...] dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno

de objetivos explícitos”. Assim, compreendida como espaços de construção de sentido, pois são um elemento da participação política. Os autores nos permitem “vincular as políticas, no sentido de *policies*, às dinâmicas e aos atores que caracterizam a política (*politics*) e aos processos e às interações que concorrem para a formação e a evolução da *polity*” (MULLER e SUREL, 2002, p. 30). De modo que se procura agir para transformar uma situação, problema ou demanda.

Portanto, em consonância com esse pensamento Arretche (2003) destaca que analisar a política no sentido do “Estado em ação” objetiva apreender os programas governamentais, suas condições de emergência, mecanismos de operação e prováveis impactos sobre a ordem social e econômica (FARENZENA e LUCE, 2014).

E para destacar nosso estudo no cenário brasileiro é necessário fazer um breve histórico da configuração da construção da política pública no Brasil. Nossos estudos se baseiam no pensamento de Trevisan e Belen (2008) que enfatizam não apenas como ocorreu bem como, a ampliação dos estudos sobre a construção histórica da agenda de políticas públicas no Brasil. Assim os autores apontam baseados em Melo (1998), que a análise das políticas públicas conheceu seu apogeu na década de 1980, impulsionada pela transição democrática. Este autor ainda destaca três os motivos da expansão. O primeiro ocorreu pelo deslocamento na agenda pública, estruturando-se por questões relativas ao modelo de desenvolvimento brasileiro, e se limitava aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. O segundo, com o fim do período autoritário, percebeu-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que possibilitou o fortalecimento dos estudos sobre políticas. Essa situação levou a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública. E por fim o terceiro, a ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado se tornou o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-1990, o que provocou uma proliferação de estudos sobre políticas públicas.

Os estudos sobre política pública são importantes, pois a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas são fundamentais para o melhoramento do desempenho da administração pública, o que demanda apreender o "Estado em ação". (TREVISAN e BELEN, 2008). Seguindo o pensamento dos autores ancorados nas ideias de Frey (2000) destaca-se que o agir público pode ser dividido em fases parciais do processo político administrativo para a solução de problemas. E aponta que as propostas de análise se configuram no que os autores chamaram de ciclo político que se dividem em fases: a formulação, a implementação e o controle dos impactos das políticas. Assim, o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes que se configuram de acordo com Secchi (2011) em 6 etapas quais sejam:

- a) Identificação do problema: um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível;
- b) A formação de agenda: é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes, que se divide em agenda política - conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública, e agenda formal - também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar;
- c) Formulação de alternativas: a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias, e este pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos;
- d) A tomada de decisão: é o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas
- e) A implementação da política pública: esta fase é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. E neste momento se pode visualizar os obstáculos e as falhas que

costumam acometer a política pública, bem como os erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados; e

- f) A avaliação de políticas e da correção de ação (*evaluation*), na qual se apreciam os programas já implementados no que diz respeito aos seus impactos efetivos. (SECCHI, 2011)

Seguindo a compreensão desse autor a avaliação é importante como ferramenta de investigação dos *déficits*, do impacto e dos efeitos colaterais indesejados de uma política pública, assim, a avaliação se define como um processo de julgamentos sobre a validade das propostas para a ação pública. Para tanto, estabelece 3 elementos de uma avaliação (critérios; indicadores e padrões) e critérios usados para avaliar, tais como: economicidade; eficiência econômica; eficiência administrativa; eficácia e equidade.

Corroborando esse pensamento "a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública" (FREY, 2000, *apud* TREVISAN e BELEN, 2008, p. 531). Desse modo, os autores enfatizam que é possível perceber caso os objetivos do programa tenham sido atendidos, o ciclo político, que poderá ser suspenso ou finalizado, e caso não ocorra se iniciará uma nova fase de percepção e definição de problemas.

Nessa perspectiva acredita-se que avaliar as políticas sobre educação profissional nos permitiria compreender de uma forma mais profunda a realidade da efetivação dessas políticas na formação dos jovens como sujeitos de direitos e cidadãos críticos de sua realidade, se atendem as demandas e também, potencializar processos voltados para transformação da realidade socioeconômica e cultural.

## **Objetivos**

Desenvolver um estudo exploratório acerca da juventude brasileira em articulação com a Educação Profissional com vistas a compreender como o

Estado brasileiro atende o direito à educação e ao trabalho para esses sujeitos. O estudo se desenvolve a partir de uma perspectiva articuladora dos direitos à educação e ao trabalho, pela via da Educação Profissional, tendo em vista a relação indissociável destas premissas constitucionais.

## **Metodologia**

Enfatiza-se que as estratégias metodológicas de uma pesquisa são caminhos que guiam o pesquisador no percurso da pesquisa. Este estudo de cunho bibliográfico e documental tem sua empiria delineada nos indicadores oficiais sobre Educação Profissional como forma de argumentos para desvelar o objeto de estudos no contexto das políticas públicas educacionais. Especificamente, nas matrículas da Educação Profissional vinculadas ao Ensino Médio e à forma subsequente, bem como, nas implicações desta para a ampliação das vagas na forma integrada.

De acordo com Minayo e Sanches (1993), o conhecimento científico sempre transcorre como a busca de articulações entre teoria e realidade, tendo como fio condutor o método, com a função fundamental de articular e fundamentar esses conhecimentos de maneira a proporcionar um caminho claro de investigação.

Assim sendo, pretende-se para o desenvolvimento desta pesquisa inicialmente fazer uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática para a construção do referencial teórico embasado em autores como Frigotto e Ciavatta(2009), que refletem sobre a relação entre educação, formação profissional e desenvolvimento nas sociedades capitalistas; e Moura (2008) que enfatiza a formação humana no contexto da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. Assim, a pesquisa bibliográfica contribuirá para a parte teórica deste estudo, no qual se busca discutir sobre as políticas de Educação Profissional e suas relações nem sempre explícitas como garantia dessa como direito dos jovens.

Concomitante à pesquisa bibliográfica será realizada a pesquisa documental, que de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 51), "constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais ou, ao contrário, atos de vida pública, de alcance municipal, estadual ou nacional". Este tipo foi escolhido por trazer substratos para a análise das políticas em discussão.

Os documentos selecionados para a pesquisa referem-se aos mecanismos de regulação produzidos nas instâncias centrais do Estado, tais como: Leis, decretos e portarias que orientam as formas de controle e coordenação pelas autoridades públicas sobre o sistema de ensino e as políticas educacionais, esses já receberam tratamento institucional e jurídico-legal. A Constituição Federal (1988) os documentos orientadores das políticas e programas de Educação Profissional principalmente os elencados no Decreto nº 11.741/2008 que regulamenta as formas de oferta da Educação Profissional no Brasil e as mais importantes normas legais concernentes à educação, à profissionalização e ao trabalho juvenil serão analisados, observando-se a proteção legal integral e as políticas públicas, além de avaliar até que ponto estes direitos tem sido implementados no país. Entende-se que educação e trabalho são temas juridicamente complexos, notadamente pelo volume de normas que disciplinam cada um desses direitos.

A afirmação anterior pode ser observada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); no instituto da Aprendizagem, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e também assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); além dos novos fomentos de políticas públicas direcionadas à profissionalização que necessitem de análise caso apareçam como necessárias durante a pesquisa. Por essa razão, será feito também um levantamento da produção do conhecimento em torno do tema em bases de dados acadêmicos oficiais a exemplo do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ainda se fará levantamento dos indicadores da Educação Profissional no Brasil de 2008 a 2016 nos Censos Escolares de 2008 a 2016, disponibilizados no

site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos Relatórios anuais de análise dos indicadores de gestão (2008-2016). Assim como, se buscará dados sobre o perfil socioeconômico da população jovem no Brasil no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Acredita-se que, da seleção e do cruzamento dos dados obtidos, numa leitura qualitativa, se possa fazer a análise sobre a formação dos jovens brasileiros para inserção no mundo do trabalho, observando-se a garantia de seus direitos ao trabalho, bem como os sobrantes nessa relação comparativa entre a população jovem e a oferta de Educação Profissional no Brasil.

Percebe-se que as políticas públicas não possuem uma centralidade quando o assunto é Educação Profissional, servindo-se, muitas vezes, de práticas imediatistas e assistencialistas, sem análise técnica e, nem mesmo de seus indicadores pela via do monitoramento e avaliação dessas. Por esse motivo, esses serão utilizados como forma de constituição de argumentações sólidas, considerando-se que esses podem de modo incisivo mostrar que os jovens pobres do Brasil sofrem com as barreiras de acesso à educação e ao trabalho. Servem, portanto, como substrato para o método de exposição a ser desenvolvido na produção desse estudo, baseado em indicadores cujas informações desses, derivadas sedimentarão a argumentação.

Como metodologia investigativa e expositiva tem-se a abordagem materialista-dialética no sentido de análise da realidade por meio de: pesquisa bibliográfica acerca dos fundamentos da Educação Profissional oferecida no Brasil; análise de instrumentos jurídicos/legais tais como, o texto Constitucional atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Consolidações das Leis do Trabalho e do Estatuto da Juventude. Busca-se, assim, evidenciar as principais políticas públicas voltadas à garantia dos direitos à educação e ao trabalho, bem como analisar os indicadores oficiais sobre educação profissional nas bases de dados do Estado brasileiro em domínio público.

Trata-se, portanto, de um estudo quali-quantitativo de base legal com fundamentos histórico-críticos que se alicerçará em indicadores que mostrarão a garantia ou não da educação como preparação para o trabalho para os jovens no Brasil do século XXI.

## Resultados e impactos esperados

Pretende-se com esse trabalho, analisar o contexto histórico, social e político ao qual se configurou o acesso da juventude a direitos fundamentais. Espera-se também, promover a realização de encontros para divulgação dos relatórios intercalares, bem como oferecer subsídios para a compreensão do fenômeno e fomentar a ampliação da discussão e da produção científica sobre a temática a efetivação da política pública de acesso à educação e em específico da Educação Profissional entre os anos de 2008 a 2016.

## Referências

ABRAMOVAY, M.; FEFFERMANN, M. **Juventude e sociabilidade vivendo uma cultura de violência**. In: Sociologia Especial, SP, ano I, n.2, p. 46-55. 2007.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2000.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. Referência sobre práticas formativas em educação profissional. In: ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Filosofia da Práxis**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

BARROS, A. M. de. **Curso de Direito do Trabalho**. 4 ed. São Paulo, LTr, 2008, p. 54-55.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R.. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo Perspec.**, São Paulo: vol. 18, n. 4, 2004. (pp. 8-19).

BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra! **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. (pp. 112-121).

BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-g788599662786.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BONETI, L. W. **Sociologia da educação**. Curitiba: Camões, 2008, p.85.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 11 de julho de 2016.

----- **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)>. Acesso em 12 de julho de 2016.

----- **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 12 de julho de 2016.

----- **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em 12 de julho de 2016.

----- **Estatuto da Juventude**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em 12 de julho de 2016.

----- Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 out.2014.

----- Presidência da República. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004.

----- Presidência da República. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei federal nº. 9.394/96. Brasília, DF: 17 abr. 1997.

CANOTILHO, J.J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 387.

CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas Públicas e desenvolvimento. *In\_ Avaliação de Políticas Públicas*. MADEIRA, L. M. (Org.). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CIAVATTA, M. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CUSTÓDIO, A. V. C.; VERONESE, J. R. P. **Trabalho infantil**: a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB/SC, 2007, p. 242.

DALLEGRAVE NETO, J. A. Contrato de trabalho especial de aprendizagem. **Revista de Direito do Trabalho**. n. 128. São Paulo: RT, outubro-dezembro de 2007. p. 378

EVANGELISTA, D. de O. Sem eira, nem beira: adolescentes em conflito com a lei e as políticas públicas de atendimento. **Revista Inter-legere**; ano 1; nº1; Jan/jul, 2007.

FARENZENA e LUCE, Políticas Públicas de Educação no Brasil: Reconfigurações e ambiguidades. *In*\_\_\_\_\_. **Avaliação de Políticas Públicas**. MADEIRA, L. M. (Org.). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

FRANCISCO FILHO, G. A educação nos governos militares (1964-1985). A educação e a transição democrática (1985-2001). *In*: \_\_\_\_\_. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas: Alínea, 2001 p. 113-155.

FREIRE, P. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. *In*: NOVAES, R. e VANUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GILES, T. R. Quadros da História do processo educativo no Brasil. *In*: \_\_\_\_\_. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO Teixeira. **Censo da Educação Profissional 2010**. Brasília. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao\\_censo2010\\_201210.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf). Acesso em: julho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/2013/default\\_tab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)>. Disponível em: 14 jan. 2016.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 877-910, out. 2006

MACHADO, L. MACHADO, J. Globalização capitalista e apropriação: implicações educacionais e ambientais. *In*: LUCENA, C. (Org.). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MARTINS FILHO, I. G. da S. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**. 15. ed. São Paulo, 2007, p. 3.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 50

MARX, K. **O capital** (crítica da economia política). Livro 1 v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, 473p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Dados Censo 2015**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-da-dos-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-da-dos-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192)>. Acesso em: 14 fev. 2015.

MONTALVÃO, S. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. *In*: **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro, PPHPBC-FGV, ed. n. 3, ano II, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

MOURA, D. H. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. *In*: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Jovens, Ensino Médio e Educação profissional**: políticas públicas em debate. 1. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *In*: **Holos**, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível

em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

MOURA, H. D. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, v. 1, n. 1, jun., 2008.

MOURA, H. D.; LIMA FILHO, D. L. Os diferentes e desiguais ensinos médios no Brasil: o que fazem os que trabalham durante esta etapa educacional. **XXIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste**. EPENN, Teresina, Brasil : Anais [Recurso Eletrônico]/ Universidade Federal do Piauí. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Teresina, PI, 2016.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NASCIMENTO, A. M. **Iniciação do direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo, LTr, 2005, p. 47.

OLIVEIRA, R. Empregabilidade. *In*: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde** / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, O. de. **Trabalho e profissionalização do adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

OLIVEIRA, R. de. Por uma educação profissional democrática e emancipatória. *In*: OLIVEIRA, R. de. (Org.) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: políticas públicas em debate. Campinas: Papirus, 2012.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, B. de S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, S. C. M. **Nas veredas por reconhecimento social**: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo. Tese Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2012.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETI, C. *et al.* (Org.) **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 26.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, J. A. da S. **Comentário Contextual à Constituição**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, L. L. S.; AZEVEDO, M. A. Reforma educativa a partir dos anos 1990: implementação na América Latina e Caribe e particularidades brasileiras. **Holos**, v. 2, p. 250-260, mai. 2

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TREVISAN, A. P.; BELEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun, 2008.

VERONESE, J. R. P; SILVEIRA, M. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

Recebido: 03 out. 2018  
Aceito: 12 nov. 2018

# Ensinar e aprender com “professores-educandos”: o PIBID de ciências sociais da UFRN em destaque

Teach and learn with "teachers-students": the PIBID of social sciences of UFRN in focus

Dannyel Bruno Rezende<sup>11</sup>

## Resumo

A nossa proposta tem por objetivo discutir as experiências educacionais vivenciadas por professores da rede pública do estado do RN no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PIBID/UFRN). Essas experiências se inserem na possibilidade do ensinar e aprender constantes, baseadas no diálogo com estudantes de Ciências Sociais da UFRN, futuros professores de Sociologia. Busca-se não apenas relatar as experiências docentes, mas trazer à tona as orientações surgidas ao longo de toda aprendizagem. Metodologicamente a feitura desse artigo harmoniza teoria e prática enquanto pesquisa científica: contempla uma vasta bibliografia, com ênfase no pensamento do educador Paulo Freire e faz uso de informações empíricas recolhidas por meio de pesquisas etnográficas sobre a escola, a disciplina de sociologia, diálogos com os professores-educandos, informações sobre o programa (PIBID), registros fotográficos, entre outros.

**Palavras-chave:** Ensinar e aprender, PIBID, Sociologia, Paulo Freire.

## Abstract

The present proposal aims to discuss the educational experiences of teachers of the public network of the state RN in the Institutional Program of Scholarship Initiation to the Teaching of the Federal University of Rio Grande do Norte (PIBID / UFRN). These experiences are part of the possibility of teach and learn constant, based on the dialogue with students of Social Sciences of UFRN, future teachers of Sociology. It seeks not only to report the teaching experiences, but also the orientations that have emerged throughout the learning process. The methodology seeks to reconcile theory and practice. Thus, the article includes a large bibliography, with emphasis on the thought of the educator Paulo Freire and makes use of empirical information collected through ethnographic research on the school, the discipline of sociology, dialogues with the teacher-students, information about the program (PIBID), photographic records, among others.

**Keywords:** Teach and learn, PIBID, Sociology, Paulo Freire.

---

<sup>11</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFRN (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2699-0076>; Email: [dannyel.rezende@yahoo.com](mailto:dannyel.rezende@yahoo.com).

*Nunca nos perguntam sobre o que queremos aprender. Pelo contrário, sempre dizem o que a gente deve estudar*<sup>12</sup> (Paulo Freire).

## Introdução

As experiências aqui delineadas buscam expor e analisar, ainda que sucintamente, saberes educacionais vivenciados em um diálogo permanente entre a teoria e a prática docente, entre o aprendizado teórico no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o aprendizado teórico-prático nas Escolas, entre a universidade e as instituições educacionais parceiras do programa. Ensinar a ser professor não é tarefa fácil, pois demanda diversos saberes, a exemplo da compreensão que a educação é uma forma de intervenção no mundo, o reconhecimento de sermos condicionados e a convicção de que a mudança é possível como sabidamente foram elencados por Paulo Freire (1996), em sua "Pedagogia da autonomia".

Longe de tentar recriar as orientações de Freire em seu livro, a nossa intenção é de bater as experiências educativas vivenciadas por professores da rede pública do estado do Rio Grande do Norte no PIBID da UFRN durante os últimos três anos (2014-2016). Pensamos que essas experiências, pelas metodologias estimuladas, recobram de maneira viva os ensinamentos de Paulo. São experiências realizadas dentro do programa e em parcerias com as escolas públicas do RN, com foco ao ensino de futuros professores de sociologia, graduandos em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os quais têm nelas as suas primeiras experiências de ser professor.

A escola pública é a escola da maioria dos brasileiros que só podem contar com ela, é a "escola popular", que Freire a entendia como "escola cidadã" (GADOTTI, 2007). Por isso mesmo que as experiências que relatamos aqui ganham, em certa medida, um viés de experiência popular, de docência que valoriza a escola pública porque nelase ensina e se aprende com as massas, se

---

<sup>12</sup> A propósito da falta da prática do diálogo, Paulo Freire, em conversa com Sérgio Guimarães, cita o questionamento de um aluno em uma comunidade eclesial de base na periferia de Belo Horizonte. Cf. (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 94).

crece enquanto cidadão e a faz crescer como instituição pública<sup>13</sup>. A experiência do programa da universidade é também popular, porque acontece num contexto de políticas públicas do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) <sup>14</sup>, voltadas para a valorização da docência e da escola pública. Desse modo, nada mais necessário do que o resgate de alguns princípios Freireanos no campo da licenciatura, o que o programa tem conseguido realizar.

Em síntese, tentamos evidenciar um pouco do que já foi dito, isto é, expor as experiências de ensinar que percorreram as vivências no programa, na universidade, com as orientações de reuniões de grupos e reuniões gerais, necessárias ao saber formal e/ou teórico, interligando-as às vivências nas escolas, estas voltadas às orientações práticas do processo constituinte de ser professor.

Esse diálogo se deu em ciclo contínuo de teoria-prática, o qual resultou em um aprendizado mais profundo da docência. Desse processo, todos aprenderam, a exemplo de resultados importantes, expressos em princípios que foram elencados logo mais à frente, para uma prática docente mais respeitosa do aluno e do conhecimento. São, portanto, experiências paulofreireanas estimuladoras de uma prática educativa edificadora de sujeitos. Por isso, o ato de ensinar a ser professor, por meio do programa, foi também um ato enriquecedor de aprender.

## **Metodologia**

A nossa metodologia de construção do trabalho, enquanto atividade científica, concilia duas linhas principais: uma teórica e outra prática. Assim, fundamentamos as nossas reflexões teóricas, substancialmente, nas contribuições do educador Paulo Freire (1986; 1996; 2003; 2005; 2006; 2011; 2013), ao mesmo tempo em que mantivemos diálogos com autores como

---

<sup>13</sup> Para conhecer um pouco mais do perfil da escola pública (educadores, educandos, funcionários, entre outros) na qual foi desenvolvida as atividades do PIBID, conferir, como exemplo, (ALMEIDA et al, 2014; REZENDE, 2016; SILVA; SOUZA; REZENDE, 2015).

<sup>14</sup> O PIBID faz parte de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal (MEC) com o objetivo de melhorar a educação no Brasil, tanto no ensino superior como no ensino básico. Exemplos de outras políticas estimuladas pelo governo são: FIES, Prouni, ENEM/SISU, PRONATEC, Ciências sem fronteiras, entre outros.

Boaventura de Sousa Santos (2002; 2006;2008), Edgar Morin (2000), Vandana Shiva (2003), Gayatri Spivak (2010). Já do ponto de vista do conhecimento prático, nosso relato se sustenta nas vivências institucionais docentes que foram recobradas pelo pensamento e respaldadas nos registros etnográficos das escolas fundamentados, sobretudo, nas reflexões de Cláudia Fonseca (1999), Maurício de Souza (2006), Amurabi Oliveira (2013) e da disciplina de sociologia, nas atas de reuniões do PIBID/CS, nos relatórios semestrais (2014-2016) que eram enviados à coordenação geral do Programa na universidade, nos diálogos com os professores-educandos, em publicações de trabalhos feitas pelos seus membros sobre o programa (ALMEIDA et al, 2014; REZENDE, 2016; SILVA; SOUZA; REZENDE, 2015), nos registros fotográficos das escolas (Cf.: Blog do PIBID/Ciências Sociais: <http://pibidcsufrn.blogspot.com/>), entre outros.

### **Espaços de formação docente: o PIBID de ciências sociais da UFRN e as escolas parceiras**

O PIBID é uma proposta do Ministério da Educação e Cultura (MEC), junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Governo Federal, que incentiva os alunos das licenciaturas das Universidades Federais para que tenham uma melhor formação profissional voltada à Educação Básica, inserindo-os na realidade da escola e estimulando-os à participação em atividades formativas, bem como busca capacitá-los cada vez mais ao exercício docente.

Nesse contexto, dentre os vários subprojetos do PIBID está o de Ciências Sociais da UFRN (PIBID/CS), atualmente inserido nas escolas estaduais do Rio Grande do Norte em Natal: Professor Anísio Teixeira, Atheneu Norte-Riograndense e Berilo Wanderley. Escolas essas selecionadas conforme importância e viabilidade prática de execução do programa no estado. O projeto conta com a participação de cinco professores-educadores (Supervisores — Professor Ms. Augusto Vieira, Professor Ms. Dannyel Rezende e Professor Ms.

Gustavo Petrovich e Coordenadores — Professora Dra. Ana Patrícia Dias e Professor Dr. Douglas Araújo) e 32 professores-educandos (Bolsistas) <sup>15</sup>.

A Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, fundada em 1974 e localizada no bairro comercial de Petrópolis, se caracteriza por ser conhecida por seu ensino compromissado e por sua localização na cidade, em frente à “Praça Cívica de Natal”. É uma instituição de grande porte que funciona nos três turnos do Ensino Médio, abrigando algo em torno de 1600 alunos de todas as zonas da cidade e uma equipe escolar de 97 trabalhadores, além de uma razoável estrutura física, com prédio conservado, salas de aulas, refeitório, biblioteca e outros mais equipamentos.

O Colégio Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense, localizado também em Petrópolis, se destaca por ser considerado a segunda mais antiga instituição escolar brasileira, com fundação em 1834 — a mais antiga é o Ginásio Pernambucano de 1825 (CASCUDO, 1961). Possui um prédio histórico tombado pelo governo e em formato de um “X”. Recentemente reformado e com uma grande estrutura física, o colégio conta com cerca de 1200 alunos (de toda Região Metropolitana) nos turnos Matutino e Vespertino, nas três séries do Ensino Médio e uma equipe de profissionais em torno de 72 trabalhadores entre professores, administradores, funcionários, entre outros.

A Escola Estadual Berilo Wanderley, por sua vez, está localizada no conjunto Pirangi, bairro Neópolis, Zona Sul da cidade. Fundada em 1984, ficou conhecida por ser uma instituição modelo de magistério e passou a oferecer no seu turno matutino o ensino fundamental, ampliando-se, a partir de 1990, para o Ensino Médio nos turnos vespertino e Noturno. Caracteriza-se por ser uma instituição de médio porte com uma boa infraestrutura em salas, biblioteca, quadra poliesportiva, refeitório, entre outros. Apresenta algo em torno de 1300 alunos, a sua maioria do próprio bairro e um quadro aproximado de 70 trabalhadores entre professores, gestores e demais funcionários.

---

<sup>15</sup> Essas terminologias “professor-educador e professor-educando” são adaptações específicas feitas por nós a partir da compreensão geral que temos da linguagem Freireana (“educador e educando”), não se trata, portanto, de construção própria do autor Paulo Freire.

O subprojeto de CS está organizado em reuniões semanais, por subgrupos e reuniões por escolas, quinzenalmente realizadas e em alternância, isto é, na semana em que se realiza reunião por subgrupo não se realiza por escola, alternando-se seguidamente. Há, também, as reuniões gerais, que acontecem às sextas-feiras pela manhã, nas quais se debate assuntos de interesse de todos. Os subgrupos estão divididos em: "Leituras Sociais", que pretende oferecer um melhor suporte na leitura e escrita voltada para a Sociologia; "Teatro do Oprimido", que têm como características o exercício da criatividade e a consciência do corpo; e o subgrupo "Imagem" cujo objetivo é analisar e formar um olhar crítico sobre as imagens, criando, de modo geral, debate em torno de questões que sejam relevantes à sociologia (ALMEIDA, 2014).

O PIBID/CS objetiva construir uma prática docente permanente que dialogue com a realidade das escolas. Pensando em uma formação cada vez mais consistente, o programa possibilita aos professores-educandos uma importante imersão em sala de aula para que entrem, desde o início de sua profissionalização, em contato com o universo educacional básico, articulando teorias e práticas e promovendo trocas de experiências com os alunos e profissionais das escolas. É um destacado incentivo à prática docente direcionada ao campo do Ensino Médio, melhorando a qualidade da formação de futuros professores; possibilitando à educação novos caminhos para pensar a formação docente na universidade e investindo na escola pública, ao tentar transpor o gigantesco "muro" que a separa do meio acadêmico, como se fossem instâncias produtoras de saberes não relacionais (ALMEIDA, 2014).

## **Diálogos**

Ensinar e aprender são processos concomitantes do ofício de ser professor. O ato de educar é sempre um ato de aprender. É nesse processo que ensinando, aprende-se a ensinar e que ensinando, aprende-se a dialogar, pois não há ensino e nem aprendizagem sem o diálogo e essa é uma das principais lições de Freire para aqueles que assumem a docência em abertura, que a veem

como um processo epistemológico crítico, criador e contínuo. Ensinar e aprender só são possíveis no diálogo com o outro, no contexto e no reconhecimento da limitação histórica do ser que aprende.

O diálogo, nesse sentido, não é para Freire simplesmente técnica como o “ir e vir”, é condição essencial da própria aprendizagem humana: “algo que pertence a própria natureza do ato de conhecer” (FREIRE; GUMARÃES, 2011). Como estrutura democrática e construtiva de saber crítico-reflexivo, o diálogo é percebido como uma relação horizontal de A com B, nasce de uma matriz crítica e gera criticidade, faz o exercício da comunicação. “Comunicar-se”, nesse sentido, é sempre compreensão e atitude diferente de “comunicado”, uma vez que aquele é, para Freire (2006), essencialmente relação dialógica e este, relação monológica entre interlocutores, não propiciando a criticidade do homem.

Centrados, então, na metodologia do diálogo como diretriz freireana para as nossas atividades acadêmico-escolares, as reuniões realizadas no programa buscavam dar maior consistência a formação docente. Dessa maneira, nos encontros semanais de grupos, ocorridos às quintas-feiras, o ambiente construído prezava pelo contato direto professor-educador e professor-educando. Esse espaço se constituía como sendo essencial para a formulação daquilo que, tal vez, seja de maior significância para a formação dos futuros professores em sociologia, isto é, os saberes necessários à prática docente nas escolas.

Falamos, aqui, de um conjunto de saberes dados pelo aprendizado técnico do planejamento escolar, que em nosso caso, fundamentados no sequenciamento de aulas, possibilitou o encontro direto dos professores-educandos com a realidade docente ao transformar a sua experiência numa prática ainda mais rica. Assim, uma das principais mudanças dentro do programa foi substituir, em 2014, o plano tradicional de aula pela sequência didática, isso significou uma docência mais afinada com a formação real do professor, como veremos logo à frente. Além disso, priorizamos o debate pedagógico, com a secundarização de aulas expositivas e ênfase em aulas mais participativas com o

uso, por exemplo, de dinâmicas de grupos em sala de aula, de tecnologias, atividades de leituras, entre outras.

Nessas reuniões desenvolvíamos também estudos específicos nas áreas de leitura, imagem e teatro, no qual, em cada subgrupo, procurávamos instrumentalizar um desses saberes para a sala de aula com o seu posterior compartilhamento nas reuniões gerais. Isso era feito por meio de leituras de textos, filmografias, livros, etc.<sup>16</sup>. Frizamos as orientações voltadas para a prática etnográfica como forma de conhecer a realidade escolar e adentrar em seus desafios e potencialidades (FONSECA, 1999; SOUZA, 2006; OLIVEIRA 2013). E, finalmente, acentuamos, por sua importância, o debate e as reflexões sobre as aulas ministradas nas escolas. Debate feito em ciclos de diálogos, mediados pelos professores-educadores, como forma de autoavaliação e avaliação em grupo, bem como sugestão de potencialização pedagógica das reuniões.

Complementando esta realidade, nas reuniões gerais às sextas-feiras, os encontros com todos os presentes (professores-educadores e professores-educandos), possibilitavam-nos o debate geral das atividades semanais e as trocas das experiências/saberes de todos, ampliando a formação docente, sobretudo, no fazer ver ou no analisar a docência de modo geral. A pauta de discussão contemplava, quase sempre, informes gerais sobre o programa e a universidade, os desafios da docência no Ensino Médio e Ensino Superior, com ênfase no debate sobre as experiências docentes nas escolas e a compreensão de textos e filmografias agendadas. Essas reuniões contribuíam para a socialização dos conhecimentos que estavam se fazendo e o seu enriquecimento teórico, bem como insurgia como espaço de centralização e unidade das tomadas de decisões que envolveria as atuações nas escolas.

---

<sup>16</sup> Nos estudos sobre leitura destacamos principalmente Paulo Freire, ao que se refere aos diferentes livros já citados ao longo deste texto. Por outro lado, também era realizada pelo subgrupo a leitura de obras literárias, como o clássico Machado de Assis, entre outros. No debate sobre imagens diversos trabalhos foram elencados, como exemplos, citamos principalmente Rosália Duarte (2006), Roseli Silva (2007), José de S. Martins (2011). Para o teatro a referência essencial do subgrupo e da qual partia os exercícios era Augusto Boal (2005) com o teatro do oprimido.

Era, porém, no interior da escola que a prática docente tomava vida<sup>17</sup>. Nesse sentido, é importante destacar que os professores antes de atuar nas escolas a conhecessem. Foi assim que se deram as visitas nas escolas ou, como ficou registrado, a "pesquisa etnográfica", a qual tinha como objetivo o conhecimento do universo escolar desde a comunidade ao entorno até o interior da sala de aula. Por meio desta atividade os bolsistas faziam o reconhecimento da escola através do registro de imagens e informações conseguidas em entrevistas com a direção, coordenação, professores, servidores e alunado. Essa atividade se iniciava a partir do momento que o professor-educando se tornava membro do grupo e se prolongava com as intervenções nas escolas, pois possibilitavam momentos de ampliação do conhecimento até as intervenções em sala de aula, que eram momentos também de realização etnográfica.

Para a realização das experiências docentes, por sua vez, era necessário o planejamento. Feito isso, abria-se espaço para o ministrado das aulas. A ideia norteadora era que os professores-educandos se empenhassem para elaborar suas aulas, pô-las em prática, dialogar com os alunos, construir ou ressignificar metodologias, elaborar atividades e avaliações, mas acima de tudo, pudessem perceber o ato de ensinar como uma totalidade complexa, um encadeamento de saberes, contextos e situações relacionais.

Dessa experiência não nos resta dúvida que a opção pela sequência didática foi especialmente favorável à docência, pois ela permitiu ao professor-educando uma maior permanência na sala de aula, tornando-o conhecido pelos alunos e não um professor visitante favoreceu a construção de vínculos dialógicos professor-aluno, possibilitando uma visão de retomada de conteúdos ou imbricamentos das suas aulas (não aulas ministradas de maneira esporádica e/ou desconectadas), possibilitando ao docente o alongamento de sua experiência prática e potencializando o seu aprendizado formacional, dado que com o contato prolongando as mais diversas situações de sala, os desafios educacionais tendem a aparecer ao professor.

---

<sup>17</sup> Para um relato mais detalhado sobre a atuação dos "pibidianos" na escola cf.: (ALMEIDA et al, 2014; REZENDE, 2016; SILVA; SOUZA; REZENDE, 2015).

Assim, a prática docente trouxe à tona situações ainda não vivenciadas pelos professores-educandos, fazendo com que eles procurassem soluções para os diversos problemas surgidos no âmbito da sala de aula. Desafios que vão desde a quebra de rotinas na escola, por diversos motivos – como a falta de água, merenda escolar, reunião de professores de última hora - às mudanças no calendário escolar - em virtude de paralisações por protestos, eventos inesperados, feriados, etc., possibilitaram a eles maior realidade à prática docente. A escola viva apareceu diante de seus olhos, a escola popular como Freire sempre acentuou, a escola pública com os seus desafios cotidianos para o aluno e para o professor. Foi essa a escola que eles se depararam e vivenciaram as suas angústias. Aprenderam a ministrar aulas em um contexto real de docência.

Dessa forma, foi no chão da escola que os professores-educando puderam, pela primeira vez, encarar um público e falar para todos, enfrentando os seus medos e timidez (FREIRE, 2013), encararem as dificuldades de debater com os discentes sobre os conteúdos sociológicos, nas suas diversas possibilidades ideológicas, insurgindo-se contra as “monoculturas da mente” (SHIVA, 2003), articular saberes diversos na sala de aula como religião, senso comum, ciência, entre outros, em uma verdadeira “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2008), fugirem às “violências epistêmicas” (SANTOS, 2006; SPIVAK, 2010) na relação professor-aluno, identificar, dentro de suas limitações de experiência docente, as invisibilidades ou ausências no interior da escola e da sala de aula e conferir importância ao diálogo (FREIRE, 2005; 2006) como ferramenta para a construção do saber educacional. Isso tudo, além do aprendizado teórico, específico da docência, relacionados ao conteúdo, à orientação do aluno, ao controle do tempo de aula, entre outros.

Com pertinência, acentuamos que esses saberes foram frutos das reflexões teórico-práticas do professor-educador e dos professores-educandos dentro do programa. Do educador, em seu amadurecimento formacional-acadêmico e experiência pedagógica-escolar e do educando, em formação universitária e práticas iniciais no chão das escolas. São conhecimentos, em

essência, conferidos pelas traduções das orientações que tomavam vidas no conjunto das atividades mencionadas e faziam-se e refaziam-se em processos contínuos de práticas e reflexões por meio dos círculos de diálogos semanalmente realizados.

Assim, desses encontros dialogados e das experiências vivenciadas surgiram a possibilidade de reafirmação, teórico-prática, de alguns princípios educacionais que no caminhar foram sendo assimilados por todos nós. Pontuamos:

- a) A necessidade de uma docência que dialogasse com os alunos e com a realidade dos alunos, isto é, que estabelecesse a comunicação professor-aluno;
- b) A importância de conhecer o universo sociocultural do educando (o contexto, a linguagem, os gostos culturais, as experiências, etc.), com a finalidade de ministrar uma aula mais "significativa" (FREIRE; SHOR, 1986);
- c) O reconhecimento do saber do aluno e do professor como saberes diferentes e igualmente válidos (FREIRE, 1996; SANTOS, 2002);
- d) A valorização da experiência do aluno, a qual tem por base, diversos saberes, sobretudo, o senso comum (FREIRE, 2005; SANTOS, 2002);
- e) O estímulo a empatia docente no ministrar das aulas (FREIRE, 1996; MORIN, 2000), entre outros.

São orientações basilares que, como ressaltamos, foram possíveis a partir da adoção da metodologia do diálogo como norteadora da aprendizagem e como propulsora de possibilidades de se conhecer cada vez mais a docência a partir das próprias experiências e das reflexões advindas delas. Nesse sentido, é que as diversas falas dos professores-educandos, nas reuniões do programa, significavam a sua imersão no universo docente, ou seja, não apenas expressavam, oportunamente, o entendimento desse universo que, até então, estava oculto a eles, mas também, o denunciava criticamente. A reflexão, que é resultado de uma prática e que para ela volta, é práxis, é conhecimento crítico de

um sujeito que está no mundo e com ele interage criticamente. O diálogo como método é caminho para essa interação como pensava o educador Paulo Freire.

## **Resultados alcançados**

As experiências vivenciadas por meio do programa de iniciação à docência nos possibilitou a construção de diversos saberes educacionais. Além dos conhecimentos auferidos nas reflexões anteriores, ressaltamos o aprendizado teórico através de leituras de textos e análises filmográficas<sup>18</sup>; o amadurecimento das relações coletivas, com o trabalho em grupo e o aprendizado da importância da tomada de decisões em conjunto; um aperfeiçoamento na forma de planejar e ministrar atividades didáticas; a importância do saber dialogal, necessário ao debate democrático, à orientação e à compreensão do outro enquanto ser que aprende; o significado prático com a aproximação dos professores-educandos ao campo de atuação docente, refletindo em um conhecimento mais aprofundado sobre a escola e a sala de aula. Finalmente, o resgate de princípios gerais norteadores de uma prática educativa bem próxima de "um conhecimento prudente para uma vida descente" (SANTOS, 2006).

## **Considerações finais**

O registro das vivências educativas no programa do PIBID/CS/UFRN e nas escolas parceiras (Escola Professor Anísio Teixeira, Atheneu Norte-rio-grandense e Berilo Wanderley) se insurge contra o "desperdício das experiências", conforme nos ensina Boaventura de Sousa Santos (2002). Debateremos as experiências educativas vivenciadas por professores da rede pública do Rio Grande do Norte nesses três últimos anos (2014-2016) no que cumhamos de "ensinar e aprender a ser professor".

---

<sup>18</sup> Foram acompanhados diversos textos e filmes ao longo dos anos (2014-2016), como exemplos relevantes podemos citar os trabalhos de Paulo Freire (1986; 1996; 2013), Rubem Alves (2004; 2011), Celso Antunes (2013), Edgar Morin (2000; 2003), entre outros. No que se refere ao cinema, cita-se os filmes 5X Favela (2010), Crianças invisíveis (2005), O sal da terra (2015), Tempos modernos (1936).

Entendemos que as práticas educativas, pela metodologia adotada do diálogo, recobram em muito os ensinamentos de Paulo Freire. Pois, era princípio aos ensinamentos, tanto nas escolas como nas reuniões na universidade, o questionamento e a problematização de temas em uma relação que privilegiava o diálogo entre os participantes. Esses temas eram debatidos a partir de uma questão-problema e inseridos por uma variedade de mecanismos propulsores do diálogo como textos, filme, atividades de teatro, entre outros. O diálogo, como acentuado anteriormente em Freire (2006), é, essencialmente, uma relação de "ida e volta" a qual pode inserir-se numa multiplicidade de opiniões de sujeitos e apresentar-se como matriz esclarecedora de realidades múltiplas.

Não necessariamente o diálogo significa consenso ou o debate seja consenso. Aliás, na sociologia o saber não se constrói em um único ponto de vista e nem o sujeito que aprende firma o seu conhecimento, enquanto "verdade", no exato momento da aprendizagem. O sujeito é ser histórico e o saber, o qual se aprende, é construído ao longo do tempo e isso implica, necessariamente, reviravoltas no que foi construído, daí o abandono de ideias, mudanças de opiniões ou cristalizações de pensamentos pelo homem ao longo da história.

Consideramos, também, que as experiências de ensinar e aprender com os futuros professores de sociologia, - em seus significados diversos -, podem ser lidas como contribuições, à formação docente, às diversas instituições educacionais do país, isto é, elas nos possibilitam, em certa medida, a pensar a docência em sua formação no ensino superior, a medida em que põem luz sobre algumas potencialidades da formação de professores por meio do programa PIBID da UFRN.

Essas vivências trouxeram à tona importantes saberes pedagógicos, - assentados em autores de reconhecimento nacional e internacional, em especial Freire -, pertinente a uma docência de maior significado social. São saberes que se fundamentaram em etnografias, como forma de conhecer as escolas, leituras de grupos a partir de textos essenciais de Freire e outros autores, saberes técnicos de planejamento escolar e avaliações de experiências em sala de aula,

entre outros, em um processo contínuo de práticas nas escolas e reflexões através de círculos de diálogos semanais no PIBID.

Em síntese, avaliamos as experiências como bem-sucedidas. Além dos resultados alcançados, que foram salientados por nós anteriormente, ressaltamos como as potencialidades do PIBID para construir ou ressignificar metodologias cresceram e como as capacidades de profissionalização da docência em sociologia aumentaram. Sobre isso, alguns estudos começaram a ser feitos, como artigos, monografias e dissertações sobre o PIBID/CS. Esperamos que isso reflita socialmente em um quadro de professores mais afinados com a sala de aula.

## Referências

**5 X FAVELA: AGORA POR NÓS MESMOS.** Direção de Manaira Carneiro et al, Brasil, 2010.

ALMEIDA, J. A. de., et al. Percepções freireana sobre a educação: a escola como tecido de relações humanas. In.: **ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS**, 5, 2014, Rio Grande do Norte. Anais... Rio Grande do Norte: UFRN, 2014.

ALVES, Rubem. A casa que educa: as lições que se aprendem "construindo". **Rev. Educação**, 10 set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/amyr-klink-casa-educa-coluna-rubem-alves/>> Acesso em: 13 set. 2016.

ALVES, Rubem. A complicada arte de ver. **Folha online**, São Paulo, 26 out. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ANTUNES, Celso. **Professores e professores**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Ateneu norte-rio-grandense**, Natal, 1961. Coleção Juvenal Lamartine.

**CRIAÇAS INVISÍVEIS.** Direção de MehdiCharef, et al. França/Itália, 2005.

- DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 10, p. 58-78. 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim; tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Partir da infância: diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: (diálogos)**. 3. ed. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GADOTTI, Moacir. **A escola e o Professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. Ed. São Paulo: Editora contexto, 2011.
- MORIN, Edgar. **A cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- O SAL DA TERRA: UMA VIAGEM COM SEBASTIÃO SALGADO**. Direção: Wim Wenders e Juliano Salgado, Brasil (documentário).
- REZENDE, Dannyel Bruno Herculano. Partir do cinema: docência, experiências e saberes em sociologia. In.: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 3, 2016, Natal. Anais...Campina Grande: Realize Eventos, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. v. 4. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Leiliane Cosme da; SOUZA, Marília Cirília Nascimento de; REZENDE, Dannyel Bruno Herculano. Discutindo a sexualidade no ambiente escolar: relato de experiência no colégio estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense (Natal/RN). In.: **COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE**, 11, 2015, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Eventos, 2015.  
SILVA, Roseli Pereira. **Cinema e Educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Por uma educação antropológica: comparando as ideias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n.33, p. 487-496, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**TEMPOS MODERNOS**. Direção de Charles Chaplin, EUA, 1936.

Recebido: 07 set. 2018

Aceito: 16 out. 2018

# Antônio Candido: Uma abordagem sintética para a sociologia da arte/literatura

Antonio Candido: a synthetic approach to the sociology of art/literature

Rosano Freire<sup>19</sup>

## Resumo

Tomando como ponto de partida o estudo de Zolberg (2006) sobre o cenário das pesquisas em sociologia da arte e da literatura (que foi historicamente polarizado pela disputa entre estetas/críticos e historiadores/sociólogos), e sua ideia central, que caminha no sentido de afirmar a necessidade de uma postura convergente, chamada sintética, para melhor tratamento do objeto artístico, o objetivo deste artigo é de discutir a proposta teórico-metodológica de Antônio Candido e apresentá-la como instrumento de análise importante, que atende aos critérios elencados por Zolberg, e que pode/deve ser mais utilizado nas rotinas de pesquisa no campo da sociologia.

**Palavras-chave:** Antonio Candido. Sociologia da arte. Literatura. Abordagem Sintética.

## Abstract

Taking as its starting point the study Zolberg (2006) on the stage of research in the sociology of art and literature (which has historically been polarized by the dispute between aesthetes / critics and historians / sociologists), and its central idea, which goes towards to affirm the need for a convergent approach, called synthetic for better treatment artistic object, the purpose of this article is to discuss the theoretical and methodological proposal of Antonio Candido and present it as an important analytical tool that meets the criteria listed by Zolberg, and that can / should be used in search routines in sociology.

**Keywords:** Antonio Candido. Sociology of art. Literature. Synthetic approach.

---

<sup>19</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFRN (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3034-2218>. Email: [rosanofreire@gmail.com](mailto:rosanofreire@gmail.com).

## Introdução

Tomando como ponto de partida o estudo de Zolberg (2006) sobre o cenário das pesquisas em sociologia da arte e da literatura (que foi historicamente polarizado pela disputa entre estetas/críticos e historiadores/sociólogos), e sua ideia central, que caminha no sentido de afirmar a necessidade de uma postura convergente, chamada sintética, para melhor tratamento do objeto artístico, o objetivo deste artigo é de discutir a proposta teórico-metodológica de Antônio Candido e apresentá-la como instrumento de análise importante, que atende aos critérios elencados por Zolberg, e que pode/deve ser mais utilizado nas rotinas de pesquisa no campo da sociologia.

De acordo com Soares e Morais (2006), no campo da sociologia as disputas estiveram sempre em torno de postulados "puramente sociológicos" e postulados sintéticos. Ver-se-á, de maneira sucinta, como as teorias e métodos de dois sociólogos vastamente utilizados em pesquisas em sociologia da arte/literatura, Howard Becker e Pierre Bourdieu, não alcançam de maneira satisfatória o objeto artístico. A proposta de Candido, por sua vez, seria mais sensível ao elemento estético. Ao leitor mais atento não será difícil identificar o fator subjacente às nossas discussões: a *forma*.

É bem verdade que o projeto intelectual de Antônio Candido permeia o cenário cultural brasileiro desde há muito, e, com mais força, a partir do último quartel do século XX. No entanto, notamos resistências, objeções e posturas refratárias ao seu uso na sociologia, justamente por ele ter construído grande parte do seu cabedal teórico em ou campo, o das Letras. Procuraremos, portanto, também tratar a trajetória de Candido e mostrar como o vínculo com a sociologia está imbricado em seus desde cedo.

## Perspectivas metodológicas de abordagem

De início, é importante assinalar que a arte participa de um domínio complexo, onde, se no passado se divergia sobre o que era uma arte "bela", hoje

se discute, até mesmo, o que é e o que não é arte. Em outros termos, é uma área de difícil consenso e que abriga as mais variadas disputas. E dentro dessa disputa por definir aquilo que é válido como arte (teorizar sobre ela), passa também a questão de discernir os métodos e técnicas mais *adequados* para sua abordagem. Por isso que nesse âmbito a separação teoria/método não é tão simples – ou não é tão facilmente perceptível.

Dentro dela concorrem diversos discursos, que podem partir da academia, do estado, do mercado, de *experts* e colecionadores, dos próprios artistas ou de um grupo destes. Neste sentido, a própria sociologia da arte seria mais um discurso em batalha nesse campo. Claro que a sociologia não é um todo homogêneo e que “os sociólogos divergem entre si na maneira de ver a sociedade, os atores e os processos sociais” (ZOLBERG, 2006, p. 31), o que, por conseguinte, afetaria na maneira como cada um enxergaria a arte.

Mas, de um modo geral, pode-se dizer que existe um cabedal de contribuições da sociologia para o entendimento da arte, precisamente no seu tipo de análise que se concentra na “construção social de idéias e valores estéticos [...] e nos processos de criação ou produção, instituições e organizações” (Ibid, p. 32).

Essas formulações teóricas da sociologia encontram grandes dificuldades para se estabelecer no campo artístico, primeiro pelos problemas acima assinalados, que concernem à natureza de difícil definição da arte, e depois pelo “resultado de posições intelectuais e institucionais que tomam para si o estético, chamando a atenção para o possível despreparo da sociologia em relações a essas questões”, como sustenta Santana (2013), que produziu recente trabalho sobre os problemas metodológicos da pesquisa em arte/literatura.

Está, dessa maneira, posta a principal fratura na rotina das pesquisas em arte: de um lado, estariam reunidos todos aqueles que detêm a autoridade para versar sobre estética (críticos e filósofos da arte), e de outro, todos aqueles que lidam com elementos de vários níveis, menos com estética, e que estariam desabilitados para tratar de questões dessa ordem (sociólogos e historiadores).

Os primeiros, a quem Vera Zolberg (2006) chama de *humanistas*, são praticantes de um tipo de abordagem conhecida como *internalista*:

Com isso quer-se dizer que eles analisam seus elementos formais: técnicas e meios utilizados, conteúdo das imagens ou linguagem, influência estética de obra na mesma tradição ou similar. Eles veem cada grande obra como uma criação singular e significativa de seu criador. (ZOLBERG, 2006, p. 34).

Os segundos, que partilham da visão de que a obra de arte não pode ser compreendida apartada de seu meio social, lançariam mão de outra forma de abordagem, tida como *externalista*:

Em contraste com os especialistas da estética, os cientistas sociais partem da premissa de que a arte deve ser contextualizada, em termos de lugar e tempo, bem como, mais especificamente, em termos de estruturas institucionais, normas de recrutamento, treinamento profissional, recompensa e patronato ou outro apoio qualquer. Os sociólogos concentram-se na relação do artista e da obra com as instituições políticas e as ideologias, e outras considerações **extra-estéticas**. (ZOLBERG, 2006, p. 37 – 38, grifo nosso)

Não caberia aqui neste trabalho, pelo curto espaço a que se propõe, escrutinar de maneira extensa os programas metodológicos de Howard Becker e Pierre Bourdieu - só para citar alguns dos mais clássicos na área da sociologia, pois é claro que a discussão é muito mais vasta dentro dessa área - no que tange à análise sociológica de obras literárias. Mas também não seria interessante passar ao largo deles, sem ao menos ressaltar-lhes os principais pontos.

Então, mesmo correndo o risco de ser redutor, pode-se dizer, por exemplo, que Howard Becker (2010), em seus "mundos da arte", está muito mais preocupado em analisar os atores responsáveis por gerar sentido e valor aos objetos produzidos por esses mundos. Ator significa, então, dizer que para ele a obra é resultado de uma cadeia de produção que envolve (1) artista, (2) mercado distribuidor e (3) público minimamente habilitado. Ela seria, portanto, fruto da ação coletiva.

É isso (*análise de interações dentro dos mundos da arte*) que faz, por exemplo, com que o programa metodológico de Becker seja conhecido como um clássico da abordagem externalista: "não é possível dimensionar espaço para

uma sociologia da obra na sociologia da arte de Becker" (SANTANA, 2013, p. 41); "A abordagem de Becker é, seguramente, o exemplo mais claro de uma sociologia da arte em que a própria obra artística não tem muita importância" (MORAIS & SOARES, 2006, p. 12).

Bourdieu, na sua tentativa de superar a dicotomia agência/estrutura, erige os conceitos de *campo* e *habitus* – que vão se constituir na base para epistemológica das pesquisas em ciências sociais. Propõe, então, um método relacional, que buscará analisar *posições* dentro do campo, que dependerá da posse ou não do *capital* (econômico e cultural). Em *As Regras da Arte* (1996), Bourdieu aplicará suas principais ferramentas analíticas em um estudo empírico, neste caso, o romance *Educação Sentimental*, de Gustave Flaubert.

Entretanto, mesmo com sua referida tentativa, Bourdieu acaba pesando mais o lado estrutural, ao centrar-se, principalmente, nas *homologias* entre os campos e nas posições dentro dele, tangenciando, em certa medida, a obra em si: "o postulado metodológico é o da existência de uma homologia entre espaço das tomadas de posição (escolhas) e espaço das posições ocupadas no campo" (MORAES; SOARES, 2006, p. 31); "a questão central de Bourdieu será, então, não analisar a coisa em si (...), mas investigar o que o estatuto da coisa revela sobre o social que ela materializa" (SANTANA apud ALMEIDA, 2013, p. 57).

Durante muito tempo (e até hoje), dentro do campo da arte, os sociólogos sofreram muitas críticas sobre sua perspectiva de abordagem da obra artística. Eles eram acusados pelos humanistas de praticar uma espécie de *reducionismo sociológico*, que consistiria, grosso modo, em conceber a obra de arte como resultado ou produto de um ou mais fenômenos sociais, como se ela fosse, grosso modo, um reflexo do mundo social – essa crítica foi direcionada inicialmente para os cientistas sociais de alinhamento marxista, mas se estendeu a muitos outros também, assim como aos mencionados acima.

Se em muitos casos essa ressalva é válida, também é verdade, como lembra ainda Zolberg (2006), que os críticos e os filósofos da arte acabam também caindo em outro tipo de *reducionismo*, quando levam ao paroxismo suas assertivas sobre a "aura" da obra e do autor, fazendo com que as

considerações estéticas pareçam que cabem só a eles próprios, implodindo, assim, qualquer possibilidade de universalismo – tão propalada por eles próprios.

É por esses debates já terem sido travados à exaustão, e por estarem, diga-se, até certo ponto exauridos, que uma saída começou a ser trilhada. Zolberg (2006) reivindica, por exemplo, um terceiro tipo de abordagem, chamada de *sintética*, que buscaria equalizar, de maneira minimamente satisfatória, análises estéticas e extra-estéticas.

Isso não sugere uma completa conversão do sociólogo, que teria de se transportar para o terreno dos estetas. Significa, antes, que para proceder de maneira eficaz à análise do objeto artístico, ele teria que adicionar ao seu conhecimento dos aspectos estruturais um mínimo de saberes relativos à estética, à forma, à linguagem. Em suma, aos ditos elementos internos.

Por fim, vale frisar que o chamado para uma abordagem sintética da arte não quer esgotar a questão, nem tampouco deslegitimar análises que podem (e ainda continuam a) ser feitas tanto de um lado quanto de outro. O que se quer, antes, é conjugar duas perspectivas que se encontram contraposto mais por elementos de ordem acadêmica, institucional, e, por consequência, política, mas que epistemologicamente, juntas, podem ser bastante produtivas para estudos sobre arte.

### **Antônio Cândido: uma proposta de análise sintética para a literatura**

Antônio Cândido cursou a graduação em Ciências Sociais na USP no período que vai de 1939 a 1941. Logo em seguida, em 1942, começa como assistente do Professor Fernando Azevedo, na cadeira de Sociologia II, atividade que exerce até 1958. Antes, ainda em 1954, apresentou sua tese para obtenção do título de doutor, *Os Parceiros do Rio Bonito*, talvez sua maior contribuição para a sociologia brasileira (JACKSON, 2001).

Mas sua trajetória intelectual também está intimamente ligada ao campo das Letras, no Brasil. Isso porque ele foi o mentor, e, durante muito tempo, principal executor, acumulando as tarefas de professor e orientador, do curso de

Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC), da Universidade de São Paulo (USP), no período que vai de 1961 a 1970, tendo formado, nesse tempo, os principais nomes da crítica literária do Brasil (RAMASSOTE, 2010).

Entretanto, essa mera linha cronológica pode enganar, por sugerir uma clara separação entre o sociólogo e o crítico literário. Na verdade, a preocupação com a literatura já era premente no cientista social em formação Antônio Cândido, que contribuiu nos anos 1930 e 1940, com diversos estudos literários em suplementos culturais da imprensa paulista – tendo chegado, mesmo, a publicar alguns livros (RAMASSOTE, 2010).

Outro fator que reforça a proximidade entre as duas pontas do mesmo intelectual, é a sua defesa de tese, baseada no método crítico de Sílvio Romero, para obtenção do título de livre-docente em Letras, em 1945 – quando estava plenamente vinculado à sociologia. Ainda nesta toada, Jackson (2001) revela que *Formação da Literatura Brasileira e Os Parceiros do Rio Bonito* foram escritos ao mesmo tempo, indicando que o crítico se mistura ao sociólogo e vice-versa.

Isso tudo para ressaltar que concorrem em Antônio Cândido duas grandes vertentes, que não se separam, e que talvez sejam a chave para entender porque ele é conhecido por ter um método de abordagem da obra literária que não abre mão dos elementos estéticos e nem dos sociológicos.

Dito isto, passemos diretamente para a análise um texto de Antônio Cândido, intitulado *Crítica e Sociologia*, contido no livro *Literatura e Sociedade*, cuja primeira edição data de 1965, e que, segundo ele mesmo define no prefácio, é um dos artigos mais “empenhados teoricamente”. Ou seja, aqui deve-se achar, de maneira clara, a proposta para o método da análise crítica.

É sintomático, para o que este estudo se propõe, isto é, compreender que tipo de relação se estabelece entre o objeto artístico e o meio social, que logo no início do texto um enunciado salte aos olhos: “Seria o caso de dizer, com ar de paradoxo, que estamos avaliando melhor o vínculo entre a obra e o ambiente, após termos chegado à conclusão de que análise estética precede considerações de outra ordem” (CANDIDO, 2006, p. 13).

Ou seja, ele chama atenção para o fato de que é indispensável um conhecimento estético para compreender a complicada relação obra-ambiente. Mas em termos do que nos interessa sobre método, vale ressaltar que o tipo de abordagem proposta por ele tenta equilibrar perspectivas formalistas e externalistas: "Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só podemos entender fundindo **texto e contexto** numa **interpretação dialeticamente íntegra**" (CANDIDO, 2006, p. 13, grifo nosso).

Os termos acima foram grifados porque, a meu ver, são palavras que mostram que Cândido não está no terreno dos enunciados vazios e gerais; e que apontam qual o caminho metodológico que se deve seguir para matizar o elemento social no formal: "Sabemos, ainda, que o **externo** (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, **interno**" (CANDIDO, 2006, p. 14, grifo nosso).

Temos, então, apontado de forma direta onde deve-se procurar o elemento social: dentro da obra. E é por isso que um conhecimento estético se faz necessário, para que se possa apreender esse "social" que se imiscui no "formal". E é por isso, também, que "sistema articulado", "interação dinâmica", "fermento orgânico", "interpretação dialética", vão ser sempre palavras-chave no programa metodológico de Cândido, porque vão tentar exprimir essa relação dual, mas ao mesmo tempo condensada e una, de aspectos externos e internos.

E por falar em programa metodológico, Cândido não se furta a dar uma definição sucinta do seu:

A análise crítica, de fato, pretende ir mais fundo, sendo basicamente a procura pelo aspecto e o significado da obra, unificados para formar um todo indissolúvel, do qual se pode dizer, [...], que tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra (CANDIDO, 2006, p. 15).

E neste tipo de abordagem, o fator social (tão caro aos sociólogos) ao invés de ser tomado como determinante para a obra literária, será tido como um elemento que atua em sua formação; ou seja, o social não é apenas matéria-

prima, objeto de que trata a obra, mas que atua intimamente na sua constituição, com ela se confunde. Para Candido:

Quando fazemos uma análise desse tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no **nível explicativo** e não ilustrativo (CANDIDO, 2006, p. 16 e 17, grifo nosso).

Sabendo, portanto, onde localizar os fatores sociais numa análise literária, uma outra etapa, pensando metodologicamente, deve ser realçada: o processo que “filtra” os aspectos externos e os repõe na obra:

O primeiro passo (que apesar de óbvio deve ser assinalado) é ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese (CANDIDO, 2006, p. 22).

Ele ainda assinala que “Essa liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia, que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva” (CANDIDO, 2006, p. 22). Ou seja, não há uma passagem direta do social para o formal. Em outros termos, significa dizer que entre a obra e a realidade se interpõem alguns mediadores, tais como instrumentos próprios do artista- sua linguagem-, a forma que ela tomou no decorrer da história e a sua realidade empírica vivida; de maneira sucinta, pode-se dizer que a obra não simboliza o social, mas o ressimboliza (LEENHARDT, 1998).

Essas considerações nos levam a um conceito central da proposta metodológica de Antônio Cândido, o de *redução estrutural*. Esta redução consistiria, grosso modo, na técnica utilizada pelo escritor para *reduzir* aqueles aspectos do ambiente social à fatura interna da obra. É neste íterim que a análise crítica deve ser centrada, e é nela que se encontrarão os principais elementos para a compreensão do objeto literário.

O método, portanto, da análise crítica procura apreender os laços entre obra e realidade social via a "estrutura literária"<sup>20</sup>, que é a solução teórica alcançando pelo autor, a forma específica que cada obra toma, a sua organização interna de elementos, que vão formar aquilo que Cândido chama de *todo coerente* (SANTANA apud JACKSON, 2013).

Outro ponto basilar para a proposta metodológica de Antônio Cândido é a tríade "autor-obra-público". Para ele, as dinâmicas que envolvem a relação arte e sociedade se dão nestes três âmbitos, de maneira dialética, cada qual influenciando no outro, de maneira que captar a função social de uma obra é atentar para esses aspectos. (CANDIDO, 2006)

O autor faz parte do que ele chama de aspectos estruturais da sociedade. E o que deve ser averiguado é como ao autor é atribuído um papel específico de criador de arte, e sua escala na posição social. Isto não só de forma isolada, mas pela formação de um grupo de artistas. Depois deve ser indicada que posição ocupa esse grupo de artistas (e o artista em foco) na hierarquia social e como se deu esse processo de diferenciação.

A obra, por sua vez, vai depender diretamente do artista e das suas condições sociais de produção – o que a vincularia também aos aspectos estruturais. Mas nela, é importante buscar os valores e ideologias que lhe permeiam e os sistemas de comunicação que permitiram sua circulação, lembrando que o primeiro elemento interfere mais no seu conteúdo e o segundo mais na sua forma.

O público, que só nas sociedades modernas e estratificadas pode ser dito como diferenciado, é definido por Cândido como "conjunto informe", "massa abstrata ou virtual". Quanto mais complexa a estrutura social, mais diversificado é o público, que tem uma força enorme sobre o artista e sua atividade criadora.

---

<sup>20</sup>O termo *estrutura* no programa de Cândido está muito mais próximo da antropologia inglesa (Radcliffe-Brown e Edmund Leach) do que da antropologia francesa (Claude Lévi-Straus), assim como o seu conceito de *sistema literário* se aproxima da noção de o "sistema cultural" dos dois primeiros autores. Isso foi afirmado pelo próprio autor (CANDIDO, 2006, p. 9). O segundo conceito (sistema) denota o afastamento de Cândido de uma linha estruturalista na abordagem da obra, ao contrário do conceito de campo de Bourdieu (SANTANA, 2013).

Para finalizar, e tocar no último aspecto mais central das formulações de Cândido, é de suma importância atentar para a constituição da personagem – que foram mencionadas anteriormente em dois exemplos citados no primeiro tópico, que se dedicou a explicar o objetivo da pesquisa, e que vão aparecer futuramente na dissertação. Para Anatol Rosenfeld (2007), a personagem da literatura “é sempre uma configuração esquemática, tanto no sentido físico como psíquico”.

Para tal empreitada, o que interessa, neste caso, é esmiuçar o processo de *seleção estrutural*, nos termos de Cândido (2007), na constituição da personagem. O que autor deixa de fora e o que ele inclui; o ele que salienta e o ele que minimiza; em outros termos, tudo aquilo “que leva o escritor a selecionar e organizar de maneira coerente num personagem uma gama de ‘traços, gestos, frases, objetos significativos’ capazes de torná-lo verossímil na economia interna da obra” (RAMASSOTE, 2010, p. 16). Enfatizando sempre que nesta tarefa “importa antes a escolha de elementos expressivos entrosados com a composição geral da obra do que a cópia fiel da realidade” (RAMASSOTE, 2010, p. 16).

Feitas todas estas explanações, considero que a parte fulcral da abordagem metodológica de Cândido, mesmo que de maneira não-extensa, foi exposta aqui. A aplicação deste método pode ser encontrada em outros trabalhos do mesmo autor, como *Dialética da Malandragem* e *De cortiço a cortiço*, em que ele analisa, respectivamente, *Memórias de Um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

### **Considerações finais**

Por fim, da mesma maneira que comecei este tópico com considerações sobre a trajetória intelectual de Antônio Cândido quero finalizá-lo com breves ponderações sobre ela mesma. Sabe-se que todo este aparato conceitual foi construído por Cândido qual ele já estava no terreno (institucional) das Letras, e não da Sociologia.

Mas penso que isso não invalidaria o uso deste método para pesquisas em sociologia da arte e da literatura. Uma das principais ressalvas feitas por Zolberg (2006) é justamente sobre a apropriação do estético por parte de alguns, e com isso revela, tão somente, uma disputa política, e não uma incompatibilidade epistemológica.

Ademais, a própria trajetória de Cândido mostra que a sociologia está sempre muito presente em suas preocupações. E até alguns trabalhos, com o de Santana (2013) e o de Jackson (2001), sustentam que mais do que demarcar o espaço de uma disciplina, a empreitada de Cândido revela um sintetização de crítica literária e sociologia.

A esse respeito, uma frase sua, que consta do prefácio à 3ª edição de *Literatura e Sociedade*, é reveladora: "me convenço cada vez mais que só através do estudo formal é possível apreender convenientemente os aspectos sociais" (CANDIDO, 2006, p.10). Preocupações próprias de um sociólogo poder-se-ia dizer.

## Referências

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977a.

\_\_\_\_\_. *Mundos artísticos e tipos sociais*. In: VELHO, Gilberto (Org). **Arte e Sociedade: ensaios sobre sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977b.

\_\_\_\_\_. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

\_\_\_\_\_. Antônio. *A Revolução de 1930 e a cultura* In: Educação pela noite e outros ensaios. SP: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. Dois volumes.

\_\_\_\_\_. *A Personagem do Romance*, In: *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2007.

JACKSON, Luiz Carlos. *A Tradição Esquecida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.  
\_\_\_\_\_. *A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n.1, 2004, p. 263-283.

\_\_\_\_\_. *Tensões e disputas na sociologia paulistas (1940-1970)*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº 65, outubro, 2007b, p. 33-49.

JAMESON, Frederic. *Marxismo e Forma*. São Paulo: Hucitec: 1985.

JOHNSON, Randal. "A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)". *Revista da USP*, São Paulo, junho/agosto, 1995.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, J. V. de; SOARES, P. M. F. Agência, estrutura e objetos artísticos: dilemas metodológicos em sociologia da arte. Disponível em:  
<[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4879&Itemid=357](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4879&Itemid=357)>

ORTIZ, Renato José P. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *A Sociologia Clandestina de Antônio Cândido*. *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 219-237, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *A formação dos desconfiados: Antônio Cândido e a crítica literária acadêmica (1961 – 1970)*. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

ROSENFELD, Anatol. *Literatura e Personagem*. In: *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Editora Perspetiva S/A, 2007.

ZOLBERG, Vera. **Para uma Sociologia das Artes**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

Recebido: 12 jun 2015  
Aceito: 05 set. 2018

# Cartografar musicalidades: rastrear encontros<sup>21</sup>

## Cartography musicalities: tracking encounters

Vyullheney Lacava<sup>22</sup>  
Norma Takeuti<sup>23</sup>

### Resumo

Este artigo reflete a partir de uma experimentação cartográfica os encontros realizados no seio das festas e musicalidades. Problematizamos a criação de espaços de atuação onde são percebidas liberdades momentâneas, onde o corpo embriaga-se de músicas e se desloca das sobrecodificações cotidianas da vida na cidade. Remixamos músicas para compor uma escrita cartográfica afetada pelas musicalidades, maneira de apresentar os encontros que se realizam com músicas.

**Palavras-chave:** cartografia. Musicalidades. Encontros. Festas.

### Abstract

This article reflects from a cartographic experimentation the meetings held within the parties and musicality. We questioned the creation of work spaces where momentary freedoms are realized, where the body drunk to music and moves of everyday overcodings of city's life. Remixed songs to compose a written cartographic affected by musicality, way of presenting the encounters that take place with music.

**Keywords:** cartography. Musicality. Meetings. Parties.

---

<sup>21</sup> O presente texto é baseado em uma parte integrante do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada de Cartografia do Close: platôs festivos, platôs musicais, defendida por Vyullheney Fernandes de Araújo Lacava, orientada por Norma Missae Takeuti e apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 29 de janeiro de 2016.

<sup>22</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Doutorando); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5194-8948>. Email: vyullheney@yahoo.com.br; Integrante do Grupo de Estudos Culturais e Subjetividades – Poiesis/UFRN e Egresso do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos – Tirésias/UFRN.

<sup>23</sup> Professora titular do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Grupo de Estudos – Culturas e Subjetividades-Poiesis/UFRN. Email: normitk@gmail.com.

Híbrida é a nossa concepção com respeito a nós mesmos, porque em nós fazemos experiências que não nos atreveríamos a fazer em animal algum, e seccionamos a nossa alma com satisfação e curiosidade. (Friedrich Nietzsche, Genealogia da moral)

Pensar é experimentar, não interpretar, mas experimentar, e a experimentação são sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer. (Gilles Deleuze – Conversações)

## Introdução

O presente artigo se propõe a uma reflexão acerca da composição cartográfica no seio dos encontros com musicalidades, refletindo o contexto da produção de uma pesquisa que vislumbra eventos festivos que ocorreram em Natal-RN. O traçado cartográfico inspiração em Deleuze e Guattari (2011; 2012a; 2012b) e Rolnik (2011), intentando apresentar a trajetória de encontros que se realizam no seio da pesquisa, como forma de ligação com aquilo que Deleuze (1992, p.109, grifo nosso) demarcou que buscava pesquisar “a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chama de **atualidade**”. Utilizando em toda sua escritura a inserção de trechos musicais que coadunam com as noções dos escritos dos intercessores intelectuais aqui elencados.

Artes, festas, corpos. Curiosidades, conexões. Desinteresses nas grandes coisas, saborear miudezas. Saborear, deglutir. Conhecendo e comendo o mundo. Arrepios na nuca, um corpo ofegante. Ambiência, arredores, zonas de contato. Algo está acontecendo, meu corpo não obedece minha mente e razão. *Eu quero sempre mais! Eu espero sempre mais de ti!*. Canta Pitty e a banda Ira na canção *Eu quero sempre mais*<sup>24</sup>. Não quero só você, quero você e tudo aquilo que diz respeito ao teu universo, fazendo os meus mundos conversarem com os seus. Quem deseja não sou eu, é o meu mundo que vem a reboque de tudo o que já vivi e encontrei pela vida. Desço um degrau e vou mais longe, não me vejo: vejo

---

<sup>24</sup>*Eu quero sempre mais*, interpretada por Pitty e Ira!. Disponível em: <https://youtu.be/iydqURMhUGk>. Acesso: 15/01/2016.

extensões, prolongamentos, continuidades. Quando transo, não o faço sozinho: transamos. As nossas trocas são de fluxos que ultrapassam os nossos fluídos. *Quero essa mulher solamente pra mim, mas muito mais*, como canta Caetano Veloso<sup>25</sup>. Transar pessoas, transar noites, músicas, gozar encontros, afetos, possibilidades.

*Gosto do jeito que você se despe dos costumes, o jeito que assume que o negócio é se arriscar*, canta Pitty em *Pequena morte*<sup>26</sup>, tirando as roupas que compõem as predileções musicais, estéticas, espacialidades frequentadas. *De repente a gente nessa dança muito doida. Rolando, suando, nunca para de pulsar*, novamente cito a música da cantora para mostrar como dançamos de formas doidas na pista de dança, e o corpo já não para de latejar. Minha pequena morte, configurando um pequeno mundo que já se desloca e faz com que algo novo aconteça. Meu território, meu mapa, minha confusão e composição flutuante de linhas. Linhas da vida<sup>27</sup> e da arte. Já não me encontro como antes, fugi. E na fuga descobri um novo lugar que é distante de casa, mas mesmo assim não deixa de carregar algo que remete a isso, talvez um casulo.

Haveria "fluxos de desejo" presentes nas produções artísticas? Cria-se uma música, um evento, uma *playlist*. Misturam-se palavras, ritmos e corpos. Mas, há algo da ordem da desordem, do disforme, de diferente. Algo que não existia surge, desde já eis a criação. Não existia e no espaço onde não havia, passa a haver. Dessa novidade passamos a ter contato com algo que veio. O quê? Eventos, festas, músicas, embriaguez.

Aqui, a opção pela cartografia do circuito de festas e produções musicais dá-se em razão da tentativa, assim como inspira Rolnik (2011, *passim*), de "apreender a alteridade em sua condição de campo de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensação" (p. 12), construindo então "o traçado de cartografias nos movimentos de criação da

---

<sup>25</sup>*Outras Palavras*, composta e interpretada por Caetano Veloso. Disponível em: <https://youtu.be/G8LDjgGcTo>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>26</sup>*Pequena morte*, entoada por Pitty e disponível em: <<https://youtu.be/U6gmASkEkws>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>27</sup> Deleuze e Guattari (2012a), as três linhas da vida. No capítulo 3 trabalhamos as linhas da vida, exemplificando ao nosso modo.

realidade de um determinado contexto histórico” (p. 13). A cartografia a qual se realizou surge, então, de uma “imersão na memória de sensações vividas naquele período” (p.21). Os aportes de Rolnik ajudaram a constituir os passos de um cartógrafo, bem como abre a concepção da micropolítica:

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 2011, p. 23).  
Micropolítica: forças que agitam a realidade, dissolvendo suas formas e engendrando outras, num processo que envolve o desejo e a subjetividade (ROLNIK, 2006, p. 123).

A inspiração na proposta cartográfica de Rolnik (2011) desloca o pesquisador para um lugar de experimentação das vivências deste campo, sobretudo no tocante à escrita. A concepção de experimentação já é em si mesma uma experimentação, tendo em vista os deslocamentos que ela ocasiona em forma de compreensão daquilo que vivenciamos, da forma como saboreamos o mundo. As experimentações já vinham sendo realizadas nas festas, antes do emergir como uma proposta de compreensão dos (curto)-circuitos. É, portanto, justamente essa proposta cartográfica que veio deslocar o pensamento em direção a um texto que busca mergulhar nas memórias dos eventos, dos encontros e das músicas, na tentativa de narrar o invisível: aquilo que só pode ser descrito como sensações. No mínimo, algo que se aproxima dos calafrios.

O próprio pesquisador-cartógrafo talvez deva estar atento aos limites das muitas contribuições em um quadro de referência fixo<sup>28</sup>, um referencial que buscaria explicitar os passos para que se consiga um bom trabalho cartográfico - ele mesmo vai construindo junto ao campo as ferramentas que o servirão como operadores conceituais, bem como as lentes que possibilitarão uma visão ampliada dos sentidos daquele contexto. As músicas, livros, poemas, filmes e

---

<sup>28</sup> Vale salientar realização de leitura de dossiês e livros sobre cartografias, mas sempre no sentido de enxergar possibilidades da criação de cartografias. Esses quadros existem enquanto narrações de experimentações, não como métodos a serem seguidos em seus pormenores.

tanto mais são mediadores<sup>29</sup> para potencializar não somente a escrita, mas a vida. Lentes para o olhar, como Suely Rolnik apresentou na sua *Cartografia Sentimental* (2011), e que fez com que se tentasse encontrar formas autorais de enxergar o invisível. Mas também, algo próximo daquilo que apresentaram Deleuze e Guattari em seus *Mil Platôs* (2012a), quando os autores propuseram que há dois tipos de vigilantes: os de visão curta e os de visão ampla. Perceba-se que os vigilantes de visão curta trabalham com “lunetas simples”, que cortam as coisas e que “todo mundo será julgado e retificado segundo os seus contornos, indivíduos ou coletividades” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 81); são estes vigilantes com suas lunetas que operam por (re)cortes nas coisas e, com isso, “restaura a ordem molar por um instante ameaçada” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 81). O segundo tipo, os vigilantes de visão ampla utilizam telescópios, são os que acompanham “migrações” e “deslocamentos” na matéria. Eis a diferença: olhar os contornos ou buscar ver como estão acontecendo deslocamentos? Questões de escalas: um dedica-se ao “molar”, “macropolítico”, o outro, ao “molecular”, ao “micropolítico”. Misturar Suely Rolnik que é uma grande devoradora de Deleuze e Guattari com eles mesmos, possibilitou que se buscasse, por vezes, um telescópio, mas ao mesmo tempo abandoná-lo e fugir um pouco para longe e ver somente as sensações do vazio que estão prolongando os corpos, ao menos os meus. Enxergar com o corpo, retirando os vidros dos olhos. Sei que *pus nos olhos vidros pra melhor te enxergar*, como canta Nando Reis, em *Luz dos olhos*<sup>30</sup>, mas os olhos já estão em outros lugares.

Ainda sobre a opção desse traçado cartográfico que mira o micropolítico, sentindo como canta Simona Talma, na canção *Seu Charme*<sup>31</sup>, que dá o tom da imprecisão cantando: *por isso não sonhe tão alto, baby, nem vá planejar demais, deixe o destino em paz. Afinal, o impreciso é tão mais sedutor*, o pensamento sendo levado a perceber a composição de novos mundos e a obsolescência de

---

<sup>29</sup>Latour (2012) narrou em seu texto a noção de mediador enquanto algo que abre a problematização daquilo que pode revelar a gama de conexões presentes na sua criação. Os mediadores operam enquanto este meio de se ligar a outros corpos, a partir de encontros que revelam o que se conhece sobre algo.

<sup>30</sup>*Luz dos olhos* de Nando Reis. Disponível em: <[https://youtu.be/B8IAuwp\\_el0](https://youtu.be/B8IAuwp_el0)>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>31</sup>*Seu Charme* de Simona Talma. Disponível em: <<https://youtu.be/xm4-XlcmF0o>>. Acesso em: 15/01/2016.

outros, os vazamentos. O chicote da realidade agitando o corpo do mundo em espaços onde circulam músicas, mas, sobretudo corpos.

Cartografar é construir o mundo juntos, afetar-se nesse processo micropolítico, compor músicas em suas notas novas, apresentando possibilidades. Há, nessa proposta, de construir o mundo juntos, o afetar-se algo experimentado. Sensações que passam no corpo de quem cartografa e com isso escreve. A vida sendo narrada em eventos, que se torna a vida e retorna como texto que reaviva memórias. Refazendo os eventos em forma de memória e (re)construindo o mundo para uma escrita cartográfica e afetiva. O campo ressoando no pesquisador-cartógrafo e fazendo deste encontro a energia para produzir. Pode até parecer algo fácil, ou até mesmo suave, mas não é. Sentir os desmantelamentos de mundos, e, ainda assim, quando eles estiverem emergindo outros-mundos *dói como fome, como falta do que respirar*<sup>32</sup>, tal qual na canção de Ludov e, ainda assim, perceber se esses territórios novos permitem passagens. E a gente vai comendo o mundo, comendo aos pedaços corpos que se aventuram nas festas. Corpos que são músicas, músicas que são copos, copos que são celebrações da vida. A música da cantora P!nk dá o tom dos encontros. A cantora convida-nos a vida e convoca que ergamos os copos: *Raise your glass if you are wrong in all the right ways*, que traduzindo livremente seria um convite a levantarmos os nossos copos, nós que estamos errados em todas as formas certas. A vida que circula no *dance floor*<sup>33</sup>, nas ruas e, por fim, na cidade.

Seguindo, ainda, os aportes de Suely Rolnik no que concerne a questão "ética do cartógrafo":

O cartógrafo nada tem a ver com os mundos que se criam (que conteúdos, que valores, que línguas) – questão moral –, ele tem, e muito, a ver com o quanto a vida que se expõe à sua escuta se permite passagem; com o quanto os mundos que essa vida cria têm como critério sua passagem (ROLNIK, 2011, p. 70).

---

<sup>32</sup>É só saudade canção da banda Ludov. Disponível em:<<https://youtu.be/kStJMMqor7w>>. Acesso: 18/11/2015.

<sup>33</sup> Dance floor é o termo em inglês para pista de dança.

Ética antropofágica, abertura para deglutição de novos corpos que potencializam vidas, que permite sempre a expansão e não uma estabilidade. Talvez a metaestabilidade que fala Simondon<sup>34</sup>, tendo sempre novidades, mas perdendo-as para o mundo que se abre. Essa forma de pesquisa e experimentação diz respeito à corporificação da pesquisa, aos movimentos presentes no campo e das forças nas quais nos envolvemos; a corporificação da necessidade de criar e agir naquele campo de experimentação, e, por conseguinte, de conhecimento, como pontua Pozanna (2013). Como então agir após o ato antropofágico do campo e como não compor um texto carregado daquele linguajar, daquelas línguas vibrantes que expandem para que conheçamos mais do que ali mesmo circula? Traçar sempre *linhas de fuga*<sup>35</sup> do próprio território que foi traçado. Nesse sentido, a cartografia foitecida justamente como atenta Rolnik quando estamos analisando o desejo, tendo em vista que “a análise do desejo é, necessariamente, análise de suas linhas de fuga, linhas esquizo por onde desmancham territórios: esquizoanálise.” (ROLNIK, 2011, p. 71), mas também composições de fugas. Fugir da academia, que equivale a criar dentro dela, mesmo que através de uma escrita que experimenta ser ébria, almejando sempre ser *louca*<sup>36</sup>.

Um dos conselhos de Suely Rolnik (2011) é que se tenha uma “regra de prudência”, com o intuito saber até onde o cartógrafo pode ir e o quanto ele consegue lidar com um “finito ilimitado”, mostrando assim uma preocupação em até onde conseguimos nos desterritorializar, tendo em conta as “desorientações” e “reorientações dos afetos”. Regra clara: quanto aguentamos devorar outras matérias e com elas retornar à composição de territórios nossos. Mas é na escrita que o peso destas desterritorializações aparecem. A reterritorialização na academia é algo que é necessário, para se pensar acerca das festas e das

---

<sup>34</sup>Virno (2009) e Deleuze dissertaram sobre a noção de individuação a partir de Gilbert Simondon. Atrelada a essa noção encontra-se a questão da metaestabilidade, trabalhada enquanto um pouso entre a estabilidade e desestabilidade.

<sup>35</sup> Noção explorada neste capítulo no item 1.3. Deixaremos somente uma pista: “linha de fuga como corredor” (DELEUZE E GUATTARI, 2011, p. 30)

<sup>36</sup> A figura da louca inspira-se nas bichas loucas de Guy Hocquenghem (1980), que ao estarem presentes no grupo de homossexuais, dele se distancia, tendo em vista que as notas dissonantes entre cada uma das partes presentes no grupo faz com que as loucas sejam a abertura para novos modos de se vivenciar a homossexualidade através da festividade.

musicalidades demandou que se buscasse um modo próprio para a pesquisa e a atuação acadêmica, revelando a nova postura de atuação acadêmica, e de vida.

Laura Pozanna dissertou acerca da corporificação do campo em nós, inscrevê-lo no nosso próprio corpo, porque "o aprendizado que nos forma, que nos traz ganhos, se faz sempre por inscrição corporal e não apenas por adesão teórica" (2013, p.324). Volta-se a um "fazer situado", que está sempre refletindo o contexto concreto da pesquisa. Para a cartografia é necessário que se criem modos de "fazer, perceber, sentir, mover e conhecer, que não se separa do mundo, dos objetos humanos e não-humanos em articulação – afetos em trânsito" (POZZANA, 2013, p. 332). Essa relação sensível da pesquisa pode mostrar as micropolíticas dos campos, o que de "concreto" passa por rupturas. A cartografia busca visualizar os deslocamentos, aquilo que "viabiliza o acesso ao plano de transformação da vida" (POZZANA, 2013, p. 329).

Eis a grande dureza, traçar um plano para que se possa atuar então na vida, transformando tudo aquilo que é pensado. Ao mesmo tempo em que tudo que é pensado está em vias de acontecer, como tornar essa possibilidade em uma *máquina de guerra*<sup>37</sup>? A desterritorialização de uma forma convencional da academia e reterritorialização nela própria com pensamentos-outros, atuando dentro deste espaço através de estratégias. Descobrir uma forma de atuação que consiga lidar com maneiras de viver que surgem nas ruas, considerando-as em suas danças. Ações micropolíticas, que buscam então neste espaço (re)fazer práticas, junto com outros com quem nos sintonizamos, mas para a consistência de própria prática de quem cartografa, na vida acadêmica e pessoal. Percebendo o que no mundo acontece, a preocupação que se segue é a de como produzir a partir dele. Por esse sentido tanto a cartografia como toda a teoria utilizada

---

<sup>37</sup> A máquina de guerra, em Deleuze e Guattari (2012b), opera enquanto uma máquina que não divide segmentos, ela opera dentro deles. Mostrando o exemplo do jogo Go, onde as peças podem assumir qualquer direção, os autores mostram que, nesse sentido uma máquina de guerra é sempre uma estratégia. Ainda acerca da noção de máquina de guerra Deleuze (1992, p. 47) apresentou que ela atua "como um agenciamento linear que se constrói sobre as linhas de fuga". Continuando o autor frisou que ela não tem por objeto a guerra, mas sim "um espaço muito especial, o *espaço liso*, que ela compõe, ocupa e propaga" (idem).

possibilita sempre agir como um *pensador-menor*<sup>38</sup>, que outros *menores* possibilitaram.

Não há uma separação na técnica da cartografia entre a “teoria e prática, espaços de reflexão e ação. Conhecer, agir e habitar um território não são mais experiências distantes umas das outras” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p. 149 apud POZZANA, 2013, p. 332). Pozzana ainda apontou uma valiosa contribuição encontrada em Latour (2007), que o nosso corpo trata-se de “uma trajetória dinâmica na qual nós aprendemos a nos tornar sensíveis àquilo de que o mundo é feito” (POZZANA, 2013, p.322). Há na tentativa de compor cartografias uma apropriação de acontecimentos micropolíticos, onde as conexões se dão entre corpos que se constroem. Tentar sair a campo e deliciar-se com a criação de possibilidades, de novidades, de linhas de fuga é tarefa cartográfica.

Um sujeito inarticulado é alguém que sempre sente, age e diz a mesma coisa. Um pesquisador inarticulado é aquele que vai a campo para confirmar o que já sabia, para coletar o que procurava, para aplicar uma teoria. Um sujeito articulado é alguém que aprende a ser afetado pelas outras pessoas e coisas. O pesquisador articulado vai a campo e move-se com ele para aprender, há um cultivo mútuo entre ele e aquilo que se faz presente no campo. (POZZANA, 2013, p. 333)

Um cartógrafo ousa tocar e ser tocado. Aprender mais com o campo. Esperar menos da teoria. Até aqui foi feito uso de muita teoria para falar de cartografia, o exercício é mais difícil que o pressuposto. Mas, de todo modo o campo atravessa a pesquisa, ressoa suas forças, aquilo o que é próprio do cartógrafo é levado na onda de forças desse atravessamento, percebe-se uma certa incidência de afetos a partir do campo. Nessa proposta cartográfica é buscado que se dê as mãos ao que pesquisamos sentir liberdade junto ao que estamos nos propondo: ao conhecimento. Estar aberto às surpresas que o nosso campo nos oferece, e com isso, mostrar os pequenos abalos que estão nos sendo apresentados. Para tanto, o cartógrafo necessita de uma abertura no seu

---

<sup>38</sup> Deleuze e Guattari na obra *Kafka Para uma literatura menor* (2003), deixam claras algumas questões acerca daquilo que os autores compreendem acerca do menor, marcando nesta noção que o menor não é definido pelo número menor, mas sim mostrando que a minoria se manifesta pela distância em relação ao que se configura como uma “característica axiomática dominante”.

corpo e deixa de lado as caixas de ferramentas que nos condicionam para uma compreensão rápida dos fatos.

A pesquisa foi sendo delineada na interação entre o mundo que o pesquisador não conhecia e passa a conhecer; a partir disso, ele pôde começar a desenhar o traçado das transformações. Reforço esse pensamento, dando ênfase ao meu mergulho em uma escrita musicalizada, bem como nas pesquisas teóricas que o campo desde então vem provocando a se fazer. Descobrir uma linguagem que, na escrita, esteja contida com os termos daquela realidade, daquelas pessoas, músicas, daquele fragmento do mundo.

Damo-nos conta de que, ao pensarmos na formação do cartógrafo precisamos pensar na produção de mundo, assim como nos dispositivos de pesquisa – práticas complexas de onde emerge pesquisador e pesquisado, problema e campo, sujeito e objeto. (POZZANA, 2013, p.336)

É neste campo empírico que aprendo a trabalhar com noções, assim como se faz na composição de músicas. Descubro que os conceitos são como as notas musicais, elas são as formas que utilizamos para musicar nossos pensamentos diante massa de dados de uma pesquisa em campo; eis que os dados são as letras dessas composições. Na “montação”<sup>39</sup> do texto estamos mostrando como compomos esse corpo-pensamento, trazendo conosco os autores, as festas. Nossos encontros potencializaram a escrita e a construção de uma pesquisa que levasse em consideração cada uma dessas questões.

## **Pensar a música, pensar os encontros**

Eu não quero fazer o que eu já sei. Eu quero exatamente fazer o que eu não sei fazer. (Chico Buarque – *Chico – artista brasileiro*<sup>40</sup>)

---

<sup>39</sup>O termo montagem que utilizamos é proveniente do próprio campo. Kathisuca Combalaska fala desse termo enquanto o momento de preparação para subir ao Palco, assim como Dj BEE o faz, no público encontraram-se relatos de uso do mesmo termo para denominar o ato da preparação para ir à um evento. Utilizamos esse termo então como forma de demarcar que assumimos uma montagem enquanto maneira de escrever e adentrar os campos da produção de conhecimento.

<sup>40</sup>Chico Buarque, cantor, compositor e dramaturgo, intercalou falas e fases da sua vida e obra em um longa metragem, centrado no seu percurso nas artes e em momentos fora do palco. Deixamos disponível o trailer

O nosso foco está no “disparo”: a partir do momento em que se entra numa festa algo aconteceu, a partir do momento que conhecemos um corpo, algo está prestes a acontecer. Deleuze e Guattari esboçam, a esse respeito, aquilo que está acontecendo numa novela e em um conto. Citando o escritor norte-americano Fitzgerald, os autores mostram uma preocupação da percepção dos acontecimentos, com a cartografia pretendemos perceber “algo como já presente, tendo acabado de acontecer, mesmo se ainda não se realizou. Ou então sabe-se que o que está sendo realizado já o é pela última vez, terminou” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 72). Ora, nas festas algo acaba de acontecer, entramos na festa, ouvimos uma música, dançamos. Mas algo está sempre prestes a acontecer, uma sequência. Mesmo assim, um mesmo algo jamais acontecerá novamente. Chance única de percepção da possibilidade de experimentar o mundo naquela duração. A festa habitada é composta por músicas, corpos e encontros, tornando-se um espaço que se abre para a possibilidade de acontecimentos que podem afetar os corpos.

Voltamos com Suely Rolnik (2011): na sua obra “Cartografia Sentimental” a autora expõe sua concepção de *olhar vibrátil*, no qual estaria contida a possibilidade de existir sensações que só são experimentadas pela imperceptibilidade dos acontecimentos. Sentir no corpo o sangue circulando nas veias, ele mesmo sendo um corpo que se agita e expande as energias da vida. A própria percepção pode se tornar única, passageira.

Belchior canta em *Velha Roupa Colorida*<sup>41</sup>: ♪ *Assum-preto me responde: O passado nunca mais?* ♪ É esta pergunta que habita nosso texto. Unimos Belchior em seu questionamento com a canção *Eclipse Oculto*<sup>42</sup> de Caetano Veloso: queremos sempre algo em relação ao outro, a um “você” que está no outro, mas que está na nossa relação. Abandona-se a relação, ♪ *mas não deixo de querer*

---

do filme *Chico – artista brasileiro* onde consta o trecho citado: <[https://youtu.be/tmX0SU\\_4hU4](https://youtu.be/tmX0SU_4hU4)>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>41</sup>*Velha Roupa Colorida*, Belchior. Disponível em: <<https://youtu.be/RA2PmL7hb30>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>42</sup>*Eclipse Oculto*, na interpretação do Barão Vermelho. Disponível em: <[https://youtu.be/YsBo5mg\\_zTM](https://youtu.be/YsBo5mg_zTM)>.

Acesso em: 15/01/2016. Deixamos aqui a nossa predileção pela versão gravada pela banda *Barão Vermelho*. A voz de Cazuza convida a rebeldia no amor.

*conquistar uma coisa qualquer em você. O que será? ♪*. Aquilo que não é perceptível é sempre desejado, tal qual Deleuze e Guattari frisaram. Cazuzza poetiza que queremos algo da ordem de um mundo que não é passível de ser visto a olho nu, quando muito pelo olho do invisível: *♪ meu mundo que você não vê meu sonho que você não crê ♪*, cantado em *Eu queria ter uma bomba*<sup>43</sup>. Nossas bombas, que acionamos sempre quando em contato com outros corpos. Implosões, desejos, arrombamentos. Fogos de artifício, máquinas de guerra.

A vida está sempre em vias de acontecer, e, ao mesmo tempo está acontecendo. O próximo passo já foi dado no ato em que se pensa no porvir deste passo, sendo arrastado pela potência do que está por vir<sup>44</sup>. A micropolítica no ato da dança está justamente na vida que a dança pode possibilitar ao corpo. Sendo outro, mas sendo o mesmo e, ao mesmo tempo, não sendo o que é no agora, que já passa a ser para além do presente, do passado e do por vir. *Os triplices mistérios do stop como cantam os Novos Baianos em Mistério do planeta*<sup>45</sup>. É o prolongamento do momento que se desdobra nas conexões que este momento possibilita, enquanto um encontro que revela as conexões ando e *penso sempre com mais de um*, novamente parafraseando a canção dos Novos Baianos.

Duas composições da cantora Pitty serão remixadas, em nossa tentativa de narrar nossos encontros possibilitam algumas reflexões. Estaremos então narrando, a seguir, um encontro: no nosso caso trata-se de um encontro musical que funciona enquanto um operador conceitual, cognitivo e afetivo; no caso do parágrafo que segue, todas as partes escritas em itálico como estamos realizando no decorrer do texto. Esses trechos dizem respeito a trechos de duas composições da cantora Pitty, nomeadas *Anacrônico* e *Memórias*, que foram, por nós, antropofagizadas e remixadas tal qual um DJ em sua atuação musical. O

---

<sup>43</sup> Cazuzza – *Eu queria ter uma bomba*. Disponível em: <<https://youtu.be/w7QUSpggAro>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>44</sup> O por vir, ou devir, está sempre na possibilidade de acontecer, a partir do momento que se descola do momento atual espelhado num passado.

<sup>45</sup> *Mistério do planeta* dos Novos baianos. Disponível em: <<https://youtu.be/f8SfDZ65Aoo>>. Acesso em: 15/01/2016.

encontro com elas facilitou-se a compreensão e exposição de como este encontro funciona, exemplificando-o.

Do encontro entre dois corpos surgem *memórias*, que *não só memórias*, elas funcionam como *fantasmas que me sopram aos ouvidos coisas que eu nem quero saber*. É ao falar em afeto e agitações de campos de forças, presentes em subjetividades, que nos deparamos então com questões que zumbem aos nossos ouvidos. Que fique *claro que somos as mesmas pessoas*, mas o que se faz necessário perceber é que a partir de um encontro *como o seu dia-a-dia mudou*. Em muitos sentidos, a partir de um determinado encontro, mudamos *os horários, hábitos, lugares* e nisso fazer com que sejam percebidas coisas ao seu redor que outrora passariam imperceptíveis, até mesmo pessoas ao seu lado. *São outros rostos, outras vozes interagindo e modificando você, e aí surgem novos valores, vindos de outras vontades*. Ora, nesse encontro que surgem esses rostos, agindo em prol de modificações e que outras vontades surjam, fazem com que *alguns [valores estejam]<sup>46</sup>caindo por terra, pra outros poderem crescer*. Percebamos: ainda há de se considerar que surgem então *outras ambições mais fortes, somadas com as anteriores. Mudança de prioridades, mudança de direção*, talvez uma deriva. Tudo isso em virtude de um encontro. Para além do fato dessa compreensão que essas músicas nos mostram que os encontros podem então ocorrer entre dois corpos. Meramente corpos humanos? Elas nos impulsionam a levar em consideração que encontros podem acontecer também entre produções musicais, corpos humanos e corpos de outras matérias, mas que também não se restrinjam àquilo que é de ordem material.

Almejamos, então, perceber o fluxo do desejo a partir do campo das produções artísticas, circunscritas em uma zona de fronteira – esta entendida como um local destinado àqueles que fogem e escapam às totalidades – e fazendo um levantamento da criação desse mundo-fronteira como *linhas de fuga*. Encontramos em Deleuze e Parnet (1998) vários trechos acerca das linhas de fuga, deixando algumas pistas que afirmam que as linhas de fuga são

---

<sup>46</sup> Utilizamos os colchetes para que pudéssemos então inserir partes nas letras da cantora, remixando com nossas propostas.

criadores de devires<sup>47</sup>, e que "as linhas de fuga não têm território." (DELEUZE; PARNET, 1998, p.63). Encontramos também a ideia acerca do espaço de criação realiza-se nas linhas de fuga: "é sempre sobre uma linha de fuga que se cria, não, é claro, porque se imagina ou se sonha, mas, ao contrário, porque se traça algo real, e compõe-se um plano de consistência. Fugir, mas fugindo, procurar uma arma" (DELEUZE; PARNET, 1998, p.63). A arma das linhas de fuga são as explosões que elas realizam nas séries segmentares duras<sup>48</sup>. Ouçamos mais o som da fuga, as batidas do coração e o impacto da "quicada no chão" <sup>49</sup>.

É por estar dentro de uma área perpassada por diferenças presentes em estilos musicais, nos participantes e em toda a ambiência da festa, que levantamos a seguinte questão: A própria festa como expansão do cotidiano não agiria em prol de uma abertura a levezas da vida?

Há nesse campo propostas que se vivenciem vidas clandestinas. Ou, dito de outra forma, que se viva em clandestinidade. Por que não aceitar o período noturno dos fins de semana como esse espaço para toda uma sorte de práticas clandestinas? HakimBey (2004) discute que as Zonas Autônomas Temporárias – ou simplesmente T.A.Z. – tem consigo propósitos festivos, bem como dá-se em razão de uma "operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-lo" (BEY, 2001, p. 17). É por não cessar de se refazer que as T.A.Z<sup>50</sup> estão sempre se reformulando. Aqui não são compreendidas como espaços destinados à segregação ou segmentação, e distantes de todo o resto que se afirma como "centro" – se insurgem como espaços de expressividades sociais ébrias, deslocadas, festivas. Nossa pesquisa trata de compreender como que essas T.A.Z – constituídas de minorias (no sentido

---

<sup>47</sup> Deleuze e Guattari (2003) descreveram o devir enquanto uma desterritorialização total. Com essa noção os autores disseram que no devir algo se passa enquanto um corpo desconhece a trajetória dele.

<sup>48</sup> Cf. Deleuze e Guattari (2012a, p. 76).

<sup>49</sup> Quicar é um termo utilizado para mostrar as pausas da bunda no ar. O corpo todo se movendo de um lado para o outro. O percurso do corpo tremendo, remexendo e podendo chegar ao chão. Uma das músicas em que falam do ato de quicar é a de Mc Delano que está disponível no seguinte link:<<https://youtu.be/fkQXies7DSQ>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>50</sup> Utilizamos a abreviação TAZ criada por HakimBey em inglês, no original servindo de contração para as seguintes palavras: Temporary Autonomous Zone. Se utilizássemos a abreviação da palavra em português ficaria: ZAT. Portanto, preferimos preservar o termo abreviado pelo autor.

deleuziano), os marginais e marginalizados, ou qualquer nomenclatura que seja utilizada para denominar aqueles que são vistos como os 'desvios de rota' - fazem uso de certos percursos para reinscrever esses territórios no mundo que os enxotou para as zonas de pouca inteligibilidade, entendidas na sociedade como zonas periféricas.

Nossa empreitada se aproximou de propostas teóricas, aqui mencionadas, no sentido em que buscamos ver a formação e transição de territórios, os processos de subjetivação que agem para efetuar deslocamentos no mundo e em seus territórios<sup>51</sup>, tornando-os espaços mais abrangentes, resistindo e agindo para tal, bem como estando longe de ser algo estático. Movimentos ocasionados por bandos abertos por aqueles corpos que dividem afinidades, "redes de pessoas com interesses específicos" como disse HakimBey (2004, p. 24). Afinidade de esfregar os corpos em funks, batidões, como convida o Bonde do Role em *Divine Gosa(sic): Esfrega daqui e roça de lá, arranha a aranha pra chapa esquentar. Deda daqui e lambe de lá, arranha a aranha pra chapa esquentar*. Convites, afinidades, interesses. Tudo presente na atmosfera da festa, realizando chamadas para percorrê-lo de corpos que estão a fim da troca de toques.

A essência da festa: cara a cara, um grupo de seres humanos coloca seus esforços em sinergia para realizar desejos mútuos, seja por boa comida e alegria. Por dança, conversa, pelas artes da vida. Talvez até mesmo por prazer erótico ou para criar uma obra de arte comunal, ou para alcançar arroubamento do êxtase. (BEY, 2004, p. 24-25).

A zona de intensidade, que se constitui em platôs sensoriais, convida: Gozemos da festa, em festa e para a festa. Elaboremos artes para a vida, vida com outros corpos; corpos com mais vida, cintilantes e lantejoulados. Há nisso a proposta de rompimento com a ideia somente de que os humanos compõem a T.A.Z.. Convidamos para que seja compreendido que os corpos de matérias não

---

<sup>51</sup> Podemos citar, de maneira breve, através de Takeuti (2012), os *territórios juvenis* sendo pensados pela autora como "uma multiplicidade de espaços onde são: postas em prática ações e estratégias para a produção de bens materiais e imateriais (de natureza artística, cultural, científica, tecnológica ou econômica); produzidos discursos, informações e conhecimentos, bem como experimentações grupais ou coletivas diversificadas principalmente mobilizando repertórios do universo da arte e cultura, com fins lúdicos, político ou econômico" (TAKEUTI, 2012, p. 9).

humanas também são partes integrantes e fundamentais em uma festa. O que seria da festa sem as comidas, as bebidas, as músicas? Restariam somente os corpos humanos para serem antropofagizados. Quando a música não estiver convidativa para os corpos dançarem e a pista não estiver "fervendo", o evento fracassa, os corpos se dispersam. Fogem, talvez em busca de algo melhor, que seja sua cama ou a de alguém.

A vida nas festividades, atravessadas por músicas, compondo finais de semana, em processos que envolvem diretamente *territorialização, desterritorialização e reterritorialização* da cotidianidade, conceitos trazidos a partir de Deleuze e Guattari (2003). É essa a aposta: de que todos os partícipes em festas, com arte, vão transformando suas vidas a partir de ares amenos. A noção de *territorialização* para mostrar as sobrecodificações compostas nos agenciamentos coletivos, onde a vida é apreendida, regida a partir do mundo que se expressa através de territórios em que a vida é ordenada; *desterritorialização* em se tratando do movimento da fuga, o momento em que se é possível em pensamento se tornar nômade, desconhecer seu entorno, é nesse momento que o devir se instaura preenchendo as ideias com outras intensidades; para que então a *reterritorialização*, o último movimento, onde o pensamento alcança concretude, é posto em ação, onde ele está expresso – e passa a agenciar outras intensidades, saindo dos territórios imaginados e sendo derramado sobre a terra.

Se esses corpos estão sendo atravessados por forças que lhes desmantelam, essas forças emanam do fluxo do *desejo* presente no campo de subjetivação que atravessa as relações dos corpos. Compreendendo o desejo não como falta, mas sim como uma força que intenta possibilitar com que os corpos entrem em campo e possam transformar os próprios desejos em forças que transformam o mundo no qual vivem. Aquilo que potencializa a vida seria justamente a força presente do desejo, enquanto "potência de vida" que faz com que se resista aos espaços instituídos e que lhes subvertam a ordem, crie-se espaços. Desordenar o entorno da realidade, a partir do desejo, para que assim a

vida – não a vida individual, mas sim coletiva, a vida *na multidão*<sup>52</sup> – possa ser exercida.

Falamos de *desejo* e nos remetemos a Deleuze e Guattari, em suas questões relativas aos agenciamentos e as maquinações. Os autores nos mostraram que ele está sempre atrelado ao *devenir*, entendendo que “desejar é passar por devires”<sup>53</sup>. É na maquinação do desejo que ele pode se tornar um agenciamento. Atentamos que um desejo está na possibilidade de se transformar em um agenciamento ou não. Quando ele ainda se encontra na maquinação ele está sendo concebido enquanto um *devenir* que é alcançado através de uma *linha de fuga*, que já não mais tem relação com ausentar-se geograficamente de uma localidade à outra, mas sim como dentro do próprio local ao qual se está vinculado, onde se consegue “cavar” nele um outro espaço onde o desejo presente na linha de fuga possa encontrar uma forma de ser alcançado.

Ao utilizarmos esse conceito de desejo em nossa pesquisa, nosso intuito é de compreender o fluxo nesse meio musical. Um cantor produz uma *dobrada*<sup>54</sup>, dentro de um ritmo e abre outras possibilidades. A voz esganiçada que alcança no funk um espaço para entoar suas canções é um exemplo disso. A ironia na letra de um tenor lírico que com sua mente em forma de “máquina de putaria” processa composições de outras pessoas e faz delas versões para “maiores de dezoito anos”. Aquele jovem que se desloca de casa até uma festa e nela encontra o espaço onde possa dar seu close e assim coreografar com seus amigos o melhor videoclipe da última semana de todos os tempos. Há nessa ambiência diversos encontros acontecendo e que são alcançados somente em

---

<sup>52</sup>Virno (2009) apresentou que na multidão há um princípio novo acerca daquilo que seria um Uno, como essa multidão sendo a derivação dessa ideia de Uno. O autor ainda nos atentou que na multidão o que está presente é uma “individuação, ou na derivação de cada um(a) da multidão a partir de algo de unitário/universal” (VIRNO, 2009, p.28). A ideia de individuação é proveniente de Gilbert Simondon, e nos apropriamos dela a partir de Virno. Este traz ainda que “o conceito ético-político de multidão funda-se tanto sobre o princípio de individuação como sobre sua incompletude constitutiva” (VIRNO, 2009, p. 35) desse ser que está sempre em um processo. Negri (2009, p. 15) diz que a “multidão é um conjunto de singularidades” como acentua que ela “é sempre produtiva e está sempre em movimento”.

<sup>53</sup> Concepção utilizada a partir de *O Vocabulário de Deleuze* escrito por François Zourabichvili (2004), no que concerne ao vocábulo *devenir*.

<sup>54</sup>Takeuti (2012), devoradora de Deleuze e Guattari, faz uso desta noção para mostrar como a partir de experimentações juvenis são criadas possibilidades de vida, dobrando e desdobrando suas vidas e existências em ambientes que estabelecem contato.

um determinado espaço de tempo, que demanda um local e um grupo específico.

No palco, mas não só nele, no espaço reservado ao público também, uma gama de encontros vão sendo desenvolvidos de várias formas. Os performers entram em cena utilizando de recursos materiais, quer sejam as roupas, as maquiagens utilizadas para modificação dos rostos, o glitter, o leque e por fim o microfone para potencializar a voz. No público, quem assiste, também mobilizou esses mesmos corpos que em assim sendo estão compondo uma imagem, uma composição de corporalidades. Nessa perspectiva, há uma conexão entre corpos humanos e corpos não humanos<sup>55</sup>; apreendemos que essa utilização de matérias serve para endossar características-outras, presentes naqueles corpos – humanos e nas coisas. A questão que emerge então agora é a de perceber como esses corpos não humanos são deslocados da lógica onde eles são compreendidos como potencializadores de características humanas e passam a agir como potencializadores de características-outras, perto de algo como um corpo híbrido. Descontinuar a ideia de que somente os corpos humanos estão sendo desterritorializados nesse percurso; mas queremos entender que também os corpos das coisas são desterritorializados para quando movimentarem-se em direção da reterritorialização estes passem a compor então a máscara que performa a junção dos corpos do humano e do não humano em uma composição que carrega esse atravessamento do encontro entre ambos. Há, no campo das artes, a questão que permeia as indumentárias, pensando que estas poderão fazer com que os corpos possam resignificar suas trajetórias, e, o uso deste espaço, que é o corpo como local de criação de personagens que estariam então apresentando desta forma ao público uma máscara artística, que está presente naquele corpo atravessado.

Isso nos remete à indagação feita por Deleuze e Guattari (2011) quando pensaram em um *Corpo sem Órgão*<sup>56</sup>: “Que tipo é este, como ele é fabricado, por que procedimentos ele é fabricado e meios que pronunciam o que vai

---

<sup>55</sup> Cf. Bruno Latour em sua obra *Reagregando o Social* (2012).

<sup>56</sup> Que daqui em diante utilizaremos a abreviação CsO para designar a noção de *Corpo Sem Órgãos*, abreviação que Deleuze e Guattari utilizaram.

acontecer". Ora, o corpo é carregado de indumentárias; ele é marcado por traços, camadas e mais camadas de maquiagens, glitter, paetês, sombras cintilantes. Mas ainda nada passou. Chega-se à noite, o corpo é jogado nela. Algo está por acontecer desde que saiu de casa. Mas ainda não aconteceu, está em vias de acontecer. *♪And everything so unexpected the way you right and left it so you can keep on taking it* <sup>57</sup>. Os corpos que se movem, os corpos das roupas, das maquiagens, dos humanos, das músicas.

CsO só pode ser habitado por intensidades, fazendo-as passar ou não. Então qual é a intensidade que a música faz passar para estes CsO? *♪Can't stop, won't stop moving. It's like I got this music in my mind say in' it's gonna be al right* <sup>58</sup> e vida que segue se esgueirando por entre as fendas dos corpos, pelas bordas das caixas de som, por cabeças arreganhadas pela translucidez dos doces <sup>59</sup>.

Com as provocações das frases *eu não moro mais em mim* <sup>60</sup> e *você quer ir embora de você como se você não lhe fosse todos os destinos possíveis* <sup>61</sup>, unimos Adriana Calcanhotto e a banda Plutão Já Foi Planeta, com a intenção de alargar as duas propostas: a de não morar mais em si como um lugar, mas também não descolar das possibilidades dos desterritorializações na geografia deste corpo-imagem que devém turista de si. Esta *viagem perdida* nos circuitos de musicalidades pode fazer com que algo seja lançado e ainda assim descolado do desejo de resolução imediata de um problema, mas, mesmo assim pode ser ainda uma chance para aquele corpo que *não encontra uma saída para um destino possível* <sup>62</sup>.

O corpo como lugar para saídas dos destinos possíveis, das fugas. "o corpo é tão somente um conjunto de válvulas, represas, comportas..." dizem

---

<sup>57</sup> Trecho da canção *Hipsdon't lie* de Shakira. Tradução livre: E tudo tão inesperado / A maneira que você vai da direita para a esquerda / Então você pode continuar fazendo isso. Canção disponível em: <<https://youtu.be/DUT5rEU6pqM>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>58</sup> Trecho da canção *Shake it off* de Taylor Swift. Livre tradução: Não posso parar, e nem vou parar de me mexer / É como se tivesse uma música na minha mente / Dizendo que tudo vai ficar bem. Disponível em: <[https://youtu.be/nfWlot6h\\_JM](https://youtu.be/nfWlot6h_JM)>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>59</sup> Um segredinho que descobrimos nas noites: doce ou LSD são designações para drogas sintéticas.

<sup>60</sup> *Metade*, canção de Adriana Calcanhotto. Disponível em: <<https://youtu.be/Tq2gOFywWEc>>. Acesso em: 15/01/2016.

<sup>61</sup> *Viagem Perdida* é uma canção da banda Plutão Já Foi Planeta. Disponível em: <https://youtu.be/l7KktLEdFrc>. Acesso: 15/01/2016.

<sup>62</sup> Igual nota anterior.

Deleuze e Guattari (2012a, p. 16). Se esta é a imagem do corpo, o CsO é o arrombamento destas válvulas, tornar o corpo em escape. A música pode então convocar para que o CsO seja isto, um vazamento do estado de represa, para então tornar-se torrente que arrasta a vida para fora de um “nome próprio”, uma sangria de açude<sup>63</sup> em uma festa. Precisando vazar, para não deteriorarmos todo o território-corpo.

O prazer atingido pelo CsO em música se dá pelo aumento de um desejo, “intensidades de prazer”. No campo das festas as intensidades são prolongadas pelas sensações pelas quais o corpo é atingido em contato com as músicas. Os sons ecoam no ambiente como balas disparadas e devoradas pelo céu da boca, o corpo se distribui pelo espaço do *dance floor*. Qual imagem então está emergindo a partir disto? Corpos suados e cansados de tantas músicas, roucos e abertos às ressacas?

Devir-partitura que flutua entre as linhas da vida. A questão é justamente essa, prolongar a linha da vida nos momentos em que o corpo é jogado na noite, e, a partir da jogação, retornar aos espaços mais segmentados para neles também habitar.

## Referências

BEY, Hakim. TAZ – **Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Rio de Janeiro: Assírio & Alvim, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012b.

---

<sup>63</sup> Os açudes presentes nos interiores do Nordeste quando chegam a capacidade máxima e transbordam por cima das represas são memórias nítidas quando os autores falam de válvulas, comportas e represas. A utilização do termo dá em razão da nomeação desse ato para designar o momento em que os açudes enchem, e para não romper a barragem, abrem-se as comportas para que as águas, com sua força avassaladora, não estorem as paredes.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica da Multidão**. Revista: Lugar Comum. Vol. 19-20, p.15-26, 2009.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. Ide. São Paulo, v. 29, p. 123-129, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cartografia Sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

POZZANA Laura. **A Formação do Cartógrafo é o mundo**: corporificação e afetabilidade. Fractal: Revista de Psicologia, v. 25, p. 323-338, 2013.

TAKEUTI, N. **Dobras na juventude e nomadismo**. Latitude, v. 6, p. 7-23, 2012.

VIRNO, Paolo. **Multidão e princípio de individuação**. Revista: Lugar Comum. Vol. 19, p. 27-40, 2009.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Recebido: 14 fev. 2016

Aceito: 04 out. 2018

# Civilização, Tecnologia e Poder na Modernidade Líquida

## Civilization, Technology and Power in Liquid Modernity

Lucas Fortunato<sup>64</sup>  
Alexsandro Galeno<sup>65</sup>

### Resumo

Esse artigo trata da análise de Zygmunt Bauman sobre a modernidade líquida, focando especialmente nas tecnologias de vigilância desenvolvidas nas últimas décadas. O artigo inicia abordando o mal-estar na civilização diagnosticado por Freud e retomado por Bauman no contexto contemporâneo. Em seguida, trata das contribuições de Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre as tecnologias de poder instauradas nas atuais sociedades. Com isso, detalha-se a passagem das sociedades modernas disciplinares para a atual modernidade líquida e suas novas tecnologias de vigilância e poder pós-panóptico, ou seja, o sinóptico, o banóptico e o que se denomina ciberpoder.

**Palavras-chave:** Modernidade Líquida. Civilização. Tecnologia. Poder.

### Abstract

This article deals with Zygmunt Bauman's analysis of liquid modernity, focusing especially on the surveillance technologies developed in the last decades. The article begins by addressing the malaise in the civilization diagnosed by Freud and taken up by Bauman in the contemporary context. Next, it deals with the contributions of Michel Foucault and Gilles Deleuze on the technologies of power established in the present societies. This explains the transition from modern disciplinary societies to modern liquid modernity and its new technologies of surveillance and post-panoptic power, that is, the synoptic, the banoptic and what is called cyberpower.

**Keywords:** Liquid Modernity. Civilization. Technology. Power.

---

<sup>64</sup> Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Doutorando). ORCID: [orcid.org/0000-0002-5408-513X](https://orcid.org/0000-0002-5408-513X). Email: [lucasfortitude@gmail.com](mailto:lucasfortitude@gmail.com).

<sup>65</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5103-0339>; Email: [alexgalenno@gmail.com](mailto:alexgalenno@gmail.com).

## Introdução

O tempo em que a ordem moderna reinou sobre as liberdades só aparentemente passou, pois apesar da ilusão individualista típica da consciência pós-moderna afirmar que vivemos o sistema da liberdade de escolha, nunca antes uma sociedade investiu tantos recursos na vigilância, no controle e na dominação acima dos homens e da natureza. A liberdade exigida ao Estado nos países ocidentais não foi um ganho de revolucionários cômicos de sua força política, senão que um dos muitos sinais da vitória do mercado capitalista para que o indivíduo pudesse gozá-la como exímio consumidor, a mesma liberdade que agora retorna de forma espectral no interior do sistema com as fantasmagorias sociais da insegurança, da ansiedade e do temor.

Vemos o renascimento dos extremismos e a ascensão de moralistas a favor de políticas sociais e econômicas de austeridade no tempo em que o instinto de morte latente inflama os conflitos internos e externos a todas as fronteiras, e no mesmo instante crescem os atentados fundamentalistas como que a reboque contra os terrorismos da civilização em um círculo abominável de sofrimento, demência e horror.

O mundo que investiu inteligência, tempo e capitais na produção de tecnologias apostou que o produto de seu empreendimento pudesse conferir valor positivo à realidade assim transformada. A história, no entanto, coloca sérias dúvidas, pois se dois séculos ao menos de inventos tecnológicos resultaram em profundas mudanças nas formas produtivas das sociedades ditas modernas, os problemas gerados no campo de contrafinalidade social ainda hoje mostram sua terrível face.

A ciência, conjugada com a técnica, a economia e a crença no progresso, construiu o cenário para uma nova forma de viver nas metrópoles desde então em perpétuo crescimento. A obsessão pela produção acelerou o ritmo imposto aos habitantes das cidades modernas, e de modo análogo aos compassos das fábricas, a vida urbana incorporou a velocidade para acompanhar o frenético ritmo das indústrias sócio-culturais dinâmicas, deixando atrás de si os restos

inaproveitáveis e os resíduos inoperantes, com desprezo por tudo o que não se submete a seu domínio.

A chamada acumulação primitiva identificada na origem histórica do capitalismo foi também a acumulação de conhecimentos científicos e inventos tecnológicos. No entanto, nas sociedades que materializaram o projeto de construção racional do mundo, uma série de problemas se multiplicou em decorrência da superprodução, simplesmente porque, ao lado das extraordinárias invenções tecnológicas, a modernidade ocidental fabricou desigualdades sociais e econômicas, recalcou conflitos intestinos nos meandros das cidades e acumulou milhões de pessoas no espaço urbano sem resolver o que se convertera no problema da violência.

Tragicamente, o processo de colonização que se lançava sobre o exterior, conjugado com o desenvolvimento dos sistemas informacionais e as novas técnicas de vigilância e controle, também se voltou para o interior das fronteiras rebatendo suas redes de poder endocolonizador sobre as próprias populações. Gradativamente outras problemáticas surgiram e, com elas, o subproduto das sociedades avançadas, que ressurgiu de forma brutal no cenário atual em tons de alerta, claros sinais do mal-estar na civilização: o medo e a insatisfação generalizada, a violência, a xenofobia, o racismo, o terrorismo fundamentalista e anômico, assim como os etnocídios no campo da cultura e a devastação incessante da natureza na esfera ecológica.

Ninguém podia imaginar que no decurso do processo civilizatório o poder escaparia à consideração humana e se voltaria sobre os homens, nem que o estado de natureza repellido por alguns filósofos (denominado de “guerra de todos contra todos”) se veria realizado pelo estado civil armado em que o controle se lança sobre os mínimos detalhes, invade as esferas públicas e privadas a pretexto de eliminar o mais simples desvio, gerando com isso um estado de exceção no qual a guerra é apenas um nome diferente para a vida regida, produzida, modulada e reprimida pelos sistemas de poder conectados em rede. Esse cenário, porém, ganhou contornos e complexidade na era das máquinas com o conflito deflagrado no interior das sociedades entre o instinto

de morte e os projetos para o controle, que revela ora a contradição dos termos (instinto-razão), ora o intercâmbio dos meios (civilização-destruição). Nessa paisagem de ruínas e desencantos, o indivíduo, a mais frágil figura da vida social, precisa seguir apesar de tudo, sobreviver, sonhar.

Muito já se escreveu sobre todas essas realidades, mas coube a Freud colocar de forma pioneira o tema do mal-estar na civilização como o que deve ser pensado para compreender a nossa época.

Com um olhar clínico na sua abordagem da cultura, o fundador da psicanálise afirma que a cultura, durante toda a história humana, teve o propósito de contribuir para amenizar o sofrimento da existência. Para atingir tal objetivo foi necessário ao homem sacrificar sua pulsão de morte e renunciar à busca desenfreada pelo prazer, em troca dos benefícios trazidos pela civilização. De outra forma, sem certo equilíbrio nas relações sociais não haveria como cultivar as condições para a produção de conhecimento e tornar o trabalho útil, nem tão pouco construir o espaço propício para o desenvolvimento humano. Nesse ponto de vista antropológico, a cultura ou a civilização teria como função proteger o homem das forças cegas e ameaçadoras da natureza e ao mesmo tempo regulamentares os vínculos dos homens entre si de modo a evitar a pura tirania dos instintos.

O problema diagnosticado a partir do que Freud (2010) apresentou no seu escrito *O mal-estar na civilização* é que, no atual contexto, os meios empregados pela civilização para satisfazer os seus anseios por ordem e segurança parecem desvirtuados em um sentido paradoxal, pois os próprios meios de que se vale para assegurar, de um lado, o domínio sobre a natureza e, de outro, a ordem do convívio social, incorrem no risco de degenerar em instinto de morte e ao contrário produzir o avesso do que pretendiam a princípio, ou seja, em vez de ordem, equilíbrio e segurança: caos, destruição, conflitos, guerras, morte, dor e sofrimento. O que por si só abala os fundamentos da civilização e exige uma reavaliação de todos os valores e ideais que estão na base dos processos em vigor.

Essa é uma temática fundamental dado o risco de a civilização fracassar em seu objetivo de modelar os instintos do homem, caso o empreendimento preliminar da cultura não seja satisfeito. A situação se agrava ainda mais, pois essa tarefa primordial, com a importância que tem, é, no entanto apenas o pressuposto para o desenvolvimento do edifício social: uma vez satisfeito esse requisito biocultural nas fronteiras da natureza e da cultura, toda a tarefa positiva de construir a civilização fica ainda por se fazer.

Se, como as impressões contemporâneas dão a entender, não conseguimos sequer nos apropriar com eficácia e de forma salutar dos impulsos cegos do ser humano, como construir algo digno, nobre e elevado a partir de um material tão bruto? Talvez essa disparidade entre as funções negativa e positiva da civilização ajude a explicar o índice de violência crescente, a sensação de alienação e a falta de sentido da vida partilhada por grandes parcelas da população que, nos dias atuais, enfrentam o problema de inadaptação crônica aos rumos e às crises do universo social. Eis uma questão fundamental cuja resposta pode nos ensinar algo sobre como lidar com problemas essenciais da época, e com isso contribuir para criar as condições da humanidade se elevar a um novo patamar existencial.

Durante um certo período, Zygmunt Bauman (1998) trabalhou com o tema do mal-estar na "pós-modernidade" para abordar de forma atual a problemática colocada por Freud. Porém, com uma perspectiva renovada do que seria a modernidade, e como para se distinguir dos pós-modernistas, Bauman revisitou o termo. Desde então preferiu usar a expressão "modernidade líquida" por acreditar que a vida social do nosso tempo nada mais é do que o lançamento das bases modernas a um limite além do qual a solidez das instituições modernas se desfaz. Afinal, há uma razão para essa escolha, pois não se pode falar do que caracterizam as histórias hodiernas sem considerar os vetores e as grandes linhas das intenções sociológicas montadas na modernidade, pois, claro está, o que chamamos de presente é em grande medida a consequência dos pressupostos históricos modernos.

Ocorre, no entanto, dos processos sociais entrarem em outros regimes, em sistemas estruturados sobre novos pressupostos, e quando Bauman (2014) se propõe a pensar a modernidade líquida, é possível identificar algumas linhas de reflexão importantes. Sem dúvida, a principal delas é a que de uma forma sintética caracteriza a época atual, a modernidade no seu estado líquido: a instabilidade da vida e das instituições sociais.

Ao contrário das formações modernas que se constituíram de maneira sólida, as sociedades líquidas são definidas pela inconstância de suas estruturas, formas e instituições, que paradoxalmente se desfazem mais rápido do que se estruturam. Ao invés de perdurar no tempo, as instituições e estruturas da atualidade são tomadas em processos mais amplos remetidos à produção capitalista e às constantes crises políticas que exigem forçosamente mudanças, adaptações e reformulações de toda sorte, sempre em conformidade com as exigências econômicas e mercadológicas em âmbito transnacional ou planetário.

A ideia da liquidez de que fala o sociólogo, nesse sentido, é usada para destacar o estado maleável, inconstante, dinâmico, adaptativo e mórfico do mundo social na sua versão contemporânea. Isso dá o que pensar, pois a própria definição do que seria uma instituição social parece mudar com o que se vê na época presente.

Uma das principais características da modernidade líquida é, portanto, que as instituições sociais perdem consistência devido às transformações impostas por exigências, demandas e ritmos extrínsecos que inviabilizam a estabilidade e o amadurecimento da cultura. Esse é um fenômeno que se pode caracterizar por uma autocontradição sociológica, agora, inscrita no próprio modo como a civilização líquida opera. Algo de concreto na dimensão social se impõe às demais instituições submetendo as esferas da vida coletiva a processos de mudanças e adaptações forçadas, quando o mais comum (levando em consideração a história das sociedades humanas) seria a instauração de ordens, organizações, normas, padrões, valores, etc., com tendência a se reproduzir e perpetuar no tempo. Entretanto, não é o que acontece, há crises que atingem até mesmo as mais sólidas instituições. À maneira de como ocorre com a

obsolescência das mercadorias, nas sociedades líquidas tudo o mais se desfaz seguindo a velocidade da produção e das adaptações muitas vezes impostas ao universo da cultura pelos processos produtivos, políticos e econômicos de adequação. O resultado disso é que a crise desencadeada pela expansão dos imperativos capitalistas afeta profundamente as estruturas culturais, bem como as práticas e os valores que até então, de maneira mais ou menos eficaz, refletiam uma forma de viver e atribuíam sentido à existência das pessoas.

Essa espécie de autocontradição sociológica do mundo líquido gera uma série de sentimentos como sensação de alienação, medo, insegurança, ressentimento e revolta nos sujeitos que se sentem jogados no mundo, desamparados e sem referências para lidar com a realidade avassaladora que lhes impõe ritmos, problemas, desafios e adequações muitas vezes insuportáveis.

O mal-estar específico no mundo líquido parece ter aqui sua origem: a sensação de que nada se sustenta, de que não há garantias, a intuição de que algo fundamental foi destruído sem que saibamos nem mesmo o que colocar no lugar, tudo isso se soma à angústia do niilismo face aos dilemas que se nos apresentam no presente.

Um dos efeitos desse profundo mal-estar na modernidade líquida se faz perceber na relação estabelecida entre a sensação de medo elevada ao nível quase paranoico e o correlato apelo por segurança que se intensifica e se atualiza em nossa época. No que se refere a uma análise das novas tecnologias de controle e vigilância, é importante considerar a relação que se estabelece nas sociedades líquidas entre medo, liberdade e segurança.

Aqui, há claramente uma correlação já identificada por Freud entre o aparelho psicológico, mais especificamente o substrato subjetivo, e a experiência da vida social. Aliás, até mesmo o agenciamento de tecnologias passa por essa trivialidade psicológica remetida ao campo social, como se pode perceber com relação aos sistemas de controle, que desenvolveram suas próprias ferramentas de poder para lidar com o fenômeno da violência, combater o instinto de morte latente nas metrópoles e conjurar o temor desse "outro" desconhecido que pode

ser o que há de mais vil no homem. De fato, diversos setores continuam a se aproveitar das tecnologias disponibilizadas pela civilização para propósitos de vigilância e dominação. Por isso, o clamor por segurança apela para o uso de várias tecnologias com o intuito de ampliar as zonas vigiadas e em consequência promover a sensação de proteção.

Realmente, o convívio quase forçado e íntimo com desconhecidos e completos estranhos impõe-se com tal veemência nas metrópoles que, não raro, a conjunção de existências submetidas assim aos imperativos da massa indistinta exprime-se em sintomas que podem variar de uma simples rejeição ou indiferença face ao outro, como o desprezo, até atingir a forma mais perversa do ódio declarado. Sem dúvida, o fato de se ter que conviver com tanta gente e de forma tão próxima nas atuais sociedades líquidas afeta de forma sutil ora avassaladora a fisiologia, o corpo e a mente de milhões de seres humanos.

Em um ambiente social conturbado, a agressividade dos sujeitos, quando direcionada a seus semelhantes, gera uma reação em cadeia que resulta no fenômeno muito complexo da violência e da criminalidade, ainda mais quando cresce o desrespeito às regras sociais e à vida humana em geral. Em tais circunstâncias, o que Durkheim chamou de anomia torna-se a própria realidade social.

No momento em que a instabilidade das instituições redundava na perda de garantias sociais, a sensação de temor se intensifica, convertendo-se em apelo contra o mal-estar, especialmente, em clamor por segurança e mais controle. A obsessão por segurança encontrada no mundo líquido, por sua vez, faz com que, não raro, o sujeito prefira abrir mão de sua liberdade em troca da promessa de um pouco de paz e tranquilidade, o que não deixa de ser surpreendente, pois enquanto a época anterior (da modernidade sólida) apostou na ordem, a época mais recente, pelo contrário, investiu na valorização da liberdade acima de tudo.

O ideal de liberdade pairou durante muito tempo no imaginário social de reminiscências burguesas e revolucionárias. A Revolução Francesa, tributária do Iluminismo no século XVIII, enfocou no valor da liberdade como norteador de um projeto de civilização. No entanto, no século XX as duas Guerras Mundiais e,

depois, o terrorismo fundamentalista, já na aurora do novo milênio, fizeram surgir o espectro do autoritarismo com seus projetos de expansão da ordem a todo custo.

A figura do inimigo, que durante a Guerra Fria era vinculada ao exterior e facilmente classificável, foi substituída, desde meados da década de 1990, pelo inimigo anônimo e inclassificável que pode vir de qualquer lugar na figura do terrorismo. Somado a isso, o aumento da violência interior às nações e vivido como algo anômalo nas metrópoles, tornou a sensação do medo algo onipresente, e o problema assim se agravou.

Nesse ínterim, as formas políticas da razão instrumental agenciadas para a dominação e o controle impuseram-se acima das liberdades civis e individuais, enquanto o capitalismo continuamente disseminou desordens organizadas pelas nações, gerando ao mesmo tempo o medo como substrato psíquico dos afetos desencadeados por fatos sociais, sensação tão logo apropriada por práticas e discursos políticos e estatais. Desde então, o medo e a sensação de insegurança têm desempenhado um papel considerável no campo da psique social, na política e na economia.

Por tudo isso, a busca por segurança, aliada a uma espécie de paranoia social, muitas vezes faz com que as pessoas abram mão de suas liberdades em troca da sensação de proteção e abrigo diante de um "mal" abstrato que, na prática e nos discursos sociais, pode vir de qualquer lugar. Paradoxalmente, por mais que haja investimentos maciços em tecnologias, sistemas e políticas de segurança, resulta absurdo que a busca pelo controle não consiga amenizar o mal-estar latente nas massas de sujeitos aviltados com o espectro da violência, antes o contrário: como consequência da obsessão por controle cresce o sentimento de insegurança, e junto disso, a intensificação das políticas de vigilância e controle, em um círculo de retroalimentação que, no limite, resulta no fenômeno da militarização do cotidiano.

Delimitado assim o problema, Bauman fala da vigilância líquida como uma chave de leitura e interpretação do mundo atual, muito em parte caracterizado pela proliferação de dispositivos de vigilância, poder e controle. E ao colocar a

problemática relação que se estabelece nas sociedades líquidas entre medo, liberdade e segurança, vincula uma análise dos afetos epocais com seus efeitos sociais, econômicos e culturais, sugerindo por fim questões e reflexões morais, éticas e políticas.

Na leitura que Bauman (2014) faz da modernidade líquida, há três tecnologias ou tipos de dispositivos que interatuam no sistema de vigilância atual, conforme apresentado no livro *Vigilância líquida: o panóptico, sinóptico e o banóptico*. Para compreender a função desses dispositivos na atualidade é preciso antes retomar a contribuição de Michel Foucault (2015) no que se refere às tecnologias de poder.

Com uma abordagem inovadora, o filósofo francês identificou na modernidade as tecnologias de poder panópticas e as biopolíticas como formas sofisticadas de se produzir disciplina e controle, mas também, de se modular populações, práticas sociais e individuais, paixões e subjetividades (cf. FOUCAULT, 2005, última conferência).

Na tecnologia de poder panóptico, a arquitetura é disposta de tal modo que um local privilegiado, uma torre, por exemplo, torna-se o ponto de aglutinação do poder pelo fato de que este ponto permite a vigilância de todo o perímetro, ao passo que os outros pontos veem o centro que emana a vigilância mas não enxergam quem lhes vigia. O dispositivo arquitetural assim configurado passa a funcionar quase sozinho, pois o centro de vigilância se fecha aos olhares dos sujeitos que são vigiados, de modo a exigir de cada um deles uma postura de autovigilância, dada a exposição a que estão submetidos. Essa configuração arquitetural é, de fato, muito dispendiosa, mas consegue efetivar a função última de construir em cada sujeito-alvo do poder sua autovigilância perpétua no interior do dispositivo.

Essa tecnologia panóptica que caracterizou as chamadas sociedades disciplinares ainda hoje desempenha seu papel na vigilância. Ocorre que as sociedades de nosso tempo não possuem as mesmas características das modernas sociedades de outrora. Coube a Gilles Deleuze (2008) diagnosticar os sinais da passagem das modernas sociedades disciplinares para as atuais

sociedades de controle, que são caracterizadas por novas tecnologias segundo uma reconfiguração dos dispositivos de saber-poder. Na realidade, os modos de sujeição das sociedades de controle se superpõem às técnicas disciplinares e passam a coexistir no campo social, de modo que as redes de poder e assujeitamento tornam-se cada vez mais invasivas.

Com efeito, as sociedades de controle anunciadas por Deleuze compõem com as antigas técnicas de poder um novo dispositivo com o qual o controle dos corpos se dá de maneira contínua e não mais localizada no interior das instituições. Nesse novo dispositivo, já não se passa de um seguimento a outro – família, escola, exército, hospital, fábrica, prisão – como outrora, segundo o princípio do molde. Nas sociedades de controle, a lógica é tal que os espaços de poder parecem se confundir e as funções sociais que exigem adesões dos sujeitos não são mais localizadas nem fixas. Concretamente, o controle se dá mediante uma modulação reiterada e contínua em todo o campo social: trabalho em casa, escola na empresa, policiamento e vigilância ostensivos dentro e fora das instituições, nas ruas, nas mídias de massa, etc. Na lógica do controle não interessa confinar para disciplinar, mas, sobretudo modular, seja onde for: a atenção, o comportamento, os afetos, os papéis e o sujeito – a cada instante, mesmo em trânsito, nos deslocamentos e sempre que possível em tempo real. Portanto, a nova lógica do poder não é mais fixa, senão que dinâmica dada a quantidade e a mobilidade das tecnologias difundidas na vida cotidiana.

As próprias tecnologias humanas cresceram em número e se complexificaram com seus exércitos de técnicos administrativos voltados para a vigilância contínua. No ambiente econômico, industrial e empresarial, uma reformulação da divisão social do trabalho passou a exigir técnicos com novas especialidades, da segurança do trabalho até gerentes de controle de qualidade e seus séquitos de supervisores, para aumentar a produtividade, a qualidade, a eficiência e o regime de velocidade ao nível máximo. Ao mesmo tempo, o modelo produtivo correspondente das novas formas de empreendimento capitalistas passou a ser a empresa com seus agenciamentos flexíveis, o que gerou mudanças consideráveis no modo como os funcionários devem se portar

desde então. Por outra parte, no âmbito das ruas, no trânsito das avenidas, nos centros comerciais, nas paragens públicas, a vigilância ganhou destaque crescente junto com os agentes que materializam as tecnologias de poder como policiais, seguranças e agentes secretos, vigilantes, guarda-costas, detetives, etc.

No pós-guerra, entretanto, todas as tecnologias humanas e seus agentes foram acoplados a novos dispositivos que propiciaram um incremento de poder e possibilidades de controle e vigilância nunca antes vistas. Socialmente, o fenômeno da vigilância tornou-se uma questão prática a ser tratada na sua dimensão política e econômica por governos, instituições, empresas e até homens comuns, que desde então contam com diversos aparelhos tecnológicos para esse fim.

Historicamente, no mesmo processo de competição tecnológica da chamada "corrida espacial" durante a Guerra Fria, cresceu os investimentos políticos e econômicos na produção voltada para a guerra, a mobilidade, a comunicação, o controle e a dominação, com o que uma quantidade imensa de novos aparatos e dispositivos foi fabricada e logo incorporada no tecido urbano. Para espanto do mundo, o sonho dos futuristas italianos finalmente se realizou com a "síntese futurista da guerra".

Com eficácia, o avanço tecnológico nos mais variados campos, da guerra aos laboratórios, das mídias aos registros burocráticos, dos sistemas computacionais à ciência cibernética, contribuiu fortemente com a fabricação de um novo dispositivo maquínico que podemos denominar *ciberpoder*. Esse dispositivo produz um novo regime de dominação que se vale de aparatos maquínicos tais como os meios de comunicação de massa, rádio, televisão e cinema, assim como, na sua versão mais atual, bancos de dados, computadores, internet, celulares e todos os derivados que integram e colocam em circuito os corpos, as mentes, os seres e as coisas.

O agenciamento de todos esses componentes conectados resulta na transformação das antigas instituições, organizações e relações, dando origem a um novo regime de dominação que vem afetando com pungência tanto a

produção das subjetividades quanto as formas de administração e controle internos às nações sobre a própria população.

Com efeito, essa nova máquina do ser passou a operar mediante uma tecnologia de poder em que os circuitos pressupõem subjetividades conectadas em redes, criando assim um fenômeno recursivo: o produto do ciberpoder, o sujeito equipado e inserido nos sistemas homens-máquinas, é o que confere ao poder sua efetiva existência, encarnada e maquínica, com a complicação, porém, de que a própria subjetividade pode se apropriar das maquinarias, em tempo real e de forma remota, para inumeráveis fins, inclusive, subversiva e de resistência.

Doravante, novas tecnologias da vigilância e do poder se desenvolvem fora do eixo das prisões e das instituições fechadas em si mesmas que erigiam dispositivos disciplinares para atuarem sobre os indivíduos com fins de incitar determinadas formas de comportamento, seja nas fábricas, nas escolas, nos asilos, nos quartéis militares. Além da manutenção dos panópticos nos espaços fechados e disciplinares que sobrevivem reconfigurados, outras formas de vigilância se adaptam ao mundo da mobilidade e das altas tecnologias com suas câmeras e drones que podem estar em qualquer lugar.

Segundo Foucault (2005), nas sociedades disciplinares o modelo de tecnologia do poder aplicado para os internamentos é transposto, segundo o modelo das prisões, para outras instituições, como a escola, os quartéis, hospitais, asilos e manicômios. Se a lógica desse tipo de construção panóptica era produzir as condições de visibilidade capazes de favorecer a aplicação das disciplinas sobre os corpos mediante estrita vigilância, ao que parece, agora é a cidade como um todo que adquire os caracteres de uma prisão sem grades, em que os cidadãos são vigiados com o pretexto de que é para a segurança geral. Na realidade, mais do que uma prisão, as metrópoles configuram um gigantesco labirinto de aparelhos arquitetônicos equipados com dispositivos de vigilância remota dentro e fora de seus perímetros.

Dadas as novas possibilidades técnicas alcançadas pelo desenvolvimento tecnocientífico, as redes e os campos de visibilidade para a atuação do poder se ampliam vertiginosamente em um sistema de monitoramento remoto e

virtualmente completo característico da vigilância líquida que funciona para além das antigas fronteiras *indoors-outdoors*, público-privado. Assim, a vigilância líquida de ponta assume formas desconcertantes de poder e modalidades de controle. Concretamente, os sistemas de vigilância e controle tornam-se dinâmico e móvel para exercerem poder em trânsito sobre o que passa e se movimenta, nas ruas e avenidas, nos parques urbanos, nas fronteiras e zonas de inspeção, etc. Toda uma rede de tecnologias amparadas por indústrias que encontraram na vigilância, nos sistemas de informação e projeção do controle um setor de mercado rentável que faz par com a busca obsessiva da sociedade por segurança.

A própria ideia de vigilância se transforma tornando-se mais suave no momento da desestruturação das instituições sólidas. Valendo-se de meios sofisticados de tecnologia, na realidade, quanto menos a vigilância se mostra mais pretende prender e fisgar para o controle, como a imagem de uma teia de aranha pode aludir. Décadas atrás, Bertolt Brecht escreveu um poema para os revolucionários não deixarem pegadas nem pistas em seu caminho como forma de evitar perseguições. Hoje em dia tornou-se muito complicado passar despercebido aos olhos biônicos do ciberpoder, que registra cada detalhe, ainda mais quando os sujeitos contribuem voluntariamente (por vezes sem consciência de que o fazem) com o sistema de controle.

Na perspectiva de Bauman (2014), entramos na era pós-pan-óptico, com uma tecnologia móvel, dinâmica, adaptativa, modular e recombinante, pois, com esses caracteres, torna-se mais capilar e capaz de penetrar no tecido social como nunca antes, de forma suave e mesmo imperceptível. O que se vê é o desenvolvimento de tecnologias limpas, miniaturizadas e automáticas que multiplicam os campos de visibilidade e registros para a atuação do poder, como smartphones, câmeras, drones, gravadores, etc.

O questionável de tudo isso é que, no labirinto formado pela cidade equipada, o poder penetra de tal maneira na dimensão cotidiana, *in* e *outdoors*, que ameaça a esfera privada e íntima. Com a miniaturização dos dispositivos, no caso das microcâmeras e dos drones, a situação se agrava ainda mais pois as

condições técnicas dadas possibilitam a invasão praticamente imperceptível de espaços outrora reservados tão só ao âmbito privado. Os drones são um caso à parte, pois estão se miniaturizando até o limite de se tornarem invisíveis, ao passo que podem captar informações de outra forma impossível de conseguir por meios puramente humanos. No pior dos casos, estão sendo projetados para serem autônomos inclusive na tomada de decisão sobre o que fazer.

Não bastasse isso, no campo social em que impera o modelo administrativo das empresas flexíveis, uma nova espécie de panoptismo pessoal se desenvolve junto com a lógica da formação profissional contínua, que exige do sujeito uma consciência voltada sobre si mesma para autovigiar-se mediante o imperativo *do it yourself*. Ademais, a quase onipresença das câmeras e sistemas de vigilância pode gerar nos sujeitos uma paranoia reativa que aloja na consciência o correlato de um drone no plano psíquico, a saber, um superego que corresponde, na psique, à tecnologia panóptica externa, algo como um drone imaginário produzido pela inserção do sujeito no labirinto da arquitetura moral tomada pela vigilância líquida e descentralizado. De fato, vivemos um sistema de autoexposição no qual os próprios sujeitos se vigiam mutuamente mediante uma servidão voluntária, e onde as esferas privadas e públicas se confundem ou se tornam indiscerníveis.

Ao mesmo tempo, além da esfera pública ser invadida pelos dispositivos de poder panópticos, a dimensão íntima é capturada nas redes sociais que, no ciberespaço, por vezes ganha prevalência sobre a dimensão comum. O contraste da vigilância encontra aqui seu aspecto mais inquietante, contando com a convivência dos próprios sujeitos: a vigilância que adentra a esfera privada com os sistemas de informação, e a dimensão íntima que se abre ao campo público por meio das redes sociais e dos blogs, soma-se a uma superexposição produzida pelo próprio sujeito.

Curiosamente, com a adesão massiva às redes sociais há indícios de que o medo da humilhação diante da possibilidade de ser esquecido e colocado de lado dos laços sociais repercute à sua maneira nas novas mídias e nos relacionamentos virtuais. O narcisismo gregário parece combinar muito bem com

o fenômeno da vaidade egóica que sente necessidade de reconhecimento. Um sinal disso, as redes sociais produziram um lugar por vezes apropriado pelos usuários como verdadeiros confessionários pós-modernos, que substituem a figura do confessor pessoal, religioso ou psicanalista, para se estender ao circuito de todos os perfis conectados. Disso resulta a hiperconectividade e a superexposição a que aderem milhões de indivíduos ávidos por visibilidade, atenção, reconhecimento, notoriedade e admiração.

Assim, o poder se sofisticou ao ponto de se realizar em cada indivíduo sem recorrer necessariamente à coerção, pois apela para artifícios que seduzem, encantam, dirigem-se à curiosidade, ao desejo e ao entretenimento no palco das imagens veiculadas pelas antenas e ondas cibernéticas, resultando em impulsos e subjetividades engrenadas nos circuitos do ciberpoder.

Com a implantação dos sistemas informacionais que são a estrutura mecânica do ciberespaço, e na medida de nossa conexão com eles, quanto mais nos movimentamos mais deixamos rastros. Assim, tornamo-nos vulneráveis aos poderes de cibervigilância ainda que não queiramos, o que pode ocorrer mesmo nos campos do consumo, do entretenimento e da diversão. Quando a vigilância é incorporada como algo normal, de alguma maneira torna-se sedutora, prazerosa, e por isso terminamos por nos entregar de bom grado aos sistemas de informação, segurança e controle. Inclusive, há todo um discurso que afirma a positividade de se adaptar ao jogo da vigilância consentida, sempre com justificativas de possíveis ganhos para o sujeito ou para a sociedade.

Entretanto, quanto mais somos categorizados ou tomados em dispositivos de poder, tornamo-nos menos singulares e humanos e somos manipuláveis como dados estatísticos apropriados por corporações estatais e privadas. Nos sistemas de informação, como em uma esteira que se estende virtualmente a todo o campo social, somos vigiados, checados, registrados e controlados sucessivamente: quando fazemos compras *on line*, transações bancárias, respondemos a questionários, disponibilizamos nossos dados, fornecemos senhas, registramos passos, deixamos pistas em históricos armazenamos por empresas privadas e assim por diante.

Porém, do mesmo modo como as conexões se fazem, de maneira banal, as desconexões também. Nas sociedades com relações densas e estreitas é difícil se infiltrar porque as pessoas estabelecem vínculos duráveis com significações profundas, ao passo que no mundo líquido, os elos são frágeis e fragmentários. Na medida em que as relações são consideradas intercambiáveis do ponto de vista virtual, a conexão e a desconexão tornam-se o modelo mais fácil para lidar com as mudanças e a superficialidade dos laços sociais. Tudo se passa como se a lógica da mercadoria praticada nas redes sociais virtuais (a da utilidade, da aparência e do fetiche) repercutisse de forma análoga na esfera das relações pessoais. Do mesmo modo que as mercadorias são descartáveis, as relações com os outros adquirem valores de uso e de troca, tornando-se decorrência disso igualmente permutável.

Com efeito, das sociedades marcadamente disciplinares e, portanto, panópticas, entramos nas atuais sociedades pós-panópticas nas quais surgem outros dispositivos de poder como o sinóptico, no qual os papéis dos agentes se modificam: enquanto no dispositivo panóptico poucos vigiam muitos, no sinópticos muitos vigiam poucos. A lógica, típica da sociedade espetacular, portanto, se inverte. Devido aos meios de comunicação de massa e ao patamar de desenvolvimento do aparato maquínico nas sociedades líquidas, milhões de pessoas que compõem as massas de expectadores prestam-se ao papel de seguir virtualmente personalidades midiáticas, políticos, artistas e celebridades do momento, personagens que se destacam no espetáculo produzido para as massas cênicas midiáticas.

No livro *Vigilância líquida*, Bauman ainda trata de um outro dispositivo que se apropria do poder panóptico para voltá-lo a grupos específicos. O assim denominado dispositivo banóptico está ligado à noção de insegurança e não de disciplina. Com efeito, o banóptico fabrica um olhar que discerne, seleciona, categoriza e estigmatiza, segundo critérios estabelecidos, um determinado grupo arquetípico para melhor excluí-lo. Como tal, esse dispositivo nada mais é do que uma especialização do panóptico, que direciona o poder e a vigilância a um conjunto considerado refúgio humano a ser isolado e mantido assim sob controle.

O banóptico vem satisfazer a um anseio ainda mais penetrante da vontade de controle, ao operar um dispositivo de vigilância que se pretende preventivo em relação às possibilidades do que pode vir a acontecer. Dado o contexto, determinados perfis são elaborados para isolar indivíduos tratados como potencialmente perigosos e suspeitos, como ocorreu imediatamente após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Na medida em que a vigilância de prevenção se materializa em uma antecipação logística do campo possível de acontecimentos, o banóptico opera com filtragens baseadas em características previamente programadas e que podem ser estéticas, étnicas, comportamentais, culturais, etc., características estas que são computadas como variáveis a serem isoladas do conjunto mais amplo vigiado a fim de que o controle no espaço e no tempo seja otimizado ao máximo. Para tanto, são criados perfis aplicáveis a determinados grupos, por vezes, minoritários considerados marginais como forma de, em seguida, a partir de categorias de exceção, executar o banimento que marginaliza, isola, ostraciza e exclui os indesejados. Quanto ao problema das imigrações, por exemplo, o banóptico funciona de uma forma mais aberta e perceptível nas zonas fronteiriças, afinal, o controle do tráfego de pessoas e mercadorias pressupõe uma vigilância permanente, e o dispositivo banóptico desempenha uma função importante quanto a isso.

Uma outra questão crucial que se percebe na modernidade líquida é a separação, identificada por Bauman, entre poder e política. Como um anel recursivo, a vigilância líquida estimula a separação entre poder e política, pois a separação entre uma e outro possibilita a produção de mais dispositivos nas mãos de instituições, empresas e megacorporações que passam a produzir realidade com seus poderes a despeito de quaisquer considerações políticas. O poder separado da política se exerce na dimensão global, e como se infiltra na vida cotidiana junto com as mercadorias comercializadas em escala planetária não há para ele fronteiras bem definidas. Nem há também qualquer tipo de regulação sobre a produção tecnológica. Ao passo que a política propriamente dita limita-se cada vez mais aos ditames do mercado glocal que ameaça toda soberania, aliás, a cada dia mais fragilizada pelas constantes interferências dos

fluxos e das produções planetárias que se revelam desde dentro até fora. Tudo se passa como se a política tivesse que lidar com uma profusão de fluxos e tecnologias que escapam aos códigos jurídicos e exercem assim uma pressão sobre as esferas políticas da sociedade civil, sobre os aparatos estatais e mesmo militares.

Para finalizar, é importante lembrar que Bauman opera com a ambivalência das categorias e das problematizações, mais do que com um julgamento de valor ou uma condenação. Na sua perspectiva de abordagem das questões sociais não há nostalgia, conservadorismo ou algo assim. Há muito mais a expressão do direito à problematização responsável e lúcida, assim como interessa colocar o problema e delinear os aspectos problemáticos identificados na realidade mais do que o dever de resolvê-los. Afinal, ao sociólogo cabe o direito de levantar problemáticas que concernem à vida coletiva sem o imperativo de resolvê-los, mesmo porque, na realidade, compete à inteligência coletiva formular soluções e estratégias sejam pelos canais institucionais ou a serem criados.

Nesse cenário, o problema ético-político precisa ser colocado radicalmente porque, dada a conjuntura aqui exposta, os cidadãos são capturados pelo poder sem que a política, tal como praticada até agora, pouco ou nada possa fazer para livrá-los. O poder, tecnologicamente reproduzido, ultrapassa as fronteiras nacionais via informações, empresas, complexos industriais e vetores internacionais em um cenário globalitário saturado de pressões, enquanto os políticos locais, mesmo no nível nacional, sentem concretamente a dificuldade que é quase uma completa impotência quando se trata de definir o destino político e social de uma nação, um estado, um povo, uma comunidade. Como se não bastasse, acima disso, no âmbito de uma metapolítica a disputa pelo controle do controle é um paradoxo que coloca em xeque o pensamento político contemporâneo face à desordem e complexidade sociais crescentes.

Não sem impacto, muitos dilemas se impõem no contexto contemporâneo, dentre os quais, o de saber como estabelecer as relações entre

o desejo e a alteridade, os limites e a liberdade, na mediação dos conflitos entre os agentes sociais em escala glocal. A civilização continuará a imperar com o processo de evolução tecnológica a despeito das ecologias tão necessárias para a perpetuação das formas de vida no planeta?

A questão das tecnologias e das novas mídias também necessita de respostas que estejam à altura do problema civilizatório. Serão utilizadas para controlar os mínimos detalhes da existência sem quaisquer limites no âmbito público e privado? A pergunta crucial talvez seja: como evitar que os novos aparatos tecnológicos desvirtuem o papel da cultura na domesticação do ser sem com isso inflamar o instinto de morte? Por outra parte, como os grupos e as subjetividades podem se apropriar dos novos maquinismos para expandir as potências da vida e do pensamento? Tantas possibilidades dadas e abertas com as formas concretas e virtuais de conexão não podem ser desperdiçadas ou tão só deixadas sob a tutela de corporações e empresas que visam no lucro o objetivo supremo.

Essas questões nos lançam em um campo aberto à reflexão no qual os experimentos se fazem no momento em que realizamos essas perguntas, e novos horizontes possíveis desvelam assim um mundo que está nascendo das novas composições do homem com o conhecimento, a informação, as tecnologias, as ciências, as artes e a filosofia. Entretanto, foi porque a civilização investiu todos os seus potenciais na produção de tecnologias, acreditando assim resolver seus problemas, que esqueceu, ignorou ou simplesmente menosprezou o que há de fundamental na esfera mais ampla da cultura, com os valores espirituais, artísticos, ecológicos e filosóficos. Por isso precisamos resgatar esses valores com um olhar voltado para os problemas de nossa época e com uma esperança criadora do mundo que haveremos de deixar para as gerações vindouras.

Aqui como alhures não há como antecipar soluções prontas. Cabe aos mais diversos grupos inventar suas formas de resistir aos processos de dominação, sozinhos ou acompanhados, para que fecundem outras tantas formas de viver com dignidade. Agora, as forças vivas da cultura precisam tomar

a dianteira nos processos de apropriação das condições sociais dadas nas escalas macro e micropolíticas. Felizmente, os novos agentes sociais e as inteligências coletivas já se encaminham nessa direção.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

----- **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

----- **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

----- **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (Obras completas, vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido: 02 nov. 2018

Aceito: 10 dez. 2018

# Redes Sociais: O grupo como suporte para imigrantes brasileiras em Portugal

Social Networks: the group as a support for brazilian immigrant women in portugal

Eliany Nazaré Oliveira<sup>66</sup>

## Resumo

Este artigo constitui um relato de experiência sobre a criação e administração de um grupo nas redes sociais para imigrantes brasileiras em Portugal. A convivência no mundo virtual é uma realidade no século XXI. As novas tecnologias contribuem de forma significativa para aproximação de pessoas e grupos. As redes sociais podem ser consideradas um espaço privilegiado para comunicação e interação. O objetivo deste artigo é descrever o processo de organização, criação e administração do grupo "Brasileiras que Vivem em Portugal" no *Facebook*. A experiência demonstrou sua utilidade e seus benefícios para quem se encontra em outro país e necessita de informações, camaradagem, dividir experiências, pertencer a um grupo étnico e apoio para inserção no mercado de trabalho. O espaço também é favorável para o desenvolvimento de pesquisa, já que pode agregar indivíduos com as características do público-alvo definido pelos pesquisadores. Assim, o grupo demonstrou ser um potente suporte nas redes sociais para imigrantes, contribuindo para sua integração e sobrevivência nesse cenário.

**Palavras-chave:** Imigração. Redes sociais. Mulher. Portugal.

## Abstract

This article is an experience report on the creation and administration of a group on the social networks for Brazilian immigrant women in Portugal. Interaction in the virtual world is a reality in the 21<sup>st</sup> century. The new technologies significantly contribute to bring people and groups closer. Social networks may be regarded as a privileged space for communication and interaction. This article aims to

---

<sup>66</sup> Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Ceará – Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-7243>; Email: [elianyy@hotmail.com](mailto:elianyy@hotmail.com).

describe the process of organizing, creating, and administrating the group “Brazilian women living in Portugal” on the *Facebook*. The experience has shown its usefulness and benefits for those who live abroad and need information, fellowship, sharing of experiences, belonging to an ethnic group, and support to enter the labor market. The space is also favorable for conducting research, as it can bring together individuals with characteristics of the target audience defined by the researchers. Thus, the group proved to be a powerful support on the social networks for immigrants, contributing to their interconnection and survival in this scenario.

**Keywords:** Immigration. Social networks. Women. Portugal.

## Introdução

A migração pode ser considerada um dos maiores desafios de Saúde Pública em nível mundial. Nesse contexto, há uma reconhecida necessidade de compreender a movimentação da população e seu impacto, seja nos países (de acolhimento, trânsito ou origem) ou nas populações (migrantes ou nativos) (DIAS; GONÇALVES, 2007).

Os diversos problemas sociais e econômicos enfrentados por parte da população no contexto histórico brasileiro têm consequências até os dias atuais. Muitos buscam uma vida melhor em outros países. Cerca de 500 mil brasileiros residem no exterior (BRASIL, 2013).

São vários os motivos para imigrar ou migrar, que podem ser influenciados pelas condições socioeconômicas, pelo contexto político e pelas catástrofes naturais. Em geral, é possível indicar que as motivações se relacionam a uma nova possibilidade de vida, melhores oportunidades de emprego, benefícios financeiros ou fuga de problemas ambientais, políticos e sociais. Os imigrantes que chegam a um novo país vivenciam situações conflituosas. Com frequência, são vistos com certa desconfiança ou até como uma ameaça pela comunidade que os recebe, sobretudo quando seu *status* é ilegal. Não raro, há receio de que concorrerão com a comunidade local pelos serviços públicos ou por postos de trabalho. Logo, a imigração e a migração implicam contato com novas culturas,

diferentes maneiras de pensar e distintas crenças, fazendo surgir dificuldades de adaptação e problemas de saúde física e mental (WALDMAN, 2011).

Segundo Malheiros (2007), organizador da coletânea *Imigração brasileira em Portugal*, atualmente os brasileiros tornaram-se o maior grupo formal e contabilizado de estrangeiros no país. Mesmo considerando os estrangeiros com *status* ilegal e aqueles que obtiveram nacionalidade portuguesa, os brasileiros ocupam a primeira posição no *ranking* de grupos étnicos de origem não nacional.

Portugal assistiu a um paulatino crescimento da feminilização do contingente migratório e da participação das migrantes no mercado de trabalho. Não se deve esquecer que está em curso um processo de flexibilização e precarização do trabalho e que, mesmo com as significativas mudanças para diminuir as diferenças entre homens e mulheres, tanto do ponto de vista das áreas de atuação como da remuneração, em geral, observa-se a feminilização de campos profissionais menos prestigiados e há evidentes desvantagens salariais em comparação aos homens. A divisão sexual do trabalho contemporâneo soma-se a uma distribuição desigual de funções entre migrantes e não migrantes ou entre o grupo etnicamente dominante e as minorias étnicas, estabelecendo posições ou nichos de emprego para indivíduos com determinado perfil. Em Portugal, observa-se uma clara etnicização do trabalho doméstico e das empresas de limpeza (MENDONÇA, 2007).

Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2013), naquele ano, a população brasileira com vistos oficiais em Portugal totalizou 87.493 indivíduos (53.537 mulheres e 33.956 homens). Vale ressaltar que esses dados referem-se aos indivíduos em situação legal, sem estimar a quantidade real de brasileiros que vivem no país, uma vez que muitos se encontram em situação ilegal. Em 2015, o Itamaraty contabilizou 162.190 brasileiros residentes em Portugal, o que demonstra que o processo migratório Brasil-Portugal continua crescente.

Este artigo relata a experiência da criação de um grupo de suporte e apoio a imigrantes brasileiras em Portugal. Esse grupo também constitui uma ferramenta de pesquisa em nível de pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e

Ciências da Educação da Universidade do Porto, intitulada "Estado de Saúde e Qualidade de Vida de Imigrantes Brasileiras em Portugal". Esse espaço mostrou-se um importante meio de comunicação entre os pesquisadores e as brasileiras que vivem no país. Além da coleta de dados de pesquisa, o grupo também tem por objetivo agregar mulheres de nacionalidade brasileira para troca de experiências, informações e discussão acerca das seguintes temáticas: saúde física, mental e reprodutiva, violência doméstica e outras sugeridas pelas integrantes.

As redes sociais representam uma importante estratégia de comunicação nos dias atuais, facilitando a obtenção de informações, pelos imigrantes, sobre tudo o que ocorre em seu novo local de residência. Desse modo, os indivíduos podem compensar situações de acesso limitado a notícias e assuntos específicos.

Segundo Vermelho, Velho e Bertoncetto (2015), a tecnologia das redes sociais digitais (RSD) foi pensada, idealizada e construída para proporcionar relações horizontalizadas, sob a égide de um sistema fortemente alicerçado na verticalidade. Nesse sentido, muito mais que uma tecnologia da moda, as RSD podem responder a anseios humanos e podem ser elementos de tensão na sociedade atual. Manifestações organizadas pela rede são noticiadas com frequência, demonstrando seu potencial de mobilização social.

Nesse cenário, este artigo descreve a experiência da criação e administração de um grupo no *Facebook* para imigrantes brasileiras que vivem em Portugal.

### **Motivação e justificativas para um grupo nas redes sociais**

O curso de pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em Portugal, colocou um dos autores deste artigo na posição de imigrante do sexo feminino, deslocando-se de Sobral-CE, Brasil, onde atua como professora universitária desde 1994.

Na condição de imigrante e com a necessidade de encontrar imigrantes de mesma nacionalidade em seu destino, a criação do grupo “Brasileiras que Vivem em Portugal” mostrou-se o melhor caminho para alcançar os objetivos de pesquisa, além de proporcionar informações e contatos locais relevantes para uma pessoa recém-instada no país.

As redes sociais constituem um conjunto complexo de inter-relações que se dinamizam. Pode-se dizer que o ser humano vem estreitando suas relações e tornando-se cada vez mais comunicativo a partir de novos processos virtuais, que influenciam o comportamento tanto de indivíduos como de coletivos. A ação humana é afetada pelas relações sociais nas quais os agentes estão imersos, que proporcionam redes de solidariedade local no combate à exclusão social (MIZRUCHI, 2006).

As redes sociais mostram-se caminhos rápidos e eficientes de comunicação e interação social. Podem ser acessadas por meio de computadores, telefones celulares e *tablets*, com contato em tempo real, o que facilita o processo relacional, tendo em vista que as pessoas sempre tiveram como essência de vida a interação com a sociedade e com outros indivíduos.

Nesse cenário, comunicação virtual dentro de determinado grupo, os critérios de inclusão foram: ser mulher, de origem brasileira e residente em Portugal. O grupo constituiu uma estratégia para proporcionar redução do isolamento, suporte e apoio a esse público específico. Vale ressaltar que foram identificados diversos grupos no *Facebook* que poderiam oferecer dados relevantes à pesquisa em questão, porém, nenhum com potencial para abordar em detalhe temas relativo à saúde física, mental e reprodutiva, à violência doméstica e a outros assuntos específicos de interesse feminino.

As principais motivações para criação do grupo foram: a necessidade de localizar e convidar imigrantes brasileiras em Portugal a participar da pesquisa “Estado de Saúde e Qualidade de Vida de Imigrantes Brasileiras em Portugal” e a possibilidade do grupo criado em uma rede social tornar-se uma ferramenta de apoio, suporte e troca de informações e experiências entre as integrantes.

## Imagem e identidade do grupo

A imagem e as representações da mulher brasileira em Portugal ainda se mostram negativas. Segundo Correia (2014), com esse complexo processo de estereotipização discursiva da mulher e de recorrente xenofobia, foi verificado que Portugal, com base no impulso proporcionado pelos fundos comunitários, é um país de acolhimento de imigrantes atraídos pelo desenvolvimento econômico.

Correia (2014) contextualiza de forma clara o caso das “Mães de Bragança”, primeiro exemplo para a discussão do discurso da *mídia* sobre a mulher brasileira. Um foco de tensão germinava desde 2003 no distrito de Bragança. O detonador do conflito foi a presença de prostitutas trabalhando em “clubes de dança” em toda a cidade, que atraíam homens de todas as idades e classes sociais e provocaram a contestação de um movimento feminino denominado “Mães de Bragança” – estas cansadas de ver seus maridos gastarem dinheiro com as *meninas*.

Uma vez definido o cenário no qual o grupo seria criado, a ideia era distanciar-se dessa imagem negativa da mulher brasileira, estabelecendo uma imagem de força e de luta que a representasse adequadamente, um símbolo de orgulho. Partindo desse pressuposto foi criada para o grupo a imagem ilustrada pela Figura 1.



**Figura 1** Logomarca do grupo “Brasileiras que Vivem em Portugal” no *Facebook*.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A definição de *pessoa guerreira, batalhadora, que luta, é forte e capaz de vencer os desafios, aquela que não desiste* foi decisiva para tematizar a logomarca do grupo criado, tendo em vista o contexto histórico e a atual imagem da mulher brasileira em Portugal. As frases representativas do grupo não foram selecionadas ao acaso, o objetivo é, de fato, promover um sentimento de pertença e nacionalidade muitas vezes não observado em outro país.

Seguimos as orientações de Jacques (1998), ao oferecer pistas acerca das identidades migratórias. No estudo do autor, a representação dos migrantes brasileiros pela sociedade portuguesa em seu território, projetada no material jornalístico analisado, contempla uma atitude mais favorável e menos discriminatória do que a manifesta em relação às demais comunidades migrantes, principalmente as originárias de países africanos de língua portuguesa. Estas são objeto de hostilidade, associada à discriminação racial e socioeconômica, embora menos frequente e intensa do que a observada em outros países europeus.

A criação da logomarca para o grupo foi intencional e inspirada no estudo "Identidades migratórias", de Monteiro Neto (1985), que evidencia a necessidade do fortalecimento dessa identidade pessoal, em geral determinada pela situação migratória (poupança, trabalho, solidão). A afirmação da nacionalidade pode ser uma forma de evitar a ruptura total com o país de origem e um dos caminhos para o aumento da autoestima do imigrante, que se percebe inferior ou rejeitado no novo espaço em que vive.

O processo migratório influencia de maneira significativa a saúde física e mental do imigrante. De acordo com Monteiro Neto (2012), Portugal é atípico, dado que se trata de um país de emigração e imigração, com uma população imigrante que apresenta pequena distância em relação ao seu contexto cultural e uma população nacional caracterizada por atitudes positivas e protetoras perante os imigrantes. Um contraponto às ideias de Monteiro Neto (2012) provém de Elhajji e Malerba (2016): o migrante se revela, então, um perfeito reflexo diferencial da maioria e "normalidade"; um catalisador da diferença. A presença do estrangeiro tem, pois, esse potencial de provocar no observador, estranheza e

estranhamento – seja de modo positivo (maravilhamento e fascínio) ou negativo (repulsa e medo).

Nesse contexto, a criação de uma imagem positiva para o grupo atende a dois objetivos: o primeiro vai ao encontro das necessidades das imigrantes brasileiras, que podem vislumbrar uma perspectiva afirmativa de sua condição étnica e de gênero, gerando, assim, um sentimento de pertencimento; já o segundo constitui uma mensagem à população receptora, enfatizando as características de um povo destemido e trabalhador.

### **Grupo “Brasileiras que vivem em Portugal”**

Esse grupo foi criado no *Facebook* em março de 2016. Para seu efetivo funcionamento, diversas estratégias foram desenvolvidas. Depois do contato com outros grupos de nacionalidade brasileira, os convites foram enviados para o público desejado.

O *Facebook* é uma rede social que possibilita que uma pessoa, uma entidade ou um grupo poste seu perfil na internet para divulgar dados pessoais, com fotos, vídeos, *links* e notas, adicionando, para efeitos de correspondência virtual, outros usuários que são aceitos como “amigos”.

O convite enviado consistia em um texto curto sobre os objetivos do grupo e os critérios de inclusão. Eis o texto integral do convite:

VENHA PARTICIPAR DO GRUPO “BRASILEIRAS QUE VIVEM EM PORTUGAL”! Este grupo foi criado por Eliany Oliveira, que desenvolve Pós-Doutorado na Universidade do Porto, com sua pesquisa: ESTADO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DE IMIGRANTES BRASILEIRAS EM PORTUGAL. Será um importante diagnóstico dessa situação para fomentar e sugerir políticas de apoio e proteção às brasileiras que vivem em Portugal. Além da pesquisa, o grupo pretende agregar mulheres brasileiras para discutir os temas: saúde física, mental e reprodutiva, sexualidade, violência contra as mulheres etc.

O *link* para acesso ao grupo foi incluído logo abaixo. Vale ressaltar que a logomarca do grupo aparecia no corpo do convite.

Na primeira semana após o lançamento do grupo, ele já totalizava mais de 300 participantes. Além dos convites enviados para outros grupos de brasileiros, internamente, foram criadas algumas campanhas: a) Desafio da semana! Convide três amigas brasileiras para nosso grupo; b) Fale sobre este grupo com suas amigas brasileiras; c) Você tem amigas brasileiras que não estão neste grupo?

Nos dois primeiros meses do grupo, revisitamos os outros grupos dentre os quais foram enviados os convites todos os dias e curtimos nosso próprio convite, para que ele fosse visualizado novamente no topo da página, já que esses espaços virtuais são muito dinâmicos, eles contêm muitas postagens e as mais antigas não são visualizadas de um dia para o outro. Assim, a estratégia de curtir os convites já enviados resultou em uma grande quantidade de visualizações e diversas adesões ao nosso grupo.

No segundo mês do grupo, chegamos a 1.000 integrantes. Então, o grande desafio era manter o grupo ativo, vivo, com os objetivos propostos.

O ponto central para proporcionar vida ao grupo, além da pesquisa proposta pelos autores deste artigo, encontra ressonância em Elhajji e Malerba (2016), que definiram a situação do imigrante. Via de regra, os migrantes são minoritários; quantitativamente menores em relação aos grupos nacionais, étnicos ou culturais que dominam numericamente e politicamente a sociedade de acolhimento. Tal debilidade ou precariedade quantitativa resulta, com frequência, em condição e/ou estatuto social e político de subalternidade. O que, não raro, resulta em diversas formas de discriminação, racismo, xenofobia, opressão ou estigmatização do grupo minoritário e de seus membros.

O tema do primeiro fórum de discussão no grupo dizia respeito ao que era mais latente e percebido não só nos depoimentos de muitas brasileiras, mas na literatura disponível: "Você já sofreu algum tipo de violência/discriminação em Portugal? Se sua resposta foi afirmativa, conte-nos o contexto vivido e as formas de enfrentamento utilizadas para superar a situação".

Durante duas semanas, esse espaço foi ocupado por relatos de diversas formas de violação de direitos e de discriminação. Os relatos são contundentes, indo ao encontro do que registram tanto a literatura relevante como os diálogos

informais. Vale ressaltar que o fórum com essa temática permanece aberto, pois sempre há necessidade de falar sobre a violência e o preconceito no contexto dos imigrantes.

A administração do grupo observou que era muito mais fácil para as participantes descrever a situação de violência/discriminação vivenciada, pois a maioria apresentou dificuldade de comentar as formas de enfrentamento adotadas para superá-la. A coordenação do grupo assumiu papel fundamental ao estimular os relatos acerca das formas de superação do problema, pois essa é a essência de um grupo: apreender, apoiar, trocar informações, inspirar e até descobrir que a situação vivenciada por um membro não é algo isolado, que muitas pessoas com características similares também podem ter vivenciado tal constrangimento ou situação inadequada. Com essa função, acredita-se que o grupo tem servido como espaço terapêutico, já que possibilita o desabafo e, ao mesmo tempo, proporciona suporte e troca de experiências para o enfrentamento de determinadas situações.

A criação do grupo e as formas de comunicação nesse espaço corroboram a proposta de Elhajji e Malerba (2016): *comunidade e comunicação* remetem à mesma raiz etimológica e apontam o mesmo horizonte filosófico. Comunicar, formar uma comunidade ou entrar em comunhão implicam o mesmo gesto existencial de troca, partilha, participação, contribuição, aproximação e vinculação. Uma comunidade é, portanto, um conjunto de sentidos, o lugar (físico/territorial ou simbólico/imaginário) onde é produzido, veiculado e compartilhado o sentido comum ao corpo do grupo em sua totalidade reflexiva. Se a comunicação é um processo de produção de sentido, a comunidade é o lócus em que esse sentido é construído, transmitido, trocado, codificado e decodificado. Vale lembrar que, dentre as principais atribuições de natureza social e política intrínsecas à comunicação grupal, temos, em primeiro lugar, seu caráter discursivo responsável pela enunciação e manutenção da identidade coletiva.

O grupo segue com fóruns de discussão nos quais o principal objetivo é a troca de experiências e o auxílio mútuo. O tema mais recente na data em que

este artigo foi redigido era: "SER BRASILEIRA E VIVER EM PORTUGAL – Comente, de forma resumida, o que significa para você ser mulher brasileira e viver em Portugal".

Os depoimentos são espontâneos, alguns com pontos negativos, destacando aspectos discriminatórios, outros com pontos positivos, revelando uma face do enraizamento, da qualidade de vida almejada e alcançada no país de acolhimento.

O espaço grupal recebeu importante apoio e fortalecimento depois das parcerias firmadas com a Associação Mais Brasil; a Embaixada do Brasil em Lisboa; a Associação Internacional Luso-Brasileira; o Consulado-Geral do Brasil no Faro; o Consulado-Geral do Brasil no Porto; e o Conselho de Cidadãos e Cidadãs. Essas entidades divulgaram o grupo em suas páginas no *Facebook* e ampliaram essa divulgação fora da internet, por meio de cartazes e panfletos impressos. As instituições brasileiras que atuam fora do país representando ou atuando em prol do imigrante brasileiro, em geral, promovem um sentimento de pertencimento e identidade com a nacionalidade. Nesse sentido, depois da parceria com essas instituições, a adesão ao grupo e à pesquisa cresceu de forma significativa.

Assim, com mais de 1.000 participantes, o grupo vem se estruturando. Vale ressaltar os desejos e anseios das brasileiras que participam do espaço grupal. Suas principais demandas são: oferta de trabalho autônomo – confecção de bolos e salgados, organização de festas, serviços na área de beleza e estética; apoio para a abertura de conta bancária e contratação de seguro; venda de bijuteria; apoio para transferência bancária, eventos de pequeno porte etc.

Peixoto e Figueiredo (2007) já alertavam que a incorporação dos imigrantes ao mercado de trabalho não depende apenas de suas estratégias individuais nem de critérios dos empregadores. Numerosos outros agentes, individuais e institucionais, estão envolvidos no processo e procedem à adequação entre procura e oferta de trabalho. Além desses, um dos principais veículos de incorporação laboral são as redes sociais. No plano "informal" – conterrâneos,

familiares e amigos –, as redes sociais são responsáveis por canalizar informações e proporcionar suporte aos migrantes.

Em muitos casos, as participantes do grupo apenas postam um anúncio descrevendo suas habilidades e solicitando ajuda para inserção no mercado de trabalho. Algumas são mais sintéticas e diretas, postam um pedido de ajuda para encontrar trabalho em qualquer setor.

Alguns estudos sobre migração e mercado de trabalho em Portugal apontam que o grande contraste entre os segmentos profissionais que os imigrantes brasileiros ocuparam, ao longo do tempo, não tem apresentado correspondência com a variação de seu nível de qualificação. Tudo indica que a qualificação dos imigrantes brasileiros permanece acima da média da população portuguesa, ou seja, sua qualificação encontra-se acima dos requisitos dos postos profissionais que ocupam no mercado de trabalho (PEIXOTO; FIGUEIREDO, 2007).

Ainda sobre o mercado de trabalho e os imigrantes em Portugal, segundo Costa (2009), a visibilidade social que a questão imigratória adquiriu, principalmente no novo milênio, começa a receber especial atenção nos estudos das mais diversas entidades. Ela resulta do grande contingente de imigrantes no mercado de trabalho português, sobretudo o de origem brasileira. Essas pessoas têm alimentado os setores de atividade fortemente consumidores de mão de obra pouco qualificada, destacando-se a construção civil, as obras públicas e os serviços de limpeza. O desemprego é mais elevado no sexo feminino, com 41,1%, atingindo 35,4% do sexo masculino. Mais da metade das ucranianas (51,9%) estavam desempregadas antes de vir para Portugal. As brasileiras apresentavam menor taxa de desemprego (24,8%), enquanto entre as guineenses a taxa era de 28,4%.

Peixoto e Egreja (2012) identificam as redes sociais como um dos caminhos de imigrantes para encontrar trabalho. Em primeiro lugar, as redes sociais são mais explicativas do que os outros meios para a obtenção de emprego em Portugal. O apoio das redes inclui o recurso a amigos brasileiros, familiares e portugueses. Outro meio com dimensão importante é a própria iniciativa.

Contudo, é provável que mesmo esta só seja acionada depois do acesso a informações confiáveis junto a outros contatos. Nesse ponto, é relevante, ainda, a rapidez com que o primeiro emprego é obtido. A grande maioria dos imigrantes não ingressa no país com um contrato de trabalho, mas como turista, e só mais tarde procura regularizar sua permanência. Isso demonstra o enorme poder das redes (e da própria iniciativa) no campo das migrações internacionais, não obstante os obstáculos à circulação do trabalho.

Nosso grupo também apresenta outra função: muitas brasileiras buscavam amizade e troca de experiências. Grande parte delas, em sua apresentação, revelou ser casada com um português e viver muito bem neste país, e demonstrou saudosismo em relação à sua terra e desejo de fazer novas amizades. Mais uma vez, identifica-se a busca de proximidade com suas origens, contato com sua cultura, o que se pode indicar como identidade social.

Para Tajfel (1981), a identidade social é a parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva da consciência de sua pertença a determinado grupo social, junto com o significado emocional e o valor associado a essa pertença. Pertencer a um grupo é algo muito significativo para as pessoas, principalmente quando se encontram na condição de imigrantes. Seus desdobramentos influenciam sobremaneira a saúde física e mental dos que deixaram sua pátria para viver em outro país.

Ao final deste relato de experiência sobre a criação e administração de um grupo de imigrantes brasileiras em Portugal, é imprescindível destacar a importância do papel do administrador de tal espaço. Trata-se de uma função que requer trabalho diário, dedicação e zelo, pois as pessoas que buscam o grupo apresentam suas próprias demandas, em geral, relacionadas à função que desempenham. Nesse sentido, segue uma lista com as tarefas realizadas em frequência diária: aceitar solicitações de entrada; aprovar postagem depois de analisar seu conteúdo; enviar mensagem de boas-vindas aos novos membros; responder perguntas enviadas diretamente aos administradores; complementar informações oferecidas; participar dos debates de forma apaziguadora; e mediar

eventual conflito no espaço. Para o efetivo desenvolvimento do grupo, o papel do administrador é fundamental.

Assim, o grupo seguia ativo na data em que este artigo foi redigido; vale lembrar seus dois grandes objetivos: 1) servir de base para pesquisa em nível de pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, intitulada “Estado de Saúde e Qualidade de Vida de Imigrantes Brasileiras em Portugal”; e 2) constituir ferramenta de apoio e suporte virtual para brasileiras que vivem em Portugal.

### **Considerações finais**

A convivência no mundo virtual é uma realidade no século XXI. As novas tecnologias contribuem de forma significativa para a aproximação entre pessoas e grupos. As redes sociais podem ser consideradas um espaço privilegiado para se relacionar. Os ambientes virtuais são promissores para agregar pessoas e promover integração virtual, contribuindo de modo incisivo com os processos migratórios. O espaço também se mostra favorável para o desenvolvimento de pesquisa, já que facilita o contato com o público-alvo definido pelos pesquisadores – no caso relatado, brasileiras que vivem em Portugal.

A experiência demonstrou sua utilidade e seus benefícios para quem se encontra em outro país e necessita de informações, camaradagem, dividir experiências, pertencer a um grupo étnico e apoio para inserção no mercado de trabalho. O grupo mostrou-se um potente suporte virtual para imigrantes, contribuindo com sua busca de uma vida melhor em outro país.

### **Referências**

BRASIL. Brasileiros no mundo. 2013. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-das-comunidades-brasileiras-no-mundo-2013/estimativas-2013.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CORREIA, J. C. Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos *media*. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 28, n. 69, p. 186-192, 2014. Disponível em: <file:///D:/65-27477-1-PB.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2016.

COSTA, P. Imigração em Portugal: tendências recentes, os imigrantes guineenses, ucranianos e brasileiros no mercado de trabalho português. **Cadernos do Curso de Doutorado em Geografia, FLUP**, Porto, v. 1, p. 117-140, 2009. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7690.pdf>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

DIAS, S.; GONÇALVES, A. Migração e saúde. **Migrações**, Lisboa, v. 1, p. 15-26, 2007. Disponível em:

<[http://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc\\_apoio/migracoes\\_e\\_saude.pdf](http://www.uc.pt/fluc/gigs/GeoHealthS/doc_apoio/migracoes_e_saude.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ELHAJJI, M.; MALERBA, J. P. Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 24, n. 46, p. 109-127, 2016. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/571>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

JACQUES, M. G. C. **Identidades migratórias**. Porto: Universidade Aberta de Portugal, 1998. (Relatório de pesquisa de pós-doutorado).

MALHEIROS, J. M. Os brasileiros em Portugal: a síntese do que sabemos. In: MALHEIROS, J. M. (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 11-37. (Coleção Comunidade, n. 1).

MENDONÇA, L. F. M. **Experiências de vida e formas de integração das imigrantes brasileiras em Portugal**. 2007. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Gulbenkian/LucianaMendonca\\_Paper\\_metropolis2006.pdf](http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Gulbenkian/LucianaMendonca_Paper_metropolis2006.pdf)>. Acesso em: 1º jul. 2016.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 10-15, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n3/v46n3a13.pdf>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

MONTEIRO NETO, F. F. Identidades migratórias. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 113-128, 1985.

\_\_\_\_\_. Preditores da saúde mental em adolescentes de famílias imigrantes em Portugal. In: MONTEIRO NETO, F. F. **Estudos de psicologia intercultural: nós e outros**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. v. 2. P 13 – 43.

PEIXOTO, J.; EGREJA, C. A força dos laços fracos: estratégias de emprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal. **Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 263-282, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702012000100013>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

PEIXOTO, J.; FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. M. (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 87-111. (Coleção Comunidade, n. 1).

SERVIÇO de Estrangeiros e Fronteiras – SEF. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. 2013. Disponível em: <[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2013.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf)>. Acesso em: 1º jul. 2016.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Horizonte, 1981.

VERMELHO, S. C.; VELHO, A. P. M.; BERTONCELLO, V. Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, *ahead of print*, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2015nahead/1517-9702-ep-1517-97022015041612.pdf>>. Acesso em: 1º jul. 2016.

WALDMAN, T. C. Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 90-114, 2011. Disponível em: <[http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Revista%20de%20Direito%20Sanit.rio\\_vol.%2012\\_n.%201\\_01.pmd.pdf](http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Revista%20de%20Direito%20Sanit.rio_vol.%2012_n.%201_01.pmd.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2016.

Recebido: 18 nov. 2016

Aceito: 20 set. 2018

# Teoria marxista e Buen Vivir

## Marxist Theory and Buen Vivir

Lorrany Rodrigues do Nascimento<sup>67</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar as similitudes e as divergências entre duas concepções críticas ao capitalismo: a teoria marxista e o Buen Vivir, mais especificamente no que diz respeito às propostas de superação desse sistema e às condições para que elas se concretizem. As semelhanças evidenciam-se na oposição a um sistema caracterizado pela exploração do homem pelo homem e do homem pela natureza, pela produção exacerbada de mercadorias e pela ausência de sentido de um trabalho alienado. Ambas perspectivas propõem uma mudança que propicie a construção de uma sociedade menos desigual. Partem, entretanto, de entendimentos diferentes das condições para que essa mudança se concretize. Na teoria marxista, em que se tem por base o materialismo histórico, o comunismo só seria viável quando as relações de produção características do capitalismo passassem a se constituir em um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e a exploração do proletariado pela burguesia atingisse o seu limite. Já no caso do Buen Vivir, a transformação social não teria como pressuposto o antagonismo de classe e a exploração, mas a noção de complementariedade e equilíbrio; e a consciência não seria concebida como subordinada às condições materiais de existência, sendo o plano material e o plano simbólico, vistos como parte de um todo.

**Palavras-chave:** Buen Vivir. Teoria Marxista. Desenvolvimento. Comunismo.

### Abstract

The article aims to analyze the similarities and the differences between two critical conceptions about the Capitalism: the Marxist Theory and the BuenVivir, more specifically considering the proposals to overcome this system and the conditions to materialize them. The similarities became clear with opposition to a system characterized by the exploitation of the men by the men and of the nature by the men, by the large production of commodities and by the loss of the meaning of an alienated work. Both perspectives propose changes that enable

---

<sup>67</sup>Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: 0000-0002-5764-8401. Email: lorranyrn@gmail.com.

the construction of a less unequal society. Nevertheless, they are based in different understandings about the conditions to materialize it. In the Marxist Theory, based in the historical materialism, the Communism would be practicable only when the relations of production that characterize the capitalism configure an obstacle to the development of the productive forces and when the exploitation of the proletariat reach the limit. In BuenVivir, in its turn, the social transformation is not conditioned by the class struggle and the exploitation, but the ideas of complementary and equilibrium; and the conscious is not conceived as subordinate to the material conditions for the existence, inasmuch as the material and symbolic plane are not seen as separated.

**Keywords:** BuenVivir. Marxist Theory. Development. Communism.

## **Introdução**

O artigo tem por objetivo fazer uma análise comparativa entre a teoria marxista e a concepção de Buen Vivir, que partem de uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo. Entretanto, enquanto a primeira foi formulada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, fundamentando-se na ideia de desenvolvimento e possuindo como herança iluminista a crença no progresso, o Buen Vivir consiste numa concepção elaborada por intelectuais latino-americanos que combina visões de mundo de povos andinos com teorias críticas ocidentais, propondo uma sociedade pautada na solidariedade e no comunitarismo.

A comparação entre essas duas correntes de pensamento já foi objeto de estudo por parte de outros autores, tal qual se evidencia na análise da obra de Cadermatori e Cadermatori (2013), em que é investigado o potencial de emancipação humana de ambas as teorias. Nesse trabalho, entretanto, tem-se como cerne a acepção prática do Buen Vivir, presente nas constituições do Equador e da Bolívia. Aqui, a ênfase será na perspectiva discursiva e ideológica presente na corrente pós-desenvolvimentista, tal qual será explicado posteriormente (CUBILLO-GUEVARA, 2014).

Conceituar o desenvolvimento demanda, primeiramente, a explicação de sua matriz: a ideia de progresso. Este pode ser associado à concepção de que o

ser humano está em constante aperfeiçoamento (e não em decadência como se supunha na Idade Média) e de que amadurece no decorrer do tempo. Mais do que isso, a ideia de progresso impõe a escolha entre crescer constantemente ou perecer (HEIDEMANN, 2009; RIBEIRO, 2001). Essa noção se disseminou no contexto ocidental com o advento da modernidade (início do século XVI), sendo esta entendida como:

[...] um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986, p. 15)

A ideia de desenvolvimento passa a figurar em primeiro plano a partir da segunda fase da modernidade, no decorrer do século XIX. Ela se manifesta como uma forma mais concreta, operacionalizada, da crença no progresso, podendo ser definida como um discurso que divide a história humana em diferentes etapas, estágios evolutivos hierarquicamente dispostos, e que legitima a dominação de alguns países sobre outros por meio de sua pretensa neutralidade, expressa na concepção de que seria universalmente desejada (HEIDEMANN, 2009; RIBEIRO, 2001).

A teoria marxista tem por pano de fundo a ideia de desenvolvimento na medida em que formula uma concepção materialista e antropocêntrica da história. É de fundamental importância entender, para os propósitos desse artigo, que, apesar de estruturar sua teoria na crítica ao capitalismo e à distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, Marx não se desvencilha de uma concepção linear e hierarquizada da história, entendendo que o comunismo só é passível de se concretizar nos países que apresentam um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas<sup>68</sup>(RIBEIRO, 2001).

---

<sup>68</sup>Fator em função do qual varia a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de mercadorias e que depende, dentre outros fatores, "[d]o grau médio de habilidade dos trabalhadores, [d]o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, [d]a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais" (MARX, 1996: 169).

Contra-pondo-se a essa ideia progressista de desenvolvimento e ao materialismo histórico, o Buen Vivir propõe uma concepção de mundo que vê o homem enquanto parte da natureza, considerando-a como sujeito de direito e não como um recurso, algo a ser transformado em prol da dominação. Segundo definição de Acosta:

El Buen Vivir, en definitiva, tiene que ver con otra forma de vida, con una serie de derechos y garantías sociales, económicas y ambientales. También está plasmado em los principios orientadores Del régimen económico, que se caracterizan por promover una relación armoniosa entre los seres humanos individual y colectivamente, así como con la Naturaleza. Em esencia busca construir una economía solidaria, al tiempo que se recuperan varias soberanías como concepto central de la vida política del país (ACOSTA, 2008, p. 38-9).

Assim, o Buen Vivir pode ser visto como uma alternativa à concepção de desenvolvimento, estruturando-se na ideia de complementariedade e equilíbrio para a construção de uma sociedade mais igualitária e contra-pondo-se à noção marxista que vê no antagonismo de classe o instrumento de mudança social. Esta última teoria, por sua vez, em decorrência do contexto em que é formulada, tem como pano de fundo a concepção eurocêntrica de desenvolvimento, característica da modernidade pós-iluminista, que vê no progresso, ao mesmo tempo, a tragédia e a possibilidade de redenção humana (BERMAN, 1986).

## **Desenvolvimento e materialismo histórico**

O desenvolvimento evidencia-se dentro do pensamento marxista (sobretudo) em sua concepção materialista da história. Segundo esse autor, a sociedade passaria por diferentes estágios evolutivos, hierarquizados conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, e superados na medida em que tais forças entrassem em contradição com as relações de produção (MARX, 2008). A transformação social, portanto, só se concretizaria com as mudanças das condições reais de existência, sendo a consciência vista, ao mesmo tempo, como uma emanção direta desta última e como o que possibilita a sua crítica e

subversão (ENGELS; MARX, 2007; MARX, 2010).

No pensamento marxista, o que diferencia o ser humano dos animais é a intermediação, no seu contato com a natureza, da consciência, de uma capacidade de produzir sem que isso esteja vinculado ao suprimento de uma necessidade imediata. Seria através dela que o homem se tornaria capaz de pensar a si mesmo como parte de um grupo e como parte do meio em que se insere. Segundo Marx:

[...] Na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual [mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. (ENGELS; MARX, 2004, p. 85)

Assim, a natureza, originariamente, seria concebida como um corpo inorgânico, como um todo do qual o ser humano seria uma parte. Nesse momento, ela não se apresenta como um recurso, já que, não havendo divisão do trabalho, o homem tem ciência do processo produtivo, dos meios através dos quais pode suprir as suas necessidades com a transformação da natureza. Não há, ainda, alienação, estranhamento, apropriação do trabalho alheio e, portanto, a redução do meio ambiente à sua utilidade para o ser humano.

A partir do momento em que surge a propriedade privada, essa relação muda: tem início a primeira forma de divisão do trabalho, reservando-se o trabalho intelectual aos proprietários e o trabalho manual aos trabalhadores. A sociedade passa a ser dividida entre classes dominantes e classes dominadas e a exploração passa a impulsionar o antagonismo social.

Daí em diante, a natureza deixa de ser o meio no qual o ser humano se afirma por intermédio do trabalho e passa a ser um recurso a ser utilizado em benefício daqueles que detêm os meios de dominá-la, transformá-la. Em outras palavras, os meios de produção (matérias-primas<sup>69</sup>, matérias auxiliares<sup>70</sup> e meios

---

<sup>69</sup>[...] Substância principal de um produto[...]” (MARX, 1996, p. 301).

<sup>70</sup> Substância que entra no processo de fabricação da mercadoria para auxiliar sua fabricação, tal qual o carvão é utilizado para dar funcionamento à máquina a vapor (MARX, 1996, p. 301).

de trabalho<sup>71</sup>) passam a ser controlados por uma classe específica e as outras classes, não tendo mais domínio do processo de produção daquilo que é necessário para sua própria subsistência, submetem-se à exploração (ENGELS; MARX, 2007).

À medida que a divisão do trabalho se intensifica e as desigualdades entre as classes se aprofundam, a dominação tornar-se-ia mais explícita e a contradição ficaria clara no plano da consciência. Nesse momento, seria possível, então, a formação de uma consciência crítica, de uma filosofia que evidenciasse a exploração do homem pelo homem, capaz de unir as massas contra a classe detentora dos meios produtivos e de apresentar os interesses do segmento que pretende ter o controle desses meios como o interesse universal. Nos termos de Marx: "Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que um outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão" (MARX, 2010, p. 154).

Só depois da formação de uma consciência crítica e da disseminação desta entre as massas é que a transformação social se tornaria efetiva na forma da revolução e da reconfiguração da estrutura social. Por intermédio desse confronto físico, da luta de classes, é que um segmento deixaria de ser o detentor dos meios de produção e que a divisão do trabalho se transformaria. Em outras palavras, a luta de classes constituir-se-ia no motor da história, naquilo que impulsiona o desenvolvimento, a passagem de um estágio evolutivo a outro, transformando a relação dos homens entre si e com o meio no qual se inserem. Nos termos de Marx:

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...]. (ENGELS; MARX, 2007, p. 40)

Essa história só passaria a ter um caráter universal com o advento do modo

---

<sup>71</sup>Objetos que intermedeiam a relação do trabalhador com o seu objeto de trabalho, tais quais as ferramentas e as máquinas (MARX, 1996, p. 298).

de produção capitalista, quando o intercâmbio entre as nações se intensificasse e se estabelecesse o mercado mundial (ENGEL; MARX, 2007). A partir desse momento, as inovações tecnológicas tornar-se-iam cada vez mais recorrentes e a divisão do trabalho mais intensa, gerando um grau de alienação cada vez maior do trabalhador e, conseqüentemente, uma crescente incapacidade deste indivíduo de se identificar com a natureza e com os outros seres humanos.

A degradação do trabalhador se tornaria tão insuportável, que sobre ele recairia todo tipo de opressão, de injustiça social. Ele não teria nenhum privilégio a ser assegurado, nenhuma propriedade a ser preservada, constituindo-se, portanto, na negação de todas as classes. À medida que essa exploração se intensificasse e a dominação ficasse mais evidente no plano da consciência, o proletariado (trabalhadores da grande indústria) teria condições, então, de se organizar e, assim, alcançar a sua emancipação (MARX, 2010).

Essa emancipação, desse modo, teria como requisito o fim da exploração do homem pelo homem, a não concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe específica, ou seja, o fim da propriedade privada e da divisão da sociedade em segmentos com interesses antagônicos. Isso se concretizaria por meio da revolução, que, em sua última instância, manifestar-se-ia na sociedade comunista, onde a divisão do trabalho, e conseqüentemente, o estranhamento do homem em relação à natureza e em relação a si mesmo teria fim. Segundo Marx:

[...] A divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de ser por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com

a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico (ENGELS; MARX, 2007, p. 37-8).

Nesse ponto da teoria marxista, torna-se mais clara a concepção de desenvolvimento enquanto uma visão de mundo eurocêntrica e hierarquizante. O mercado mundial faria com que todos os povos do mundo fossem arrastados em uma direção específica de desenvolvimento: o capitalismo. É ele que, tendo em vista uma produção de mercadorias<sup>72</sup> cada vez maior, impulsionaria o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, a menor suscetibilidade do homem aos infortúnios da natureza.

O comunismo, a projeção de Marx de uma sociedade menos desigual e na qual o homem reestabelece a ligação com seu corpo inorgânico e com os outros homens, só se materializaria depois que a humanidade evoluísse, que passasse por uma série de etapas históricas, bem definidas e cronologicamente hierarquizadas, superadas através da luta entre as classes sociais. Assim, paradoxalmente, o desenvolvimento aparece, dentro da teoria marxista como algo que aliena, degrada e divide os homens, mas também como o movimento, a marcha, que possibilita, através da transformação das suas condições reais de existência, a sua emancipação.

Desse modo, na teoria marxista, o desenvolvimento promovido pela sociedade e economia burguesa são exaltados, sendo relacionados a grandes avanços tecnológicos e transformações. Marx não se opõe ao desenvolvimento em si, já que deposita no seu dinamismo a chave para a superação do sistema capitalista. O que se apresenta como prejudicial dentro do pensamento marxista é a distorção que esse desenvolvimento sofre quando subordinado aos propósitos do capital, já que, nessas condições, passaria a entrar o autodesenvolvimento humano sob a forma da exploração (BERMAN, 1986).

---

<sup>72</sup>Forma elementar de riqueza dentro da sociedade capitalista (MARX, 1996).

## O Buen Vivir

O Buen Vivir é uma visão de mundo em permanente construção, que combina a descolonização dos saberes com o respeito da diversidade cultural, tendo por fonte tanto a cosmovisão de povos andinos quanto as teorias produzidas dentro do ocidente que criticam a modernidade (GUDYNAS, 2011). Tem como fundamento a noção de que o ser humano é uma parte da natureza, sendo necessária uma relação de complementariedade e equilíbrio entre todas as formas de existência para que seja possível uma vida plena.

Cubillo-Guevara *et al* (2014) elaboraram uma tipologia do Buen Vivir na qual esta concepção é dividida em três correntes de pensamento distintas: a Indigenista (que tem como referência principal Pablo Dávalos), a Socialista (em que tem maior destaque o trabalho de René Ramírez) e a Pós-desenvolvimentista (na qual se dá maior ênfase ao trabalho de Alberto Acosta). Neste artigo, a corrente a ser utilizada corresponde à Pós-desenvolvimentista, que parte do entendimento de que as verdades vistas como universais podem ser rejeitadas adotando-se como referência uma perspectiva Pós-modernista<sup>73</sup>. Seria a adoção desta referência que possibilitaria a busca de alternativas ao *mal desarrollo*<sup>74</sup> específicas a cada território e, assim, a implementação do Buen Vivir.

Dentro dessa corrente, o Buen Vivir pode ser abordado a partir da perspectiva ideológica, discursiva ou prática. Essa última acepção tem ganhado maior atenção nas duas últimas décadas devido ao papel, enquanto eixo orientador, que exerceu sobre as constituições da Bolívia e do Equador. Entretanto, aqui, o foco será dado às suas acepções ideológicas e discursivas, ou seja, à crítica que faz ao desenvolvimento e aos processos por meio dos quais

---

<sup>73</sup> "Simplificando ao extremo, considera-se "pós-moderna" a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*" (LYOTARD, 2009).

<sup>74</sup> Entendido como uma metáfora que permite associar a noção de desenvolvimento elaborada no contexto da modernidade ao desequilíbrio, à "[...] insatisfação de necessidades humanas básicas", associadas, por sua vez, não só a variáveis econômicas, mas ao direito à liberdade, identidade e segurança (TORTOSA, 2009, p. 21).

essa concepção é legitimada (GUDYNAS, 2011).

Desse modo, as considerações feitas acerca do Buen Vivir nesse trabalho constituem-se em uma síntese, uma simplificação incapaz de abarcar todos os sentidos que esse termo possui e toda a sua complexidade. Entretanto, tendo em vista que o objetivo é apresentá-lo enquanto uma alternativa à concepção ocidental de desenvolvimento (mais precisamente ao modo como é aplicada dentro da teoria marxista), pode-se apontar os principais aspectos por meio dos quais se opõe a essa noção.

O primeiro aspecto a ser discutido aqui é o materialismo. Na teoria marxista a consciência é um reflexo da vida material, sendo necessário que nesta se instaure uma série de contradições entre os segmentos sociais para que aquela se converta em instrumento de mudança. Além da capacidade de transformação social, o próprio surgimento da consciência é visto como condicionado pelas condições materiais de existência, só se efetivando na medida em que se manifesta através do trabalho, da agência sobre a natureza sem que se tenha por objetivo a satisfação de uma necessidade imediata.

No Buen Vivir, o plano material não é visto como separado da consciência, não se tem por matriz a dualidade cartesiana corpo/mente e nem a natureza é vista como externa ao homem. A religião, a organização social e as representações simbólicas não são tidas como uma emanção direta das condições materiais de existência, como construções que reproduzem os interesses da classe dominante e geram alienação. O plano simbólico e o plano material são concebidos como partes de um todo, mas não são alocados dentro deste hierarquicamente, de modo que a transformação do primeiro se reduza a um reflexo da transformação do segundo.

Nesse ponto, é importante mencionar o papel desse distanciamento em relação à concepção materialista da história para romper com o eurocentrismo, sistema de poder que relega os saberes que não são produzidos sob a lógica europeia ocidental a uma posição de inferioridade, convertendo-se em um instrumento de legitimação do poder. A partir dessa lógica, a Europa fundamenta a sua dominação sobre outros povos, categorizando o conhecimento que dela

escapa como irracional (QUIJANO, 2005).

Ao atribuir centralidade às cosmovisões que são relegadas a uma posição de inferioridade, o Buen Vivir quebra a hierarquia, promovendo a decolonialidade do saber. Esta é definida por Gudynas como:

[...] reconocer, respetar e incluso aprovechar, la diversidad de saberes. Se rompe (o se intenta romper) con las relaciones de poder dominantes, abandonándose la pretensión de un saber privilegiado que debe dominar y encauzar el encuentro de las culturas y saberes. Esto es más que un relativismo epistemológico, ya que se recuesta en una descolonización del conocimiento. Los demás saberes se vuelven legítimos, y consecuentemente se debe reconfigurar la dinámica política para lidiar con ellos." (GUDYNAS, 2011, p. 15)

No mesmo sentido, ao romper com a ideia de que haveria uma separação entre o ser humano e a natureza, ele distancia-se da ideia de que existiriam raças mais propensas ao uso da racionalidade e raças mais instintivas, próximas à natureza e menos propensas à civilização (QUIJANO, 2012).

Outro contraponto à teoria marxista é o questionamento da ideia de desenvolvimento econômico disposto em uma trajetória linear. A vida plena, dentro do marxismo, só é alcançada na sociedade comunista, quando o homem se emancipa das vicissitudes naturais e da dominação de outros homens. O estranhamento só é abolido depois que o ser humano, por meio do desenvolvimento dos meios de produção, se torna capaz de submeter a natureza aos seus propósitos e tem sua consciência transformada pelas revoluções sociais impulsionadas pelas lutas de classes.

No Buen Vivir não há um ideal comum de desenvolvimento a ser seguido e não há o objetivo de, necessariamente, se chegar a uma sociedade comunista. Cada povo, a partir de sua própria visão de mundo, crenças, costumes e estilo de vida, deve elaborar sua estratégia de futuro (CUBILLO-GUEVARA et al, 2014). Segundo Acosta:

Bajo algunos saberes indígenas no existe una idea análoga a la de desarrollo, lo que lleva a que en muchos casos se rechace esa idea. No existe la concepción de un proceso lineal de la vida que establezca un estado anterior e posterior, a saber, de subdesarrollo e desarrollo; dicotomía por la que debentranstarlas personas para la consecución del bien estar como ocurre en el mundo occidental. Tampoco existen conceptos de riqueza e

pobreza determinados por laacumulación y lacarencia de bienes materiales" (ACOSTA, 2015, p. 310).

Estabelece-se, assim, um contraponto não só ao ideal de desenvolvimento marxista, mas àquele hegemônico desde o pós-guerra, que tem como cerne a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo a posição desfavorável destes dentro do processo de acumulação do capital justificada pela ideia de atraso, assim como a interferência externa promovida por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (ACOSTA, 2015; RIBEIRO, 2001).

O Buen Vivir também se desvencilha da concepção de desenvolvimento sustentável, que se apresentou enquanto alternativa ideológica e utópica no final do século XX, com a menor propensão do socialismo de se constituir como alternativa ao capitalismo. Enquanto o Buen Vivir se mostra como alternativa à própria noção de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável visa uma conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental, constituindo-se em uma noção totalizante e concebendo a natureza, ainda, enquanto um recurso (ACOSTA, 2015; RIBEIRO, 2001).

Essa contraposição ao desenvolvimento sustentável fica mais clara quando se evidencia o caráter biocêntrico do Buen Vivir. O biocentrismo, opondo-se ao antropocentrismo, tem como cerne a noção de que a natureza precisa ser enxergada além dos benefícios que possa trazer aos seres humanos. Assim, de acordo com essa concepção, ela não deve ser vista tendo-se como referência a utilidade que possui à espécie humana, sendo levada em conta a preservação de outras espécies e dos ecossistemas (GUDYNAS, 2011b).

Por fim, a ideia de soberania também pode ser vista como um ponto de divergência entre a teoria marxista e o Buen Vivir. Para Marx, o potencial revolucionário que faz do proletariado o agente da emancipação universal é, justamente, o fato do capital não ter bandeira e, portanto, de sua exploração se dar a nível global. A transformação social promovida pela revolução proletária só é tão profunda, porque não se dá a nível local, promovendo a dissolução não só da divisão de classes, mas do Estado.

Já no Buen Vivir, a soberania aparece como um elemento essencial no processo de afirmação identitária dos povos latino-americanos. Isso, porque é por meio dela que tais povos podem se desvencilhar de uma posição de dependência material e subjetiva em relação à Europa, voltando-se para as demandas de seus povos e se desvinculando de padrões de consumo que têm como base uma conduta individualista de busca de riqueza e poder a qualquer custo (ACOSTA, 2008, 2010; QUIJANO, 2012).

Além disso, rompe-se com a ideia desenvolvimentista de que antes da justiça social é necessário o crescimento econômico. Não se tem mais por objetivo o crescimento a qualquer custo e a exploração massiva do meio ambiente e de sua população, já que aquele deixa de ser visto como condição para um maior bem-estar futuro (ACOSTA, 2008).

Outra questão é a recuperação do papel do Estado enquanto promotor de ações estratégicas para a superação do capitalismo e das crises que lhe são características, mas sem que culmine num despotismo burocrático. Propõe-se, assim, que não se deixe de levar em consideração as peculiaridades das perspectivas locais e regionais, já que, sem estas, tais ações poderiam constituir-se em meras adaptações de modelos em que o Estado continua a desempenhar o papel principal (ACOSTA, 2010)

Em resumo, o Buen Vivir se contrapõe ao materialismo histórico de Marx por não ver o bem-estar humano sob um viés eurocêntrico de desenvolvimento. Ele rompe com a ideia de subordinação da consciência ao plano material, com a concepção de desenvolvimento linear e com a crença no antagonismo de classe como motor da história, propondo, como alternativa, uma visão de mundo fundamentada nas ideias de complementariedade entre as formas de existência, solidariedade enquanto princípio econômico e comunitarismo como fundamento da organização social.

### **Vida plena e comunismo: alternativas ao sistema capitalista**

Apesar de todos os antagonismos já expostos entre a teoria marxista e o

Buen Vivir, ambas têm em comum a crítica às desigualdades sociais características do modo de produção capitalista, propondo alternativas a esse modelo. Ambas se opõem à continuidade de um sistema que se estrutura na exploração do homem pelo homem, na produção exacerbada de mercadorias e na ausência de sentido de um trabalho que passa a ser direcionado por uma consciência alheia e se fundamenta no estranhamento do homem em relação ao seu meio e a si mesmo.

No Buen Vivir, a alternativa apresentada em relação ao Capitalismo congrega o respeito à diversidade cultural, à soberania dos povos e à natureza. Nessa concepção, a vida alcançaria plenitude na medida em que os saberes deixassem de ser hierarquizados, que o homem buscasse uma relação de complementariedade com as outras formas de existência (mesmo que isso implicasse em menor riqueza material) e que passasse a estruturar suas relações com bases no comunitarismo.

Já na teoria marxista, a superação do capitalismo se concretizaria com a sociedade comunista, onde o homem reestabeleceria sua ligação com seu corpo inorgânico (a natureza) e com os outros homens por meio do fim da propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, da divisão do trabalho e das classes sociais. Nesse contexto, o homem não se apartaria mais de sua vida genérica e passaria a se reconhecer, assim, enquanto ente genérico, que não tem a transformação da natureza condicionada por uma consciência que é alheia à sua e que se reconhece nas relações sociais que estabelece com outros homens (MARX, 1998; 2007).

Desse modo, a emancipação humana se tornaria viável, não havendo a restrição, como nas sociedades burguesas, à emancipação política (que, na verdade, levaria à “[...] redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”) ou aos direitos do homem, tais quais a liberdade, a segurança e a igualdade, os quais estariam associados à concepção de que a sociedade limitaria a autonomia. Em outras palavras, a emancipação humana viabilizada pelo comunismo possibilitaria que o homem enxergasse sua “força própria” como uma

“força social” e não como algo apartado dela (MARX, 2010, p. 54).

O comunismo, entretanto, só seria passível de se concretizar quando a indústria convertesse o proletariado em seu “escravo branco”, em que a tecnologia chegasse a um nível de desenvolvimento em que até crianças pudessem ser utilizadas no processo produtivo e em que o salário não assegurasse o mínimo para que tal mão-de-obra pudesse continuar a exercer o seu trabalho, que exigia quase nenhuma qualificação (MARX, 1996). Em outras palavras, o comunismo só se realizaria depois que a classe dominante dentro do Capitalismo não mais possibilitasse o desenvolvimento, mas o entretivesse com a manutenção de uma estrutura social arcaica (MARX, 1998).

Assim, tanto o Buen Vivir quanto a teoria marxista condicionam uma maior justiça social e bem-estar humano à superação do capitalismo. Entretanto, a superação desse sistema fundamenta-se em critérios distintos. No caso do Buen Vivir, a reconfiguração das relações sociais sobre os ideais de solidariedade e harmonia é tida como uma maneira de romper com esse sistema. Já no caso da teoria marxista, a superação do capitalismo só seria alcançada se a oposição entre as classes atingisse seu limite, e, então, através da luta armada, o proletariado se emancipasse da exploração.

## **Conclusão**

A Teoria Marxista se desenvolveu em um contexto marcado pelas revoluções sociais, em que a grande indústria, ao mesmo tempo em que gerava fascínio por sua capacidade de transformação e domínio da natureza, engendrava horror pelas descrições das condições de trabalho e de vida do proletariado na Europa. Nesse contexto, classificado por Berman (1986) como a segunda fase da modernidade, a produção artística, literária e acadêmica, apesar de ser marcada pela crítica social, refletia a sua ambiguidade por não se desvincular da crença no progresso.

Tendo por pano de fundo essa realidade, a teoria marxista não foi capaz de se desvencilhar desse dualismo. Nela, o desenvolvimento da humanidade não se

desvincula do seu viés progressista e eurocêntrico, sendo todas as nações dispostas em uma trajetória histórica linear. Essa trajetória, por sua vez, seria marcada pelas contradições sociais, mas culminaria, paradoxalmente, na emancipação de toda a humanidade e no restabelecimento da ligação entre esta e a sua vida genérica.

O Buen Vivir escapa dessa visão linear da história e da hierarquização dos diferentes modos de organização social ao deixar de associar a superação do capitalismo à intensificação das contradições sociais. Aqui, a emancipação humana não se vincula à sua capacidade de submeter a natureza às suas vontades, nem à degradação e exploração de uma classe em prol dos interesses de outra. A vida plena perpassa o equilíbrio com todas as formas de existência e tem por base uma sociedade estruturada em relações de complementariedade e solidariedade.

Por fim, cabe destacar o papel dessa concepção de mundo no processo de autoafirmação identitária das nações latino-americanas. A teoria marxista é, em certo sentido, uniformizadora no ideal de desenvolvimento a ser seguido (contemplando no comunismo uma projeção de sociedade futura que possibilitaria que a atividade humana se desvencilhasse dos limites do capital) e de classe encarregada de promovê-lo (o proletariado como classe universalmente oprimida encarregada de promover uma revolução com alcance global).

O Buen Vivir, por sua vez, vê na questão da soberania um elemento-chave na resistência dos povos latino-americanos frente aos padrões culturais e econômicos impostos pelos chamados “países desenvolvidos”. Por meio dela é que tais países se tornariam menos economicamente dependentes do contexto externo e teriam condições de formular, a partir do que entendem como sendo mais adequado à sua realidade, o ideal de desenvolvimento que almejam.

Além disso, o Buen Vivir, ao não colocar a Europa como ponto de referência, como modelo de desenvolvimento a ser seguido, rompe-se não só com a tese de desenvolvimento dependente, que relega tais povos a uma posição de subalternidade (enquanto exportadores) no plano econômico, mas

também com o eurocentrismo, o que torna possível, por sua vez, a descolonização do saber.

## Referências

ACOSTA, Alberto. Buen Vivir: una oportunidad por construir. **Ecuador Debate**, n. 75, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Respuestas regionales para problemas globales. In: LEÓN, I. (org.). **Sumak Kawsay/ BuenVivir y cambioscivilizatorios**. Quito: FEDAEPS, 2010, p. 89-105.

\_\_\_\_\_. The BuenVivir as an alternative to development. Some economic and non-economic considerations. **Política y Sociedad - El BuenVivir como alternativa al desarrollo**, vol. 52, núm. 2, 2015, p. 299-330.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

CADERMATORI, Daniela M. L.; CADERMATORI, Sergio U. Apontamentos para uma concepção marxista de desenvolvimento e a alternativa do "vivir bien / buenvivir". In: BELLO, E. **Direito e marxismo: transformações na América Latina contemporânea**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_; SALM, J. F. (orgs.). **Política Públicas e Desenvolvimento – Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Buenvivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em movimento**. n. 492, fev. 2011a.

\_\_\_\_\_. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del Buen Vivir. In: FARAH, I.; VASAPOLLO, L. (Org.). **Vivir Bien: ¿Paradigma no capitalista?**. La Paz: CIDES- UMSA y Plural, fevereiro de 2011b, p. 231-246.

LYOTARD, Jean- François. **A condição pós-moderna**. : José Olympio, 2009.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

----- **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

----- **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

----- **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

----- **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

QUIJANO, Anibal. "Bienvivir": entre el "desarrollo" y lades/colonialidad del poder. *VientoSur*, n. 122, maio de 2012, p. 46-57.

----- Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, **CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova utopia/ideologia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia.** São Paulo, USP, n. 34, 1991, p. 59-101.

TORTOSA, José Maria. Mal desarrollo como Mal Vivir. **América Latina em movimento**, n. 445, jun. 2009, pp.18-21.

Recebido: 11 out. 2018

Aceito: 13 dez. 2018



# Tradução

## W. E. B. Du Bois no centro: da ciência, do movimento dos direitos civis, ao movimento *Black Lives Matter*<sup>75</sup>

W. E. B. Du Bois at the center: from science, civil rights movement, to black lives matter

Aldon Morris<sup>76</sup>

Tradução: Annahid Burnett<sup>77</sup>

### Resumo

É uma honra apresentar a palestra anual na Escola de Economia de Londres ao *Jornal Britânico de Sociologia* em 2016. Minha palestra é baseada nas ideias derivadas do meu novo livro *The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology*. Neste ensaio eu faço três argumentações. Primeiro, W.E.B. Du Bois e sua Escola de Sociologia em Atlanta foram os primeiros da sociologia científica nos Estados Unidos. Segundo, Du Bois foi o pioneiro de uma sociologia pública que combinou criativamente sociologia e ativismo. E, finalmente, Du Bois foi o pioneiro de uma ciência social engajada relevante às lutas políticas contemporâneas incluindo o movimento contemporâneo *Black Lives Matter*.

**Palavras-chave:** W.E.B. Du Bois; Escola de Atlanta. sociologia científica. teoria sociológica. discriminação e marginalização sociológica.

### Abstract

I am honoured to present the 2016 British Journal of Sociology Annual Lecture at the London School of Economics. My lecture is based on ideas derived from my new book, *The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology*. In this essay I make three arguments. First, W.E.B. Du Bois and his Atlanta School of Sociology pioneered scientific sociology in the United States. Second, Du Bois pioneered a public sociology that creatively combined sociology and activism. Finally, Du Bois pioneered a politically engaged social science relevant for

---

<sup>75</sup> Este artigo foi publicado originalmente no *BJS The British Journal of Sociology 2017 Volume 68 Issue 1* com o título *W.E.B. Du Bois at the center: from Science, civil rights movement, to Black Lives Matter*.

<sup>76</sup> Professor de Sociologia e Estudos Afro-Americanos no Departamento de Sociologia na Northwestern University (EUA).

<sup>77</sup> Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (Professora-Pesquisadora PNPD). ORCID: [orcid.org/0000-0001-9140-6919](https://orcid.org/0000-0001-9140-6919). Email: [aburnett8@gmail.com](mailto:aburnett8@gmail.com).

contemporary political struggles including the contemporary Black Lives Matter movement.

**Keywords:** Atlanta School; W. E. B. Du Bois. scientific sociology. sociological discrimination and marginalization. sociological theory.

## **Ciência inovadora da sociedade**

Há um segredo intrigante e bem escondido em relação à fundação da sociologia científica na América. A primeira escola da sociologia científica americana foi fundada por um professor negro, localizada numa universidade para negros, pequena, economicamente pobre e segregada por raça. No lumiar do século vinte – de 1898 a 1910 – o sociólogo negro, e ativista, W.E.B. Du Bois, desenvolveu a primeira escola científica de sociologia numa escola histórica para negros, a Universidade de Atlanta.

Trata-se de um pleito monumental argumentar que Du Bois desenvolveu a primeira escola científica de sociologia na América. Afirmo que meu propósito ao escrever *The Scholar Denied* foi de mudar nosso entendimento sobre a fundação há mais de cem anos atrás, de uma das ciências sociais na América. As estórias existentes sobre a origem (BERNARD; BERNARD, 1943; TURNER; TURNER, 1910; MADGE, 1962), da sociologia somente contempla acadêmicos homens e brancos das prestigiosas universidades para brancos, como arquitetos exclusivos da sociologia científica americana. Nesta abordagem, os cientistas sociais negros e as universidades para negros não são nem mesmo identificados como colaboradores marginais para o desenvolvimento da sociologia científica. Mesmo assim, eu vou demonstrar que estas narrativas são inexatas porque elas não levam em consideração, nem sequer mencionam até hoje, o papel fundador da Escola de Atlanta de Du Bois desempenhado na emergência da sociologia científica.

Ainda no livro *The Scholar Denied*, eu argumento que se as ideias inovadoras e as metodologias de Du Bois tivessem sido colocadas no centro das abordagens intelectuais pioneiras da sociologia um século atrás, elas teriam

provido direções teóricas e metodológicas poderosas para esta nova ciência social. Neste sentido, a negação acadêmica de Du Bois empobreceu a sociologia desde o seu início. Assim, *The Scholar Denied* visa mudar nosso entendimento de uma parte da história social americana. Assim sendo, meu objetivo é desafiar paradigmas existentes, questionar as narrativas dominantes e iluminar novas verdades.

Hoje, nós assumimos as ciências sociais como campos de investigação existentes há muito tempo. Mas, no tempo histórico eles são recentes. Eles emergiram nas últimas décadas do século dezanove. O primeiro departamento de sociologia foi fundado na Universidade de Chicago em 1892. Três anos depois, os sociólogos de Chicago fundaram o *American Journal of Sociology*, o primeiro jornal nacional no campo. Em 1905, a primeira associação nacional de sociologia – a *American Sociological Society* – foi organizada. A sociologia americana, portanto, é um produto do fim do século dezanove e das primeiras décadas do século vinte.

Entretanto, quando a sociologia americana do começo é cuidadosamente examinada, fica claro que não é muito científica. A primeira geração dos sociólogos americanos coletou poucos dados empíricos para dar suporte aos seus escritos formais (SMALL, 1916). Quando nós pensamos em sociologia hoje, nós temos em mente estudos onde pesquisas são feitas; entrevistas são conduzidas; trabalho de campo são realizados; e dados qualitativos e quantitativos são utilizados para documentar e interpretar a condição humana. O propósito destas metodologias empíricas é de prover evidências para que os sociólogos sejam capazes de testar suas hipóteses e encontrar conclusões científicas válidas. Assim, os sociólogos contemporâneos não podem simplesmente dizer “meus estudos são válidos porque nós temos doutorado numa instituição de elite ou que minhas opiniões são exatas porque são baseadas nos meus pensamentos profundos”. Na sociologia contemporânea, os acadêmicos têm que testar as teorias com dados empíricos e produzir dados disponíveis para outros acadêmicos poderem alcançar julgamentos

independentes em relação à validade científica dos argumentos que estão sendo postos.

No entanto, esta abordagem baseada no empirismo foi rara no início da sociologia americana. A maior parte da sociologia daquele período foi essencialmente filosofia social ao invés de ciência sociológica porque se confiava na "teoria de poltrona" ou, como Du Bois dizia, à sociologia de "janela de carro", se referindo à uma sociologia baseada em observações casuais feitas enquanto se olha através de uma janela de um carro em movimento (DU BOIS, 1903). "Sociologia de janela de carro" não era ciência rigorosa porque era baseada em intuições, rumores, memórias de viagens e opiniões formadas sem embasamentos.

A sociologia americana no início tinha uma outra qualidade durável: era racista. Quando a sociologia começou a tomar forma na virada do século vinte, o racismo americano estava no seu ápice. O racismo de *Jim Crow* tinha sido substituído pelo racismo mais liberal do período da Reconstrução. A era Jim Crow levou a um sistema de meeiros de terra e trabalhadores agrícolas, peões, como dívida para substituir o trabalho escravo. Linchamentos onde os negros eram enforcados em árvores eram lugar comum, levando a cantora de jazz, Billie Holiday, a cantar tristemente. "As árvores do Sul carregam uma fruta estranha, sangue nas folhas e sangue nas raízes, corpos pretos balançando na brisa sulista, estranha fruta pendurada nas árvores". Seguindo a Reconstrução, os negros eram excluídos de votar, explorados economicamente e tratados como sub-humanos sem direitos, que os brancos eram limitados a respeitar. Como durante a escravidão americana, estas condições pós-Reconstrução levou o ex-escravo a cantar, "Ninguém conhece o problema que eu presenciei".

Este racismo pernicioso apresentava a América com desafios fundamentais: como podia uma autoconsagrada democracia que declara "Dá-me suas massas cansadas, pobres e encolhidas desejosas de respirar livremente", justificar a opressão de milhares do povo negro? Como poderia a América se justificar a si própria e ao mundo, que a opressão racial e a democracia eram congruentes? A América branca direcionou este paradoxo ao transferir a

ideologia da supremacia branca manufaturada durante a escravidão para o regime de Jim Crow. Essa ideologia sustentava que os negros eram uma raça inferior mais similar aos chimpanzés do que aos seres humanos. Insistia que os negros eram sub-humanos infestado com DNA inferior e cultura defeituosa. Os negros eram enquadrados como prisioneiros de inferioridade racial que penava no fundo da sociedade e lá deveria ficar para sempre porque Deus assim planejou.

Enraizado em ideias que se popularizaram durante o iluminismo, a ciência do início do século vinte ganhava o momento de superior modalidade racional. Mas, esta ciência preparou uma questão espinhosa: seria possível que a ciência rigorosa de raça pudesse produzir evidência para descreditar a ideologia da inferioridade negra? Em outras palavras, era a teoria da supremacia branca consistente com os fatos científicos? Porém, este embate entre ideologia e ciência não se materializou.

Acadêmicos brancos por toda academia, das ciências às humanidades, da biologia à literatura, da história à sociologia chegaram a um sólido consenso que argumentava que a ciência realmente provava que os negros eram inferiores. Assim, no início do século vinte, ciência branca e ideologia da supremacia branca andavam de mãos dadas, justificando a opressão racial (MCKEE, 1993). Apesar disso, um desafio certo à esta ciência racista estava para ser lançada.

Na última década do século dezenove, W.E.B. Du Bois se tornou um brilhante, autoconfiante jovem negro, convicto da sua genialidade (LEWIS, 1993). Du Bois também estava convencido que Deus não tinha feito o povo negro inferior. Numa época em que os brancos viam os negros como inferiores, as próprias realizações de Du Bois eram visivelmente inconsistentes com o mito da inferioridade negra. Aos 20 anos, Du Bois conseguiu o bacharelado pela Universidade Fisk; aos 22, o segundo bacharelado na Universidade de Havard; aos 23, o título de mestre da Havard; aos 25, Du Bois completou dois anos do grau de estudos avançados na Universidade de Berlim; e aos 27, Du Bois tornou-se o primeiro afro-americano a conseguir o PhD pela Universidade de Havard. Sua tese de doutorado, "A supressão do tráfico de escravos africanos para os

Estados Unidos da América”, tornou-se o primeiro volume publicado na série de Estudos Históricos de Havard de 1896 (DU BOIS, 1896).

Assim, Du Bois foi uma das pessoas mais educadas no mundo durante o tempo em que os negros eram vistos como inferiores. Realmente, sua inteligência, sua educação avançada e suprema autoconfiança o preparou para se tornar um líder acadêmico que iria lançar um ataque intelectual para derrubar a ideologia da qual Deus fez o povo negro inferior. Aquela ideologia, argumentava Du Bois, tinha que ser superada para que os negros pudessem se livrar da opressão. Du Bois enfrentou um grande desafio intelectual: como ele iria engendrar a superação do racismo científico?

A preparação acadêmica de Du Bois lhe forneceu uma fundação sólida para lançar o ataque. Através dos seus estudos acadêmicos históricos e sociológicos, Du Bois descobriu uma profunda fraqueza intelectual das ciências sociais. Ele sabia que o conhecimento sociológico da época era baseado num racismo tendencioso profundamente enraizado nas almas dos acadêmicos brancos. Du Bois, insistindo numa ciência social crítica escreveu, “Infelizmente é fato que muito do trabalho feito sobre a questão do negro é notoriamente acrítico; acrítica da falta de discriminação na seleção e peso da evidência; acrítica na escolha do ponto de vista adequado a partir de onde estudar estes problemas, e finalmente, acrítica das distintas tendências nas mentes de tantos autores” (DU BOIS, 1898). Du Bois reconheceu que esse academicismo tendencioso não foi desafiado pelos acadêmicos brancos porque era consistente com a supremacia branca apoiada pelas elites brancas. Ele sabia que a ciência de raça existente não era baseada em fatos empíricos, mas em especulação e conjectura. Du Bois também estava consciente que as teorias sociológicas de raça emergiram direto das mentes dos acadêmicos brancos que nunca deixaram seus escritórios ou bibliotecas para conduzir uma pesquisa (DU BOIS, 1904).

Assim, o enorme desafio de Du Bois foi de desenvolver uma nova sociologia científica que desmascarasse as causas reais da opressão racial. Naquela época o desejo de Du Bois de construir uma nova sociologia era ambicioso. Através da história poucos acadêmicos desenvolveram novos

paradigmas científicos. Mesmo assim, este acadêmico negro encurralado pelos limites do racismo intenso, almejou descreditar o discurso racista mascarado de ciência. A missão de Du Bois era clara: seu objetivo era de interferir na ciência dentro da sociologia ao conduzir estudos concretos entre pessoas reais – seu povo – um povo que viveu e morreu atrás do véu do racismo.

Inicialmente Du Bois pensou que os brancos oprimiam os negros porque eles eram vítimas da ignorância e que realmente acreditavam no mito da supremacia branca. Du Bois argumentou que a sociologia científica demonstraria que o preconceito racial e a discriminação causaram o problema, ao invés do DNA negro. Ele declarou: “O mundo estava errado sobre raça, porque a desconhecia. O mal extremo era a estupidez” (DU BOIS, 1940). Du Bois acreditava que uma sociologia científica poderia liberar os brancos do seu pensamento racista e dar poder aos negros porque, “a questão era, ao meu ver, um problema de investigação sistemática e compreensão inteligente. Assim, Du Bois se comprometeu a fazer o mundo pensar corretamente sobre raça ao desenvolver uma ciência social com bases científicas. Dessa forma, ele rompeu com seus parceiros brancos sociológicos, os quais produziam uma sociologia não científica.

Du Bois estava consciente dos erros científicos cometidos pelos cientistas brancos. Primeiro, o pensamento deles não era do conhecimento da história; segundo, eles não faziam uso de dados quantitativos para medir cuidadosamente os fenômenos sociais; terceiro, eles falharam em conhecer intimamente as populações através das próprias situações entre pessoas reais onde eles podiam observar suas vidas cotidianas; terceiro, eles não entrevistaram pessoas para conhecer as realidades delas; quarto, eles não conduziram estudos empíricos das populações que eles analisaram; e quinto, e pior de todos: eles substituíram crenças racistas por verdades sociológicas. Para Du Bois, esta mistura de pseudoconhecimento não merecia o nome “ciência”.

Num forte contraste, a sociologia de Du Bois abraçava o método científico. Com seu doutorado em História pela Havard, Du Bois sempre ancorava sua sociologia na História, argumentando que não podemos entender as pessoas se

não as situarmos em um apropriado contexto histórico. Na Universidade de Berlim, Du Bois aprendeu pesquisa quantitativa e métodos etnográficos ao conduzir pesquisa empírica baseada em trabalho de campo. Depois de completar seu treinamento na Alemanha, Du Bois “voltou à América que odeia negros” para conduzir estudos empíricos sobre afro-americanos que ousadamente confrontaram racismo científico (MORRIS, 2015).

Através da sua abordagem científica, Du Bois desafiou a sociologia de “janela de carro”. Por exemplo, ele criticou veementemente o economista da Universidade de Cornell, Walter Wilcox, informando-o: “a dificuldade fundamental na sua posição é que você está tentando mostrar uma avaliação do problema do negro – somente de dentro de seu gabinete. Isto jamais pode ser feito. Se você precisa continuar escrevendo sobre este problema porque não o estuda. Não da janela do carro...mas venha para cá e realmente estude em primeira mão”. (DU BOIS, 1904). Em contraste, Du Bois sempre residiu nas comunidades que ele estudava e entrevistava e pesquisava milhares de pessoas. Ao explicar sua escola de sociologia, Du Bois declarou “nós estudamos o que os outros discutem”. Como resultado de conduzir numerosos estudos empíricos, Du Bois inventou uma nova sociologia científica dos afro-americanos e desigualdade de raça. Aquela nova sociologia introduziu numerosas inovações.

## **Teoria Geral**

Du Bois teorizou que a modernidade era um produto do tráfico de escravos africanos e séculos de escravidão porque eles deixaram disponíveis uma força de trabalho explorável e *commodities* cruciais – algodão, tabaco, ouro, açúcar – que as burguesias ocidentais utilizavam para desenvolver o capitalismo moderno. Assim, a estratificação de raça era um determinante importante no desenvolvimento do capitalismo como eram estratificações de classe e *status* (MORRIS, 2008).

Du Bois teorizou a linha de cor – que é uma estrutura global de supremacia branca sustentada por forças similares econômicas, políticas e ideológicas em

nível mundial – argumentando que ela produziu estratificação de raça a qual moldaria o mundo social do século vinte. Raças, nesta visão, eram criações sociológicas e não entidades biológicas. A linha de cor que Du Bois previu, era: “O problema do século vinte é o problema da linha de cor – a relação das raças mais escuras para as mais claras dos homens na Ásia e África, na América e nos arquipélagos” (DU BOIS, 1903). Esta teoria mais tarde inspirou elaborações, incluindo a observação de Stuart Hall “a capacidade de viver com a diferença é a questão emergente do século 21” (HALL, 1993). Ademais, como Julian Go (2016a) apontou, Du Bois foi um dos primeiros cientistas sociais a analisar o colonialismo e como era constitutivo na formação dos impérios ocidentais.

Du Bois (1920) deixa claro que a exploração do povo mais escuro nas colônias foi crucial para a “decolagem” do desenvolvimento industrial no ocidente branco:

O dia dos muito ricos está chegando ao fim, até agora só concerne às nações brancas. Mas há um risco que a exploração chegue a uma escala imensa de lucro sem limites, não somente para os muito ricos, mas para a classe média e para os trabalhadores. Isto recai na exploração dos povos mais escuros. É aqui que a mão dourada se aproxima. Aqui não há sindicatos ou votos ou públicos questionadores ou consciências inconvenientes. Estes homens vão ser explorados até o osso, e alvejados e mutilados em expedições “punitivas” quando eles se revoltam. Nestas terras escuras o “desenvolvimento industrial” deve repetir de uma forma exagerada todo horror da história industrial da Europa, da escravidão ao estupro, de doença e mutilação, com somente um teste de sucesso – dividendos!

Na sua análise sobre colônias europeias, Du Bois (1920) ligou raça, violência e capitalismo. Ele argumentou que:

Colônias, nós chamamos os lugares onde os “negros” são baratos e a terra é rica; são aquelas terras estrangeiras onde, como nuvens de gafanhotos famintos, os senhores brancos podem se assentar para serem servidos como reis, usando o poder da chibata do capataz, violentando garotas e esposas, crescer rico como Croesus e mandar para casa um rio de dinheiro. Eles conquistaram a terra, mas o enclave deles está nos trópicos, dos povos escuros: em Hong Kong e Anam, em Borneo e Rodésia, em Serra Leoa e Nigéria, no Panamá e Havana – estes lugares são os El Dourados para onde se expandem os poderes mundiais da ganância.

Como teórico, Du Bois iluminou os processos sociais com uma luz analítica distinta, desenhando o desenvolvimento do capitalismo e ampliando a modernidade.

Como George H. Mead (1934) e Charles Cooley (1902), Du Bois desenvolveu uma teoria do eu. O conceito de Du Bois de "dupla consciência", teoria que considera o sujeito como um produto social emergindo da interação social e da comunicação. No entanto, a conceituação de Du Bois estava teoricamente avançada porque ele demonstrou que além das influências das interações sociais e da comunicação simbólica, a formação do indivíduo também era modulada pelas relações de raça e poder (ITZIGSOHN & BROW, 2015).

Du Bois teorizou que as interações entre classe, raça e gênero tinham que ser explicadas para a compreensão da desigualdade social (MORRIS, 2007). Assim, esta ênfase teórica antecipou o paradigma da intersecção e da teoria crítica de raça (MORRIS, 2015).

Finalmente, a teoria de Du Bois foi baseada num ponto de vista teórico original o qual privilegiou a análise do ponto de vista do marginalizado e do oprimido (WRIGHT, 2002). Sua análise da desigualdade racial se originou de uma questão fundamental em relação ao povo negro: Qual é a sensação de ser um problema? (DU BOIS, 1903; GO, 2016a).

### **Inovações específicas em relação ao estudo sobre os afro-americanos**

Du Bois foi o primeiro acadêmico a se engajar no estudo científico da crítica social sobre os afro-americanos. Entre suas inovações neste campo estão demonstrações que:

Afro-americanos eram iguais a outras raças porque era a opressão racial, e não traços biológicos, que determinava o lugar social dos pretos na base da hierarquia racial (MORRIS, 2015).

"O crime negro" é uma falácia sociológica, porque as condições sociais, e não as características raciais, produzem crime (DU BOIS, 1899).

A comunidade negra ao invés de ser uma massa homogênea, como argumenta a maioria dos acadêmicos brancos, era na realidade uma comunidade heterogênea, consistindo em classes sociais e experiências diversas (ibid).

A igreja foi a instituição central que serviu como centro organizacional para as atividades sociais e culturais da comunidade negra. Por causa das fontes culturais e políticas estabelecidas nas suas igrejas, as pessoas negras foram capazes de se libertarem através das suas próprias organização e inteligência coletiva. Muito antes do movimento de direito civil moderno, Du Bois previu que um movimento negro, situado na base da massa da igreja negra, se levantaria para ultrapassar a desigualdade racial. Dessa forma, contrariando o senso comum, Du Bois analisou o poder de agência das pessoas negras através do qual elas poderiam mudar o curso de suas histórias (ibid). Dessa maneira, Du Bois se tornou um dos primeiros acadêmicos a desenvolver uma "sociologia da agência do oprimido" elucidando as capacidades dos povos subjugados em produzir transformações sociais.

A necessidade de explorar os mundos subjetivos dos negros argumentando que a opressão racial produzia nos negros uma "dupla consciência", que simultaneamente constrangia e habilitava, portanto crucial aos prospectos da liberação negra (DU BOIS, 1903).

Assim, Du Bois criou uma nova marca científica de sociologia emancipatória e rigorosa. Duas décadas antes de a Escola de Sociologia de Chicago conduzir rotineiramente estudos empíricos, Du Bois e sua Escola de Atlanta produziram numerosos estudos empíricos usando múltiplos métodos onde ele foi o pioneiro da técnica de triangulação de dados (WRIGHT, 2002). Por estes estudos serem conduzidos em populações rurais e urbanas, Du Bois foi o pioneiro em ambas sociologias rural e urbana (MORRIS, 2015). Enquanto a Escola de Chicago é creditada como fundadora da sociologia urbana nos anos de 1920, a obra de Du Bois de 1899 intitulada *Philadelphia Negro* foi uma obra prima da sociologia urbana mergulhada em múltiplas metodologias empíricas (HUNTER, 2013). Além do mais, Du Bois foi certamente um dos primeiros cientistas sociais a desenvolver análises estruturais de desigualdade social enquanto os acadêmicos brancos desenvolviam explicações biológicas e naturais. Sendo assim, Du Bois emergiu dos seus primeiros estudos como o primeiro sociólogo atuante,

pesquisador, entrevistador, observador participativo e pesquisador de campo da América (MORRIS, 2015).

Além disso, os sociólogos brancos ignoravam o trabalho pioneiro de Du Bois. Isto com certeza, já que os sociólogos da Escola de Chicago dos anos 1920, se auto promoveram como fundadores da sociologia empírica e dos estudos de raça. Por causa da marginalização da produção acadêmica de Du Bois, este mito em relação às origens da sociologia científica americana continuou a existir. Por outro lado, o sociólogo alemão, Max Weber, estudou a obra de Du Bois e abraçou sua visão de que o problema do século vinte seria a linha global de cor (MORRIS, 2015). Weber chegou a compartilhar a análise de Du Bois de que a modernidade se espalhou através da opressão global de raça, da mesma forma que distinções de classe e *status* (SCAFF, 2011). Weber, aliás, concluiu que Du Bois era um acadêmico com o qual nenhum outro acadêmico branco podia se comparar.

Du Bois não criou esta nova sociologia científica sozinho. Acadêmicos e estudantes esquecidos e, ademais apagados da história sociológica, foram cruciais no desenvolvimento da Escola de Sociologia de Atlanta de Du Bois (MORRIS, 2015). Os pesquisadores de Du Bois incluíam sociólogos profissionais, alunos graduandos e graduados, ex-alunos da Universidade de Atlanta e outras faculdades e universidades negras históricas, e líderes de comunidades. Ao investir na liberalização de capital e forjando redes de intelectuais insurgentes, eles conduziram trabalho de campo em inúmeras comunidades onde eles tanto coletaram dados sobre apanhadores rurais de algodão como também sobre os entendidos da cidade na zona urbana. Alguns retratos de membros da sua escola ajudam a demonstrar este ponto. Monroe Work que conseguiu um título de mestre em sociologia na Universidade de Chicago em 1903 e se tornou o primeiro afro-americano a publicar no *The American Journal of Sociology*, se tornou um membro prolífico do time de pesquisa de Du Bois. Ele publicou inúmeros e importantes estudos sociológicos. Richard R. Wright Jr., o primeiro afro-americano a conseguir um doutorado em sociologia na Universidade da Pensilvânia em 1911, também participou nos projetos de pesquisa de Du Bois e publicou estudos sociológicos pioneiros. Edmund Haynes, o primeiro afro-

americano a receber um doutorado em sociologia na Universidade de Columbia em 1912, e foi co-fundador da Liga Urbana nacional, se tornou um membro chave do time de Du Bois e publicou numerosos estudos científicos sociais.

A genialidade de Du Bois, por exemplo, incluía a habilidade de colaborar com outros pesquisadores talentosos. Assim, Du Bois reuniu um time de acadêmicos, alunos e líderes comunitários os quais conduziam pesquisa, as apresentava em conferências e escreviam artigos acadêmicos iluminando as dinâmicas da desigualdade racial. Foi este grupo de pesquisadores que constituiu a Escola de Sociologia de Atlanta. E mesmo assim, estes acadêmicos foram apagados da memória coletiva da disciplina (MORRIS, 2015).

## **Ciência e ativismo**

Um mês antes de Martin Luther King Jr. ser assassinado, ele refletiu sobre as enormes contribuições que Du Bois fez para a sociologia e sobre a luta da liberdade negra. Em 1968 King afirmou:

Muito antes de a sociologia ser uma ciência, Du Bois foi o pioneiro no campo do estudo social da vida do negro e completou trabalhos sobre saúde, educação, emprego, condições urbanas e religião. Isso foi num tempo em que a pesquisa científica sobre a vida do negro era tão incredivelmente negligenciada que somente uma universidade, a Universidade de Atlanta, na nação inteira tinha tal programa e tinha verba de cinco mil dólares por ano de trabalho (KING, 1968).

King reconheceu que o movimento dos direitos civis moderno herdou presentes doados por Du Bois. Enquanto muitos acadêmicos continuam enclausurados na torre de marfim com medo que o envolvimento político contamine o trabalho acadêmico, Du Bois não compartilhou esta perspectiva. Para ele, o propósito maior da ciência era de produzir conhecimento válido útil às lutas de liberação. Du Bois, junto com outros ativistas dos seus dias, desenvolveram o esboço que fez o movimento dos direitos civis moderno possível. Du Bois insistia que o povo de cor se engajasse em protestos incessantes para superar a supremacia branca. Como resultado, de acordo com o

que Du Bois pesquisou, estudou e escreveu, ele marchou para o campo de batalha, liderando movimentos importantes por justiça. Martin Luther King era consciente de sua dívida com Du Bois: "A História tinha ensinado, de acordo com Du Bois, que ficar com raiva, não é suficiente para o povo – a tarefa suprema é organizar e unir as pessoas a fim que a raiva delas se torne uma força transformadora" (KING, 1968).

King lamentou não ter tido tempo de se engajar academicamente devido às demandas enfrentadas como líder de um movimento. King admirava a habilidade de excelência de Du Bois em ambas atividades, a acadêmica e o ativismo. Du Bois, de acordo com King, "logo percebeu que nem os estudos seriam acompanhados adequadamente, nem as mudanças realizadas, sem o envolvimento em massa dos negros. O acadêmico então se tornou um organizador..." King fez uma lista de inúmeros movimentos nacionais e internacionais nos quais Du Bois era ou fundador ou participante. King concluiu que Du Bois alarmou "imperialistas em todos os países e preocupou negros moderados na América, os quais receavam sua incansável e militante genialidade negra". Realmente, Du Bois organizou movimentos que levaram diretamente ao movimento de direitos civis. Em relação a Du Bois, King escreveu: "Nunca foi possível saber onde o acadêmico Du Bois terminava e o organizador Du Bois começava. As duas qualidades nele eram uma força singular e unificada" (KING, 1968). Assim, Du Bois proveu um novo modelo para acadêmicos desejosos de compreender e mudar o mundo. Ele demonstrou que era possível ser um acadêmico de primeira linha e um ativista prodígio. Começando com Max Weber, sociólogos por muito tempo discutiram por um academicismo liberado de valor baseados no argumento que uma ciência tendenciosa emergiu quando acadêmicos não conseguiram separar o trabalho científico do político e do ativismo.

Mesmo assim, acadêmicos contemporâneos dedicados ao paradigma da intersecção e da teoria do ponto de apoio têm argumentado persuasivamente que é impossível separar ciência e política porque todo trabalho acadêmico é baseado nas experiências e lugares sociais de produtores de conhecimento (GO,

2016B; COLLINS 2000). Como resultado, há sociólogos clamando por uma sociologia pública útil às lutas de deliberação. Michael Burawoy (2004) tem liderado esta voz por uma sociologia pública argumentando que para a sociologia continuar relevante, deve voltar às suas raízes radicais e prover análises críticas que iluminem o poder e a dominação humana. Certamente, o argumento que a academia politicamente engajada automaticamente perde sua objetividade deve ser rejeitada. Por outro lado, sociologias subalternas buscam ser mais rigorosas que a ciência do *status quo* precisamente porque os padrões são tão altos para uma ciência dedicada à transformação social.

Assim, muito antes de sociólogos clamarem por uma sociologia pública rigorosa, Du Bois se engajou numa sociologia pública que era ao mesmo tempo cientificamente e politicamente engajada. Du Bois, dessa maneira, há cem anos atrás, proveu um exemplo desafiante de como acadêmicos radicais podem atuar como agentes de mudança apesar das vozes de clamor dos puristas argumentando que ciência e protesto não se misturam.

### **Du Bois e os movimentos sociais contemporâneos**

O exemplo de Du Bois é relevante para os movimentos contemporâneos incluindo o *Black Lives Matter*. Os movimentos são geralmente propalados por jovens, especialmente estudantes. Na verdade, os movimentos com mais sucesso utilizam jovens por causa de sua agenda flexível, energia, idealismo e pensamento inovador (MCADAM, 1986). Não é de surpreender que os jovens negros protagonizaram papéis cruciais no movimento pela justiça social nos dias de Du Bois. É instrutivo se questionar como Du Bois respondia aos jovens negros protestadores. Ele os aconselhou a seguir a “política da respeitabilidade” e proteger seus prospectos de mobilidade para cima? Ou Du Bois aconselhou os estudantes a iniciar o protesto, atacando de frente a injustiça?

A resposta de Du Bois aos protestos estudantis nos anos de 1920 à sua universidade de origem, onde fez seus estudos, a Universidade de Fisk, mostra um exemplo da força da sua influência. Na época, o presidente branco da Fisk,

Fayette McKenzie, se engajou numa liderança racialmente tendenciosa. Como resultado, a habilidade de os estudantes e da faculdade em lidar com o racismo avançado da administração da Fisk foi severamente limitada. Os alunos da Fisk foram forçados a seguir os ditames do racismo de Jim Crow. Apesar disso, estes estudantes quebraram a ordem e se rebelaram. Du Bois apoiou os jovens protestadores:

E aqui, uma vez mais, nós estamos sempre realmente ou potencialmente dizendo às crianças ou aos estudantes para se calarem, para deixarem para lá, nós estamos lhes ensinando subterfúgio e concordância, nós estamos lhes direcionando para as portas de fundo, com medo que eles possam se expressarem. Mesmo que, não importa quando e onde fazemos isto, nós estamos errados, absolutamente e eternamente errados. Ao menos que desejemos treinar nossos filhos para serem covardes, para correr como cachorros quando são chutados, choramingar e lambem a mão que lhes esbofeteiam, nós temos que ensinar-lhes auto-realização e auto-expressão (DU BOIS, 1924).

Enquanto outros líderes negros reprovavam os protestos dos estudantes porque senão, o dinheiro branco que fluía dentro da Universidade de Fisk iria secar, Du Bois bravejava: dignidade e expressão própria eram bem mais preciosos do que cestas cheias de dólares brancos.

Quando Du Bois soube dos protestos estudantis adicionais, ele abraçou a política da dispersão:

Novamente e pela segunda vez, sem aviso nem instigação de fora, os estudantes se rebelaram. Eles jogaram lixeiras, eles cantaram, eles gritaram e quebraram janelas. Eu agradeço a Deus ao que eles fizeram. Eu agradeço a Deus que a geração mais jovem de estudantes negros tenha a coragem de gritar e lutar quando são insultados, quando riem deles e quando são oprimidos... Uma rebelião espontânea de jovens almas feridas, que se recusam a se submeter à tirania calculada e sem remorso, é uma coisa esplêndida e emocionante (DU BOIS, 1925).

Du Bois, o homem de Havard, o autor renomado, o organizador de povos africanos, e o líder da Associação Nacional pelo Avanço das Pessoas de Cor (NAACP), se solidarizou com os protestos dos estudantes gritando e quebrando janelas. Além disso, Du Bois encorajou o radicalismo para a mudança porque ele viu os protestadores como, "o verdadeiro radical, o homem que confronta o

poder em alto nível enquanto poder... apoiado pela riqueza ilimitada o atinge e o atinge abertamente entre os olhos: [os estudantes negros] falaram face a face e não de cabeça para baixo 'no grande portal'. Deus acelera a raça" (DU BOIS, 1925). O apoio de Du Bois influenciou diretamente os protestos dos estudantes:

Em 4 fevereiro de 1925, mais de cem estudantes do sexo masculino novamente ignoraram o horário de recolhida e correram pelo campus a cantar, gritar, quebrando janelas, jogando os bancos da capela ao entonar "Du Bois! Du Bois!" e "Antes de ser escravo, eu vou ser enterrado na minha cova". (citado em ROGERS, 2012, p.40).

O resultado do apoio de Du Bois para o protesto dos estudantes foi que o presidente branco da Fisk foi forçado a resignar possibilitando mudanças raciais.

## **Conclusões**

A hora chegou para que as faculdades e universidades introduzam Du Bois nos seus programas (especialmente em sociologia). Dado ao que descobrimos sobre a obra de Du Bois, o fato de não o incluir no programa é praticar racismo acadêmico. Enquanto *The Scholar Denied* documenta como Du Bois e sua escola foram marginalizados e apagados da história da sociologia, as evidências de tal fato são abundantes. Deegan (1988) demonstrou como o pioneirismo das mulheres sociólogas na *Hull House* foi marginalizado pela *mainstream* da sociologia. Seltzer e Haldar (2015) documentaram o fato de que as acadêmicas da *Hull House*, incluindo Jane Adams e Florence Kelley, as quais fizeram contribuições intelectuais importantes para a sociologia moderna, mas foram apagadas da memória coletiva da sociologia por sexismo. Estes fatos documentam a necessidade de que as sociologias críticas e reflexivas sejam para sempre aplicadas, garantindo que todas as contribuições sociológicas sejam consideradas, ao invés de relegadas por aqueles sociólogos da elite da *mainstream*.

À luz do tratamento de Du Bois na academia, há questões que devem ser colocadas.

1. Há vozes importantes em volta do globo que devem ser incorporadas na academia, mas excluídas por causa de discriminação e falta de recursos?
2. Até que ponto são as ciências sociais contemporâneas dirigidas pelo poderoso interesse da elite, levando aos cientistas a não investigar desigualdades globais e realidades que afetam milhares de pessoas?
3. Devem as instituições de elite ajudar a fundar e nutrir o trabalho acadêmico em instituições de periferia da hierarquia de prestígio em volta do globo?
4. O que os acadêmicos podem aprender das escolas insurgentes nas ciências sociais em outras comunidades oprimidas em volta do mundo?

Finalmente, é tempo de desaparecer com o mito que a sociologia científica americana foi pioneira a partir de um grupo de homens brancos sociólogos da Universidade de Chicago. Ao invés disso, a Escola de Sociologia de Atlanta de Du Bois deve ser reconhecida como uma fundadora crucial e tendo contribuído primeiro para a sociologia científica moderna. Como o trabalho acadêmico de Du Bois demonstra, a falsa dicotomia proclamando a ciência social e o ativismo de ser polaridades opostas deve ser rejeitada.

Dessa forma, a sociologia pode ser reestabelecida como um campo rigoroso e também de excelência no academicismo científico o qual libera verdades sociais empoderando a agência daqueles lutando para liberar a humanidade. O legado de Du Bois é de uma ferramenta histórica durável de ideais científicos e ativistas cheio de capacidade plena para guiar a ciência social e esforços para libertar a humanidade.

## Referências

BERNARD, L.L. and Bernard, J. **Origins of American Sociology; The Social Science Movement in the United States**. New York: Russell and Russell, 1943.

BURAWOY, M. 'Public Sociologies: Contradictions, Dilemmas, and Possibilities', **Social Forces** 82(4): 2004, p.1-16.

COLLINS, P.H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

COOLEY, C.H. **Human Nature and the Social Order**. New York: Scribner's, 1902.

DEEGAN, M.J. **Jane Addams and the Men of the Chicago School, 1892–1918**. Transaction Publishers. New Brunswick, NJ: Transaction Books, Inc, 1988.

DU BOIS, W.E.B. **The Suppression of the African Slave -Trade to the United States of America 1638–1870**. New York: Longmans, Green, 1896.

DU BOIS, W.E.B. 'The Study of the Negro Problems'. **Annals of the American Academy of Political and Social Science** 11: 1898, p.1–23.

\_\_\_\_\_. **The Philadelphia Negro**. Millwood, NY: Kraus-Thomson, 1973, 1899.

\_\_\_\_\_. **The Souls of Black Folk**. Edited by Henry Louis Gates. Oxford: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. 'Letter to Walter Willcox' in **The Correspondence of W.E.B. DuBois. Vol I. Selections, 1877–1934**. Edited by Herbert Aptheker. Amherst: University of Massachusetts Press, 1973: p. 74–75.

\_\_\_\_\_. 'The Souls of White Folks' in **DARKWATER: Voices from within the Veil**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1920.

\_\_\_\_\_. 'Diuturni Silent', June 21, 1924. **W.E.B. Du Bois Papers** (MS 312). Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries, 1924.

\_\_\_\_\_. 'The Fight at Fisk' (ca. April 1925). **W.E.B. Du Bois Papers** (MS 312). **Special Collections and University Archives**, University of Massachusetts Amherst Libraries, 1925.

\_\_\_\_\_. **1940 Dusk of Dawn: An Essay Toward an Autobiography of a Race Concept**. Edited by Henry Louis Gates. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GO, J. **Postcolonial Thought and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2016a.

\_\_\_\_\_. 'The Case for Scholarly Reparations: Race, the History of Sociology, and the Marginalized Man – Lessons from Aldon Morris' Book *The Scholar Denied*', Berkeley **Journal of Sociology**. 2016b.

HALL, S. 'Culture, Community, Nation'. **Cultural Studies** 7(3): 1993, p. 349–63.

HUNTER, M.A. 'A Bridge over Troubled Urban Waters: W.E.B. Du Bois's *The Philadelphia Negro* and the Ecological Conundrum', **Du Bois Review** 10(I): 2013, p.1–25.

ITZIGSOHN, J. and Brown, K. 'Sociology and the Theory of Double Consciousness: W.E.B Du Bois' Phenomenology of Racialized Subjectivity', **Du Bois Review** 12(2): 2015, p231-48.

KING, M.L., Jr. 'The Role of the Behavioral Scientist in the Civil Rights Movement', **Journal of Social Issues** 24(1), 1968.

LEWIS, D.L. **W.E.B. Du Bois: Biography of a Race**. New York: Henry Holt and Company, 1993.

MADGE, J. **The Origins of Scientific Sociology**. New York: Free Press of Glencoe, 1962.

MCADAM, D. 'Recruitment to HighRisk Activism: The Case of Freedom Summer', **American Journal of Sociology** 92(1): 1986, p.64-90.

MCKEE, J.B. **Sociology and the Race Problem: The Failure of a Perspective**. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1993.

MEAD, George. **Mind, Self and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MORRIS, A. 'Sociology of Race and W. E. B. DuBois: The Path Not Taken', in C. CALHOUN (ed.) **Sociology in America: A History**. Chicago: University of Chicago Press, 2007, 503-34.

\_\_\_\_\_. **The Scholar Denied: W.E.B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology**. Oakland: University of California Press, 2015.

ROGERS, I.H. **The Black Campus Movement: Black Students and the Racial Reconstruction of Higher Education, 1965- 1972**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

SCAFF, L.A. **Max Weber in America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011.

SELTZER, M. and HALDAR, M. 'The Other Chicago School - A Sociological Tradition Expropriated and Erased', *Nordic Social Work Research* 5 (Issue sup. 1: Social Work and Sociology: Historical and Contemporary Perspectives), 2015.

SMALL, A.W. 'Fifty Years of Sociology in the United States (1865-1915)', *American Journal of Sociology* 21(6):1916, p.721-864.

TURNER, S.P; TURNER, J.H. **The Impossible Science: An Institutional Analysis of American Sociology**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1990.

WRIGHT, E. 'Why Black People Tend to Shout!: An Earnest Attempt to Explain the Sociological Negation of the Atlanta Sociological Laboratory Despite its Possible Unpleasantness', **Sociological Spectrum**, v. 22, n. 3, 2002, p.325-61.

Recebido: 17 out. 2018

Aceito: 23 nov. 2018



# Resenhas

# Manifestações e Protestos no Brasil

Emilayne Souto<sup>78</sup>

## Resenha do livro:

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

Em sua obra mais recente, Maria da Glória Gohn - professora da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisadora dos movimentos sociais desde os anos de 1970 -, parte de três questões fundamentais para se entender as manifestações e os protestos ocorridos no Brasil contemporâneo: 1) por que os movimentos sociais que vinham mobilizando e participando das arenas participativas junto ao Estado desde os anos 2000 não foram os protagonistas dos protestos que eclodiram em 2013; 2) quem são esses "novíssimos" sujeitos, suas identidades, demandas e repertórios de ação; 3) como atuaram os movimentos até então existentes nesse novo cenário.

A hipótese central é de que as atuais manifestações de rua no Brasil representam "novíssimas" formas de movimentos sociais. Para tal, a autora utiliza-se do método comparativo para a seleção e análise dos dados coletados. O locus principal de coleta se encontra na cidade de São Paulo, apesar de serem apresentadas mobilizações em outras cidades do país. A autora pontua que a análise ora desenvolvida apresenta um viés mais temporal que espacial, na medida em que foca nas datas, ênfases e transformações dos sujeitos e narrativas ao longo dos anos de 2013 e 2016.

O livro apresenta uma extensa introdução dividida em dois itens. O primeiro item trata de algumas categorias teóricas utilizadas ao longo do texto:

---

<sup>78</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Doutoranda). ORCID: [orcid.org/0000-0002-0199-3126](https://orcid.org/0000-0002-0199-3126). Email: [emilaynesouto@hotmail.com](mailto:emilaynesouto@hotmail.com).

povo, massa, multidão, sociedade, indignação, cultura política e movimento social. Para a categoria povo, Gohn nos mostra como esta fora bastante utilizada pelos atores e analistas dos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980, sendo criticada pelos mais ortodoxos por se remeter ao populismo, ao mesmo tempo em que era reivindicada pelos atores de base popular em cena na época como mote de unificação nacional. Curiosamente, a autora traz teóricos clássicos como Michelet e Weffort no que tange à categoria povo como constituição de identidades políticas, todavia, não menciona Ernesto Laclau (2013), um dos autores fundamentais para o debate contemporâneo sobre populismo e que, sem dúvidas, lograria êxito na análise das forças antagônicas e articulações políticas presentes nas manifestações de Junho de 2013. Sobre a categoria massa, dos mais tradicionalistas (LE BON, 1985) àqueles considerados pós-modernos (GUATTARI, 1990), a ideia geral é de que esta representa grupos indefinidos, cooptados, que se incorporam aos eventos sem saberem o quê ou por que estão ocorrendo.

Multidão é a categoria que Gohn dá mais atenção, por ser, segundo a mesma, a que mais se aproxima da noção de manifestação. Presente em análises desde o século XVIII, o conceito ressurgiu no debate contemporâneo a partir das ideias de Hardt e Negri. Para os autores, há uma potência imanente democrática radical nesses novos sujeitos emancipatórios contra o *Império*, cujas características principais são a singularidade, a multiplicidade e a capacidade de agir em coletivo sem qualquer unificação. Assim como Gohn, José de Souza Martins adota o conceito para analisar as manifestações de março de 2015 no país, afirmando que a "multidão não é classe nem é raça. A multidão desconstrói o regime político dualista das facções antagônicas". Não obstante concordarmos com o caráter conjuntural, temporário e provisório das identidades constituídas nessas manifestações, cabe-nos questionar a multidão e sua capacidade intrinsecamente revolucionária. Cabe-nos questionar ainda o que se institui no lugar da desconstrução promovida por essa multidão, visto que geralmente se propõe o que ela não é, raramente como se constitui.

Quanto à categoria indignação, Gohn tece rápidas considerações sobre os processos subjetivos e as emoções coletivas e como sentimentos de indignação difusos foram mobilizados e capazes de levar milhares de pessoas às ruas. A categoria cultura política é mobilizada pela autora, a partir de diferentes teóricos (ALMOND; VERBA, 1989; INGLEHART, 1998; BERSTEIN, 1988; EDER, 1992; PUTNAM, 1996), como definição de conjuntos de crenças, valores e representações que orientam a ação política dos mais diferentes sujeitos. Desta definição, ela depreende que ocorreu a construção e confrontação de diferentes culturas políticas entre os movimentos tradicionais, os novos e os novíssimos durante os anos então analisados.

O segundo item da introdução aborda a categoria de movimento social e as distinções entre os chamados clássicos, novos e novíssimos movimentos sociais. Nesta parte do texto, a autora reflete os pensamentos de alguns teóricos centrais nas discussões sobre movimentos sociais (CASTELLS, 2013; MELUCCI, 1996; Tarrow, 2009; TILLY, 2010; TOURAINE, 2005) para chegar à definição básica de que estes se referem a um tipo particular de ação coletiva com laços de pertencimento e identidade com um grupo e repertórios específicos de formas de ação política. Os movimentos sociais clássicos são aqueles baseados na lógica da representação classista, possuem o trabalho como categoria unificadora central. Os novos movimentos sociais surgem a partir dos anos 1960, são representados pelos movimentos estudantis, feministas, ecologistas e possuem as questões identitárias como mote fundamental de luta. No Brasil, os novos movimentos sociais foram deveras importantes nas manifestações durante a nova constituinte e pautaram temas fundamentais elaborados na Constituição Federal de 1988 com relação aos novos direitos políticos e sociais. Segundo a autora,

Até junho de 2013, no Brasil, os protestos nas ruas mais frequentes eram de movimentos clássicos ou dos até então "novos" movimentos populares organizados pela luta à terra, moradia, etc. A partir de 2013 este cenário se altera com os novíssimos sujeitos em cena, focalizados com maior destaque neste livro porque são a novidade que coordenaram a organização das grandes manifestações de protesto entre 2013-2016 (p.21)

Em “Redes de Indignação e Esperança”, Castells (2013) apresenta algumas das características identificadas nesses novíssimos sujeitos em cena: sentimentos de indignação difusos, composição social diversa, proliferação de identidades, usos de novas tecnologias de informação e comunicação e novas formas de organização social. Gohn corrobora com as leituras de Castells e acrescenta ainda que estes são coletivos, já que não se identificam como movimentos, sem lideranças, horizontais, não hierarquizados, que não visam ter continuidade e cujas ações são elaboradas no campo da micropolítica. Para além da excitação teórica e analítica dos dois autores, cabe a consideração de que todo e qualquer movimento social carrega consigo desigualdades e hierarquias sociais. Não há como pressupor teoricamente que esses novíssimos movimentos sociais constituem formas de organização menos hierárquicas, seria o mesmo que desconsiderar as relações de poder existentes entre os diversos atores. Talvez sejam necessários mais estudos empíricos sobre esses novíssimos sujeitos sociais que ponham em questão as dinâmicas existentes dentro dos próprios coletivos.

O livro está assim dividido em duas partes. A primeira parte é composta por dois capítulos nos quais a autora aborda as manifestações que vão de junho de 2013 até o final de 2016, focando especificamente na formação dos grupos Movimento Passe Livre (MPL), Vem pra Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL). A segunda parte está dividida em três capítulos que abordam as manifestações no campo da educação: as ocupações de escolas públicas contra as reorganizações administrativas, os atos contra a reforma curricular do ensino médio e a luta contra o projeto Escola Sem Partido.

O MPL foi criado em 2005 em Porto Alegre durante as reuniões do Fórum Social Mundial, sendo um dos principais atores responsáveis pelas manifestações que explodiram por todo o país e ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Tendo se iniciado com a mobilização do Movimento pelo Passe Livre contra o aumento das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, frente à desproporcional repressão policial, os protestos acabaram mobilizando a opinião pública e ganharam capilaridade por todo o território nacional. Do mote

inicial de que “não são os centavos, são os nossos direitos”, os manifestantes que ocuparam as ruas naquelas duas semanas passaram a novos repertórios de protesto: surgiram reivindicações por mais segurança, saúde, educação, moradia, “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora todos”, pelo fim da corrupção, “legalize já”, intervenção militar, etc. Em algumas cidades, houve a revogação do aumento das passagens dos ônibus e a conquista do passe livre para os estudantes. Em outras, ocorreu justamente o aumento dessas tarifas. A autora apresenta os diferentes momentos e posturas do MPL nos protestos ao longo dos três anos analisados, levantando uma importante consideração: embora em seu conjunto as manifestações de junho tenham sido compostas em sua maioria por camadas médias (em sua maioria, urbanas precarizadas), o MPL não deve ser visto como um movimento de classe média nem exclusivamente virtual. Diferente dos outros, ele possui um extenso trabalho de base em regiões periféricas.

O VPR foi criado em 2014 por dois engenheiros que trabalhavam no mercado financeiro nos Estados Unidos. A partir de intensa mobilização nas redes sociais, os fundadores conseguiram articular os protestos contra a corrupção durante as eleições de 2014, que ficaram conhecidos como panelaços. Com a reeleição de Dilma Rousseff, o VPR passou a articular as manifestações a favor do impeachment da então presidenta. Gohn assinala as diferentes matrizes discursivas do movimento, destacando como valores apregoados pelos militantes a educação suprapartidária nas escolas, a conscientização política e a atuação cívica. Dentre as críticas que pesam sobre o VPR, estão a falta de clareza quanto à forma de financiamento e quem são os doadores do movimento.

O MBL também foi criado em 2014 e também possui intensa mobilização nas redes sociais, tendo como mote inicial de protesto ser “contra tudo que está aí”, foi um dos protagonistas das manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff que levaram ao golpe de Estado perpetrado em 2016. Segundo Gohn, o perfil político do MBL situa-se no campo contraditório entre liberalismo e neoconservadorismo. Diferente do VPR, o MBL não nega a forma partido, muito pelo contrário. Nas eleições em 2016, o movimento conseguiu eleger oito vereadores no estado de São Paulo. Um deles foi o Fernando Holiday,

negro e gay, contrário aos movimentos negro e LGBT. Além de atuar na promoção do projeto de lei Escola sem Partido, o MBL atuou contra as ocupações das escolas secundaristas em 2016, afirmando que os estudantes eram doutrinados pela União de Estudantes Secundaristas (UNE).

Dentre os vários momentos das distintas mobilizações, a autora sublinha, de um lado, a articulação realizada por 26 dos “novíssimos” movimentos sociais – dentre eles, o VPR e o MBL –, que deu origem à Aliança Nacional Democrática e, do outro, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, ambas formadas, em sua maioria, por atores advindos dos movimentos clássicos e novos das décadas de 1980 e 1990. O que as análises denotam é que, nesse período estudado, existe, como sempre existiu, a coexistência entre distintas modalidades de movimentos sociais, com diferentes modos de ativismo e léxicos narrativos, por vezes, em antagonismo, por vezes em articulação entre eles.

Gohn conclui que as manifestações e os protestos revelaram distintos modelos de movimentos sociais na atualidade com diferentes identidades, propostas e perfis político-ideológicos, formando um amplo leque de correntes e contracorrentes. Revelaram ainda alterações entre os sujeitos em cena, nos repertórios, nas formas de socialização e pertencimento e na cultura política, ampliando o campo democrático. A obra apresenta uma importante contribuição para um panorama das manifestações e protestos que assolaram o país nos últimos anos.

Todavia, em face da atual conjuntura política, devemos nos questionar o quão democráticos são esses movimentos que, por vezes, se apresentam como mais democráticos que a própria democracia. À esquerda ou à direita do espectro político, devemos nos perguntar quais e como estes movimentos colocam em pauta ou contribuem para novas formas de subordinação. Afirmar que esses novíssimos sujeitos, em multidão, são emancipatórios e ampliam o ambiente democrático global é desconsiderar que não há atores privilegiados nem intrinsecamente emancipatórios; é desconsiderar ainda os conchavos políticos, as questões econômicas e até a política econômica internacional, fatores que influenciam sobremaneira os destinos da nossa jovem e instável

democracia. Tendo em vista o alerta que a própria autora faz quanto aos perigos de se confundir novo com novidade, nunca é demais reavaliar o que de “novo” carregam, de fato, esses “novíssimos” movimentos sociais.

## Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

BERSTEIN, S. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

EDER, Klaus. **Culture and politics**. In: HONNETH, Axel et al. Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment. Cambridge: MIT Press, p. 95-120, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

INGLEHART, Ronaldo. **The renaissance of political culture**. American Political Science Review, v. 82, n. 4, p. 203-29, 1998.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LE BON, Gustave. **The crowd**. New York: Viking, 1985.

MELUCCI, Alberto. **A Challenging codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.3, p. 133-60, jan. / jul. 2010.

TOURAINE, Alain. **Um nouveau paradigme**. Paris: Fayard, 2005.

Recebido: 10 out. 2018

Aceito: 15 out. 2018

# DILEMAS DE UMA GERAÇÃO: a juventude líquida e as novas composições significativas das práticas sociais

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa<sup>79</sup>

## Resenha do livro:

BAUMAN, Zygmunt.; LEONCINI, Thomas. **Nascidos em tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Passados pouco mais de um ano da morte de Zygmunt Bauman (1925-2017), chega ao Brasil o livro *Nascidos em tempos líquidos*. Fruto de parceria com o jovem jornalista italiano Thomas Leoncini, esta obra foi construída a partir da troca de correspondências entre ambos, apresentando-se como uma leitura enxuta e precisa de alguns dos dilemas que marcam toda uma geração, cujo universo relacional foi a modernidade líquida. O texto possui notória leveza e fácil apreensão por parte do leitor, distinguindo-se de outras produções em que a sociologia de Bauman é destacadamente marcada pela densidade analítica. A linguagem direta e atraente na abordagem das circunstâncias tangentes à realidade dos indivíduos da “geração líquida” facilitou o enquadramento das questões no prisma da teoria social. Com isso o texto torna-se passível de uma aceitação bem mais ampla entre leitores de outras áreas que não estritamente as ciências sociais.

A brevíssima nota escrita por Aleksandra Kania Bauman cumpre o papel de “apresentação”, convidando-nos à leitura de um escrito em que o sociólogo polonês reitera sua atenção para com a juventude e as suas problemáticas inerentemente atreladas ao contexto da liquidez. Dividida em três capítulos construídos dialogicamente, a obra aborda mudanças marcantes que

---

<sup>79</sup> Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0484-154X>. Email: [rrfeitosa@gmail.com](mailto:rrfeitosa@gmail.com).

caracterizam as formas plurais e complexas das práticas sociais dessa referida geração, particularmente a respeito dos seguintes eixos: usos e apropriações simbólico-identitárias do corpo; *bullying* e comportamento agressivo; e os novos padrões de relacionamentos sexuais e amorosos.

Considerando que “[...] os jovens são a fotografia dos tempos que mudam”, Bauman e Leoncini (2018, p. 13) despertam o nosso olhar para os sentidos mais profundos conectados aos movimentos que, pela ambivalência da modernidade, restituem práticas sociais em novas composições significativas, identitárias e relacionais. No primeiro capítulo, ao tratar das emulações do corpo existentes atualmente, os autores recuperam, a partir de Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Erick Hobsbawm, os pressupostos histórico-sociológicos das modificações que cingiram a passagem de uma práxis social a uma práxis da identificação. Neste sentido, tal movimento captura parte da tensão recente entre comunidade e identidade na forja do pertencimento social. Sob esta ótica, as emulações corporais passaram a refletir os dilemas pertinentes à conciliação entre “autodefinição” e “autoafirmação” em uma circunstância bastante peculiar da modernidade, na qual paralelamente à individualização da esfera pública ocorre a proeminência das efêmeras formas-consumo modais.

Nessa dialética da moda, narrativas corporais como a barba do hipster, as tatuagens, os piercings, e mesmo as “intervenções cosmético-farmacêutico-cirúrgicas” assinalam, cada qual à sua medida, os termos das escolhas identitárias em uma sociedade de consumidores. Dentre tais formas emulativas de alteração corpórea, os procedimentos cosmético-farmacêuticos, postos em prática pelo milagre da medicina contemporânea, possuem uma economia diferenciada, a qual se ancora fundamentalmente no “[...] mágico estratagema de transformar a possibilidade em obrigação” (BAUMAN; LENCIONI, 2018, p. 30). Uma das repercussões práticas desse cenário é o crescente número de jovens que se submetem a cirurgias plásticas com fins exclusivamente estéticos, orientados por um desejo de adequação a padrões (quase sempre) ditados pela moda e, não raro, incisivamente mais requeridos às mulheres. Para Leoncini, em termos gerais, esse quadro sugere uma propensão da ampliação do consumo para a estética

corporal afim com a lógica da práxis de identificação. Ao contrário, Bauman vislumbra em tais práticas de consumo tendências que ainda não se consolidaram efetivamente, e cujos dados citados pouco permitiriam em termos de generalizações, a revelia do que sustenta seu interlocutor.

Na segunda parte do livro emergem as reflexões pertinentes às mutações da agressividade que culminaram com a conformação do *bullying* enquanto prática social detentora de significados particulares. Recuperando elementos da antropologia de Arnold Van Gennep e da historiografia social de Norbert Elias, Leoncini e Bauman debatem inicialmente acerca do caráter do *bullying*, um pensando-o como rito de passagem, e o outro sugerindo lê-lo sob a perspectiva da agressividade que, volta e meia, escapa à contenção posta pelo processo civilizador. Mesmo não se formando um consenso a esse respeito, os autores concordam que a prática em si revela "necessidades" culturais mais profundas, tangentes à própria definição do "eu" em termos identitários.

Indagado se já havia sofrido *bullying*, Bauman utiliza sua narrativa pessoal de vítima desse tipo de prática para explicitar o seu teor mais profundo. Já de posse dos conhecimentos sociológicos adquiridos em sua formação, diz ele, "dei-me conta de que designar um inimigo e demonstrar a todo custo a inferioridade dele era a inseparável outra face da medalha da identificação do eu. Não existe um 'nós' sem um 'eles'" (BAUMAN; LEONCINI, 2018, p. 46). Não por acaso, as vítimas desse tipo de comportamento hostil revelam matizes de segregações sociais, culturais, econômicas, étnicas e de gênero, manifestas ou veladas também em outras instâncias sociais. De acordo com o relato, o fato de ser judeu fez de Bauman (e mais outros dois colegas seus) alvo persistente de ações desse tipo nos tempos em que estudava na Polônia. A narrativa recuperada pelo sociólogo é colocada ao lado de outros depoimentos de vítimas, apresentados por Leoncini, servindo, assim, exemplificativamente à análise. Por outro viés, é possível que também repercuta positivamente na relação de empatia entre leitores e autores, na medida em que exala a sensibilidade para com a questão discutida.

Enquanto uma espécie de violência social em prol da reafirmação identitária, nada haveria de excepcional sobre o tipo de conduta que é o *bullying*, sendo mesmo recorrente na história como forma de marcação e distinção entre os indivíduos. Excetuam-se, contudo, as manifestações típicas da atualidade como merecedoras de considerações à parte, principalmente em decorrência de suas expressas associações com a “banalização do mal”, assim como à “insensibilidade social” perante ocorrências com essa natureza perversa. A fala de Bauman, especialmente, tenta ilustrar uma densa mutação na percepção moral da sociedade líquida, a qual, no geral, convive como espectadora do mal banalizado, sem constituir a seu respeito qualquer tipo de constrangimento profundo. Simultaneamente, diminuem em intensidade e quantidade as consternações para com aqueles que são vitimados por essas violências banais.

Sob a rubrica do mal banalizado, cuja maior arma revela-se a condescendência de uma sociedade crescentemente insensível, o *bullying* da geração líquida distancia-se fortemente do tipo de significado que possuía outrora. A “rejeição” de um “outro” conduzida preferencialmente com fins de identificação do “eu” sai de cena, ao passo que o espetáculo da violência casual despropositada se torna insistentemente recorrente, contrariando mesmo a lógica da causa e efeito em episódios sucessivos de ódio injustificado. Não fosse isso por si só deveras preocupante, elevamos ainda mais a mancha moral em virtude dessas circunstâncias na medida em que “[...] estamos calmamente nos adaptando a esse estado de coisas ilógico, ou melhor, totalmente inconcebível (BAUMAN; LEONCINI, 2018, p. 56)”. Assim, os autores apontam que, ao contrário do que se esperaria, a repercussão lastimável disso tudo é o nosso propenso conformismo com a condição de espectadores, daquilo que parece ser mais uma cena da tragédia moral na modernidade líquida.

A essa altura da obra o debate pretende nos chamar atenção para a importância de refutar o papel de telespectador, cuja adesão maciça de nossa parte ocorre em prol da conveniência e do conforto. A aceitação da violência descabida e aleatória dá margem a uma fenda social preocupante refletida na descaracterização significativa do *bullying*. No escopo de sua manifestação

“normal”, registrada pelas páginas de antropólogos, psicólogos e historiadores, essa forma de violência dirigida ao “outro”, a qual goza de relativa tolerância social, seria uma das modalidades (dentre outras existentes) de dar vazão a nossa agressividade contida. O problema é que em sua nova versão líquida, o *bullying* deixou de operar detidamente a “identificação do eu” e direciona-se especialmente à reiteração de violências sem cabimentos, fragmentando o tecido social e expondo a distorção moral dos nossos tempos.

Tendo como foco as relações amorosas em tempos de volatilidade, o terceiro e último capítulo constata o declínio dos tabus e o predomínio das interações no mundo virtual como marcas indelévels e emblemáticas do surgimento de novas formas de envolvimento íntimo, bem como de diferentes modalidades de realização sexual. O exuberante mundo on-line se configura não apenas, mas majoritariamente, enquanto campo de satisfação pessoal, individualizado, por assim dizer. Nesse universo de conexões instrumentalmente instantâneas, os âmbitos amorosos e sexuais são parte integrante e em expansão, cuja forma de apresentação assume quase sempre o caráter de “oferta de produtos” (logo, configuráveis tanto quanto descartáveis).

Na visão dos autores, o delineamento assumido pelas relações no mundo virtual acaba negando o seu imenso potencial democrático, possível pelo alargamento do espaço público. À serviço do “eu”, a instrumentalização dos laços opera como regra, salvo quando a ela é interposta a negociação por parte do “outro”, cujo enquadramento interpretativo sugerido por Bauman remonta à dialética segurança/liberdade. Nessa linha, as dinâmicas de gênero atuais reportam muito mais a pauta da paridade dos sexos que o império de um sobre o outro, podendo ser captadas como formas alternativas à apropriação instrumental daqueles com quem se relaciona. De qualquer forma, o *modus operandi* que se faz dominante no meio virtual tende a reduzir a seara pública aos interesses individuais. O diálogo, a exposição do contraditório e a concertação perdem a significância no universo virtual de relações e interações construídas criteriosamente e seletivamente para o gozo de individualidades.

Atendendo a padrões de flexibilidade, conveniência e ainda a certos graus de anonimato (quando desejável), os relacionamentos virtuais efêmeros se proliferam à maré da decrepitude de antigos padrões de envolvimento que, assentados em compromissos de médio/longo prazo, soam exaustivos e dispendiosos. Ao jovem de hoje, portanto, parece de fato incompatível com seus anseios, e mesmo indesejável, a opção por uma relação amorosa fixa, pois embora esse tipo de relacionamento ofereça-lhe segurança, o que requer em troca pesa negativamente ao seu favor. Como alertado em outro instante, "entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las" (BAUMAN, 2007, p.8). Ora, em uma realidade social de hiperestímulos, na qual tempo e dedicação são recursos valiosíssimos utilizados na fruição dos prazeres, assumir um relacionamento permanente com um único parceiro(a) contraria a própria lógica hedonista que rege boa parte das escolhas afetivas hodiernas.

Essa reflexão culmina com a ideia de que a volatilidade e a indeterminação dos tempos líquidos são incongruentes com o excessivo regramento e restrições comportamentais. Se em termos sociais mais amplos ao indivíduo de nossa época é requisitada a competência adaptativa, também acontece o mesmo no espectro amoroso, de tal sorte que a permanência de tabus afetaria o ajuste às mudanças em curso desde a segunda metade do século XX. De lá para cá, o espaço da "interdição" foi reduzido significativamente, mas não extinto por completo. A este respeito, Bauman e Leoncini (2018) pontuam que permanece o tabu do incesto antropologicamente vivo em nossa sociedade, "estruturando" padrões classificatórios e associativos, como outrora havia sinalizado Lévi-Strauss. Em meio a tudo isso, resta claro que similarmente ao mundo do trabalho, o imperativo vigente no sinuoso campo das relações amorosas contemporâneas é também o da flexibilidade.

Nessa perspectiva, no espaço relacional on-line é permitido ao indivíduo controlar os acessos à sua pessoa, igualmente, pode servir-lhe como refúgio à adversidade indesejada e/ou facultar-lhe a conexão/interação estrita com aqueles de seu interesse. Em contraste, no mundo off-line de contatos

interpessoais diretos um tal poder lhe escaparia às mãos, sendo inevitável, na maior parte dos casos, a tarefa desagradável de comunicar-se com alguém que não se queira. Conciliar “equilibradamente” esses dois mundos e as expectativas que deles derivam é agora uma habilidade almejada pela maioria dos jovens da geração líquida, justamente porque possibilita melhores horizontes à realização pessoal no chão de incertezas e aparências em que pisam.

Em síntese, o livro trata de dilemas que afetam os jovens dos tempos líquido-modernos, evidenciando as transformações que essa época trouxe às cenas relacionais, às práticas sociais e às composições significativas presentes em outras versões nas formações sociais históricas. Sob o terreno tempestuoso da incerteza intrínseca, as modalidades emulativas de manipulação corporal, as interações interpessoais marcadas pela agressividade significada e os relacionamentos amorosos passaram a se constituir sobre quadros particulares de complexidade e tensão que configuram as vivências dos indivíduos da geração em questão. Para analisar tais assuntos, Bauman recorre oportunamente a argumentos fulcrais desenvolvidos ao longo de sua expressiva produção teórica. Esse expediente, cujo propósito didático é indiscutível, esclarece as bases conceituais mínimas a partir das quais se torna inteligível, do ponto de vista sociológico, as transformações em meio às quais a juventude contemporânea se posiciona.

Em virtude de sua natureza dialogada, o percurso comunicativo da obra assume, em seu escopo geral, o molde de indagações seguidas de explicações, mas não se reduz a tal desenho. Em repetidas passagens Bauman opta por quebrar a sequência dos questionamentos, dando preferência a novas considerações sem pretensões responsivas, mas que conduzem seu interlocutor a patamares mais profundos do tema em pauta. Em algumas ocasiões essa estratégia possivelmente soará desinteressante a quem já tenha perscrutado outros títulos de sua autoria como Amor Líquido, Medo Líquido, Vida líquida e Vida em Fragmentos. Isso porque a condução dos raciocínios desenvolvidos ancora-se em argumentos trabalhados nesses textos anteriores, o que torna um tanto previsível o desfecho das ideias.

O caráter mais informal do debate é um destaque, gerando a impressão de que tal apresentação fora intencionalmente formulada como artifício para cativar novos leitores, provavelmente jovens que entrariam em contato com o legado teórico do polonês a partir dessas páginas. Aliás, as ponderações sociológicas de Bauman encaixam-se bem às inquietações apresentadas por Leoncini, algumas destas ilustradas em exemplos formidavelmente atraentes a esse tipo possível de público. Prova disso é a menção feita aos jogos eletrônicos que “simulam” interações afetivas entre pessoas reais e avatares virtuais idealizados, a qual serve alegoricamente à reflexão sobre a complexidade dos relacionamentos amorosos nos domínios do mundo on-line. A análise sugerida para tal circunstância tange à incompatibilidade das relações interpessoais permanentes diante do fluxo e intensidade de estímulos que atuam sobre os indivíduos contemporâneos. Em um tal panorama, a virtualização de relações amorosas atenderia ao conveniente do desapego, da fugacidade e do não comprometimento, uma vez que nas condições atuais dedicação soa como dispêndio pouco vantajoso. Lembremos a este respeito que “[...] ligações frouxas e compromissos revogáveis são os preceitos que orientam tudo aquilo em que se engajam e a que se apegam” os sujeitos do mundo líquido” (BAUMAN, 2007, p.11).

Ao final da leitura, não será incomum o leitor se deparar com a sensação de que a interlocução entre os autores se construiu sob a pintura de uma “tutela intelectual”, evidenciada nas instruções e ressalvas dirigidas a Thomas Leoncini. O posfácio escrito pelo jornalista reforça essa ideia, na medida em que retrata seu respeito e agradecimento aos ensinamentos provindos da convivência e diálogo com o teórico da modernidade líquida. A emoção expressa nessas páginas finais acaba por reforçar a sensação de que a teoria social contemporânea de fato perdeu um de seus maiores e mais produtivos pensadores. Esta obra póstuma talvez seja um verdadeiro e atrativo convite deixado por Zygmunt Bauman aos jovens que compõem a geração líquida, sendo assim uma espécie de provocação à autorreflexão, cujo legado teórico por ele construído poderia auxiliá-los nesse movimento que se mostra imprescindível face às condições da própria incerteza do futuro.

## Referências

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Recebido: 24 out. 2018

Aceito: 23 nov. 2018

